

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

BEATRIZ SAYURI CAMPANER SAKAZAKI

**O PARADOXO DA FRAGMENTARIEDADE URBANA EM
UBERLÂNDIA/MG: GRANJA MARILEUSA E ÉLISSON PRIETO**

UBERLÂNDIA – MG

2020

BEATRIZ SAYURI CAMPANER SAKAZAKI

**O PARADOXO DA FRAGMENTARIEDADE URBANA EM
UBERLÂNDIA/MG: GRANJA MARILEUSA E ÉLISSON PRIETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título
de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, espaço e cultura.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Laurentiz.

Co-orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira
Guido (POSFIL).

UBERLÂNDIA – MG

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S158 2020	<p>Sakazaki, Beatriz Sayuri Campaner, 1994- O Paradoxo da Fragmentariedade Urbana em Uberlândia/MG: Granja Marileusa e Élisson Prieto [recurso eletrônico] / Beatriz Sayuri Campaner Sakazaki. - 2020.</p> <p>Orientador: Luíz Carlos de Laurentiz. Coorientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.817 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Arquitetura. I. Laurentiz, Luíz Carlos de ,1956-, (Orient.). II. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 72</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1I, Sala 234 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4433 - www.ppgau.faued.ufu.br - coord.ppgau@faued.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	três de dezembro de 2020	Hora de início:	14:25	Hora de encerramento:	16:35
Matrícula do Discente:	11822ARQ004				
Nome do Discente:	Beatriz Sayuri Campaner Sakazaki				
Título do Trabalho:	O paradoxo da fragmentariedade urbana em Uberlândia/MG: Granja Marileusa e Élisson Pietro.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Cultura urbana na situação construída contemporânea.				

Reuniu-se em web conferência pela plataforma Mconf-RNP, em conformidade com a PORTARIA nº 36, de 19 de março de 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Milton Esteves Junior - UFES; Fernando Garrefa – PPGAU.FAUeD.UFU; Humberto Aparecido de Oliveira Guido - Coorientador - POSFIL-UFU e Luiz Carlos de Laurentiz – PPGAU.FAUeD.UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Luiz Carlos de Laurentiz, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Carlos de Laurentiz, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/12/2020, às 06:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/12/2020, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MILTON ESTEVES JUNIOR, Usuário Externo**, em 10/12/2020, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Sayuri Campaner Sakazaki, Usuário Externo**, em 14/12/2020, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Garrefa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/12/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2422901** e o código CRC **3DDDF072**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por sempre me oferecerem abrigo, oportunidade, amor e carinho: Bruna, Rodrigo, André ☺, Regina, Cido, Teresinha, Lucimara, e especialmente aos meus pais ✨: Elisabete e Roberto. Agradeço também ao meu namorado, Douglas ♥ e sua família. Agradeço aos meus colegas de turma do PPGAU, que foram grandes amigos e que deixaram esta trajetória mais divertida e leve, especialmente a: Bel, Geovana, Geovanna, Fernanda, Gabriela, Matheus, Luís. Aos meus amigos. Ao PPGAU, que contribuiu para a minha trajetória, permitindo-me debruçar em temas pelos quais sempre tive interesse, mas que não tive oportunidades de aprofundar anteriormente. Gostaria de agradecer ao meu orientador, Lu, por ser ele a pessoa que me acompanhou durante estes anos de pesquisa, pois não acredito que haveria melhor pessoa para tal. Também, ao meu coorientador, Guido, que me ofereceu muitos auxílios para enfrentar o tema da dissertação. À Juliana Bom-tempo, que sempre esteve engajada em passar adiante os conhecimentos sobre Deleuze e Guattari, com ela pude aprender muito por meio de seus grupos de estudos. Ao Garrefa, por acompanhar a dissertação desde o início e me auxiliar na construção do trabalho com suas considerações e seu apoio e também pela oportunidade do Estágio em Docência. Ao Milton, por participar das minhas bancas de qualificação e defesa com suas ótimas análises, que contribuíram muito para o devir-dissertação. Também aos meus antigos professores da UNITRI, especialmente Clayton, Cynthia, e ao Adailson, por ser o primeiro a me apresentar Deleuze e Guattari durante o meu TFG e por me iluminar no meu caminho acadêmico. Obrigada a todos!

RESUMO

O objetivo desta dissertação é cartografar a conjuntura contemporânea das cidades brasileiras no e pelo objeto de estudo de dois bairros da cidade de Uberlândia/MG: Granja Marileusa e Élisson Prieto. O processo de pesquisa e análise dos objetos de estudos é um mapa das objetividades e subjetividades. O método cartográfico usado é no sentido que Deleuze e Guattari dão ao termo, isto é, traçar mapas provenientes das análises das enunciações diante dos territórios que estão produzindo a realidade tal como é e, assim, tornar visível as movimentações maquínicas dessa cartografia. Os bairros citados estão no setor leste da cidade e produzem e são produzidos por paisagens e rostos muito diferentes entre si que implicam maquinações não só distintas, mas paradoxais, da e na mesma realidade de uma cidade que tem como característica chave a fragmentariedade urbana, haja vista que Granja Marileusa é um bairro planejado sob o slogan de “morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar” e o bairro Élisson Prieto é advindo do assentamento urbano na margem da BR-050, que ficou conhecida como Ocupação do Glória. Desta forma, a pesquisa foi constituída, primeiramente, por uma contextualização mais abrangente sobre o Brasil, a qual buscou traçar as principais linhas dos processos urbanos na contemporaneidade. Em seguida, o mesmo ocorre, mas agora na cidade de Uberlândia e, para isso, duas histórias são contadas, a Uberlândia do progresso dos empresários e a outra das margens, daqueles que “restam”. Por fim, chega-se, por meio das duas histórias, respectivamente, ao bairro Granja Marileusa e Élisson Prieto. Portanto, a pesquisa propõe mapear os paradoxos da fragmentariedade urbana por meio da cartografia dos processos urbanos nos bairros, potencializando uma realidade que esteja mais vinculada à vida em si mesma do que à produção capitalística.

PALAVRAS-CHAVES: Deleuze e Guattari e Urbanismo; Cartografias de Uberlândia; Granja Marileusa; Regularização Élisson Prieto; Ocupação Glória.

ABSTRACT

This dissertation seeks to map the current state of affairs of Brazilian cities through the study of two neighborhoods from Uberlândia/MG: Granja Marileusa and Élisson Prieto. The research process and the analysis of objects are “maps” of objectivities and subjectivities. “Cartography” here is used in the same sense as Deleuze and Guattari came up with, as in, making “maps” out of the analysis of the “assemblages” on the “territories” producing reality as it is, therefore making the “machinic” movements of such a “cartography” visible. Both neighborhoods are situated on the east sector of the city, and they both produce and are produced by “landscapes” and “faces” which are very different from each other, implying in not only distinct, but paradoxical machinations on the same reality of a city which has as a key characteristic the urban fragmentation, considering that Granja Marileusa is a planned neighborhood under the slogan “to live, to work, to do business and innovation”, and the neighborhood of Élisson Prieto developed from the squatter occupation at the roadside of BR-050 that came to be as the Ocupação do Glória. Thus, the research begins with a more comprehensive contextualization of Brazil, tracing the main lines of contemporary urban processes. Subsequently, the same thing happens, but now on the city of Uberlândia, and, in order to do so, two stories are told, one of the city’s businessman and their progress, and another of the margins, all those that become “leftovers”. In the end, both stories, respectively, end up arriving at Granja Marileusa and Élisson Prieto. Therefore, the research proposes to “map” the paradoxes of urban fragmentation, through the cartography of the urban processes in the neighborhoods, potentializing a reality that is more linked to life in itself than to capitalistic production.

KEY WORDS: Deleuze and Guattari and Urbanism, Mapping Uberlandia, Granja Marileusa, Élisson Prieto, Glória Occupation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- IMAGEM 1. Localização dos bairros Granja Marileusa e Élisson Prieto em Uberlândia/MG. Fonte: Google Earth. 12
- IMAGEM 2. Monstro do filme [A Coisa] *The Thing* (1982). Fonte: <https://scifist.wordpress.com/2015/11/14/the-thing-from-another-world/>. 38
- IMAGEM 3. Delimitação do bairro Granja Marileusa. Fonte: Mapa Bairros Integrados 2019, Prefeitura Municipal de Uberlândia..... 65
- IMAGEM 4. Loteamento Granja Marileusa A1 na fase de projeto (à esquerda) e o executado (à direita). Fonte: respectivamente, <<https://www.defprojetos.com/granja-marileusa?lightbox=dataItem-idxjaowy>>, e site Google Earth (2020). 68
- IMAGEM 5. Setorização do bairro Granja Marileusa. Lê-se: “Residências, escritórios, lojas, escolas, lazer e serviços. Tudo planejado para um cotidiano inteligente. Ir a pé, de bicicleta ou de carro é questão de escolha. O projeto contempla residências horizontais, verticais e mistas; comércio, eixo comercial de médio porte; empresarial; centro comercial, empresarial, hoteleiro e residencial; e institucional”. Fonte: site oficial <<https://www.granjamarileusa.com.br/o-bairro/setorizacao/>>. 70
- IMAGEM 6. Foto aérea do bairro Élisson Prieto, à esquerda está a BR-050 e ao lado o bairro em forma de triângulo (em linhas amarelas).Fonte: <https://jornalistaslivres.org/ gloria-um-passo-da-solucao-ou-nao/> (modificada pela autora). 78
- IMAGEM 7. A *Ocupação Glória* em 2017 em frente à sede da Associação dos Moradores do Bairro Élisson Prieto (AMBEP). Foto de Mariana Sólis e Bárbara Fernandes. Fonte: <http://projetogloriaemfoco.blogspot.com/2017/03/a-falta-de-energia-eletrica-legal-que.html>. 79
- IMAGEM 8 Protesto do MTSB do 14 de abril de 2016 em frente à Reitoria da UFU. Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/04/ocupantes-do-gloria-em-uberlandia-va-o-reitoria-da-ufu-protestar.html>. 79

IMAGEM 9. O registro de 2.000 pessoas presentes na Reitoria da UFU para presenciar e lutar pelo direito de morar. Fonte: <a href="https://jornalistaslivres.org/gloria-um-
passo-da-solucao-ou-nao/">https://jornalistaslivres.org/gloria-um- passo-da-solucao-ou-nao/	79
IMAGEM 10. Um “mapa”. Fonte: da autora.	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 01. A cidade brasileira do século XX até os dias atuais	15
01.01. A primeira história: expansão e dissolução das cidades	16
01.02. A segunda história: o fim da cidade moderna.....	19
01.03. A terceira história: cidade, indivíduo e sociedade	21
01.03.01. O primeiro e o segundo período.....	22
01.03.02. O terceiro período	25
01.04. As três histórias e a produção das diferenças socioespaciais	28
01.05. A Revolução Verde nas cidades brasileiras	28
CAPÍTULO 02. Uberlândia/MG como cidade média.....	42
02.01. A história do desenvolvimento e modernização em Uberlândia	44
02.02. A história das margens em Uberlândia.....	49
02.03. A cidade-empresa.....	54
02.04. A rostidade na cidade-empresa.....	57
CAPÍTULO 03. Objetividades e subjetividades em leituras sobre Uberlândia	63
03.01. “Morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar”: o processo de produção do bairro Granja Marileusa	63
03.02. “Lutar, resistir e depois morar aqui”: o processo de regularização do bairro Élisson Prieto	77
03.02.01. A resistência do bairro Élisson Prieto como máquina de guerra.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é cartografar a conjuntura contemporânea das cidades brasileiras no e pelo objeto de estudo de dois bairros da cidade de Uberlândia/MG, Granja Marileusa e Élisson Prieto (Imagem 1), e, em decorrência das linhas que surgem dessa análise, traçar um mapa.

Fala-se de uma cartografia no sentido posto por Deleuze e Guattari, isto é, uma análise crítica das linhas que atravessam os territórios de um *topos* geográfico e como esses acontecem pelos movimentos de territorializações, desterritorializações e reterritorializações e agem na produção da realidade. Para, assim, imprimir um mapa do que está sendo maquinado e pelo o quê. Esse não deve ser lido no sentido convencional da palavra, haja vista que não se busca traçar uma representação, é apenas um desemaranhar dessas linhas que agenciam a realidade que pode permitir a visibilidade do invisível e que também está ativo na constituição da realidade, e não o é menos real por isso.

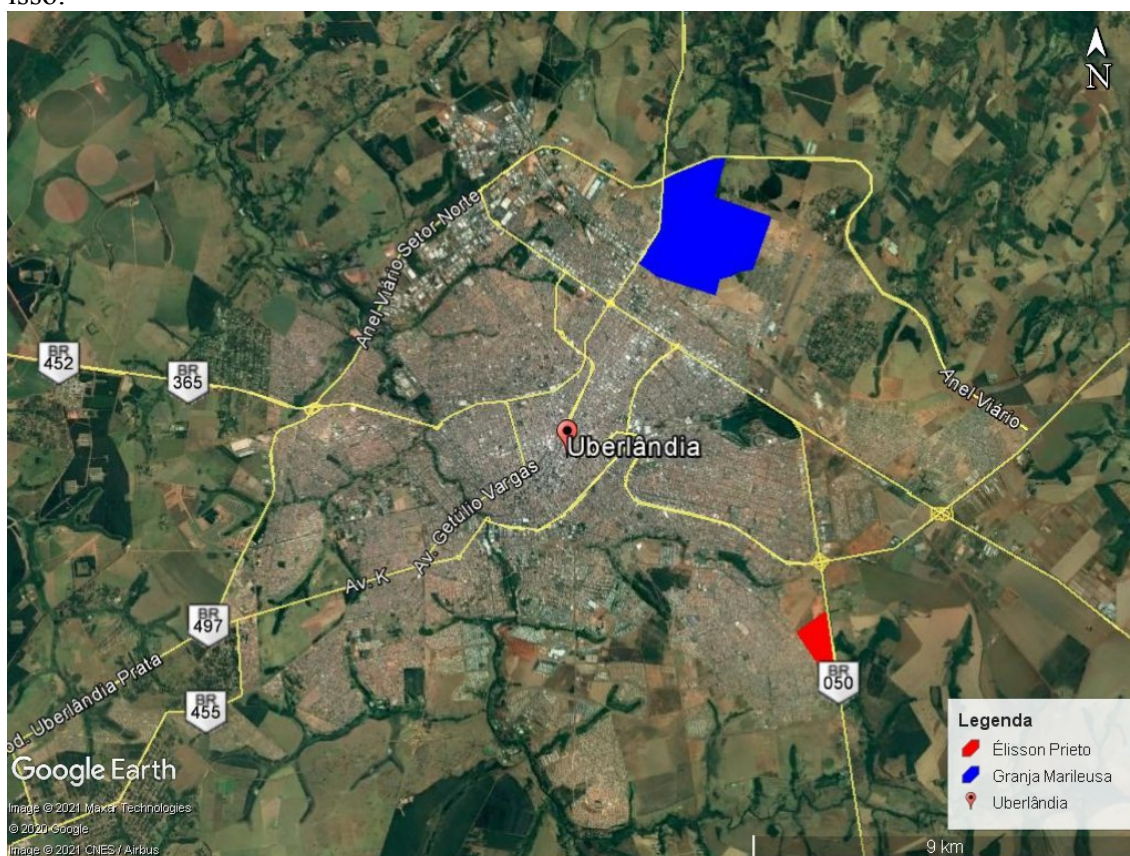


Imagem 1. Localização dos bairros Granja Marileusa e Élisson Prieto em Uberlândia/MG. Fonte: Google Earth (2021).

No ponto de vista de Deleuze e Guattari, a realidade é um plano de imanência, isto é, ela é aberta às multiplicidades, portanto há nela elementos tanto atuais (que seriam aqueles do plano dos possíveis), quanto virtuais (que são aqueles do plano do inimaginável, mas que se tornam perceptíveis quando são enunciados por um fluxo maquínico do virtual para o atual). Assim, a realidade engloba tanto o perceptível (o atual) quanto o inimaginável (o virtual).

No segundo capítulo, há uma aproximação da história recente da urbanização na cidade Uberlândia/MG e, assim, a análise começa a se segmentar em dois fluxos, um que evidencia uma cidade próspera e progressista e um outro que é tudo aquilo que o anterior não é capaz de englobar. Em cada um desses fluxos, a análise é aprofundada, respectivamente, em relação aos bairros Granja Marileusa e Élisson Prieto. Isso posto, começa a se discutir sobre o conceito de máquina abstrata de rotação de Deleuze e Guattari juntamente com o conceito de cidade-empresa de Carlos Vainer.

O Granja Marileusa é um bairro planejado, divulgado como sendo receptivo a inovações, a tecnologias e à sustentabilidade. Ele foi sonhado pelo Grupo Algar e inicialmente possui o conceito de “morar, viver e trabalhar”, e é posteriormente aprimorado sendo “um destino para se morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar”, o que deixa mais evidente o caráter da proposta: empreendimento urbano.

O bairro Élisson Prieto é oriundo do assentamento de uma área urbana pertencente à Universidade Federal de Uberlândia, que ficou conhecida como Triângulo do Glória. A ocupação foi iniciada pelo Movimento Sem-Teto do Brasil, mas durante o processo de resistência, luta e regularização outros grupos surgiram para organizar os interesses desta população, já que nem todos que ocuparam a área pertenciam ao movimento, outras instituições também apoiaram a ocupação, tal como a própria Universidade.

O terceiro e último capítulo se inicia com a apresentação do bairro Granja Marileusa e a crítica decorrida da análise que foi pontuada, em seguida o mesmo acontece com a *Ocupação Glória* e o processo de regularização do bairro Élisson Prieto, nesta última parte há a discussão pelo conceito de máquina de guerra para cartografar a complexidade que o objeto de estudo apresenta.

O modo por meio do qual a pesquisa prosseguiu foi por análises qualitativas exploratórias e bibliográficas acerca de conteúdos, principalmente disponíveis na internet, nem sempre via fontes primárias, pois o período de elaboração da pesquisa

coincidiu com o primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil, o que dificultou e até inviabilizou o procedimento dela por outros meios.

Encarou-se esta pesquisa na perspectiva que Deleuze, no texto *Carta a um Crítico Severo*, retrata como “viagens no mesmo lugar” (DELEUZE, 2008, p.20), para explicar um posicionamento sobre o devir nômade que muito se encaixa na condição por meio da qual foi efetuada esta dissertação, pois “se não me mexo, se não viajo, tenho como todo mundo minhas viagens no mesmo lugar, que não posso medir senão com minhas emoções e exprimir de maneira a mais oblíqua e indireta naquilo que escrevo” (idem). A pesquisa foi encarada num devir-dissertação, que arrasta e que nos leva de um ponto a ponto sem sair do lugar, nem por isso a viagem é menos intensa ou menos real, muito pelo contrário, é a viagem do nômade, pois pensar também é viajar (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.202).

Os objetivos específicos do projeto são ressaltar as diferenças e similitudes entre os bairros, mostrar até que ponto os processos urbanos interceptam os bairros e quando eles passam a produzir a diferenciação e destacar a importância para os estudos urbanos quanto à exposição dos paradoxos que estão presentes e que estão sendo produzidos nas urbanizações contemporâneas e, especificamente, na cidade de Uberlândia/MG por meio da Granja Marileusa e do Élisson Prieto para debates acadêmicos e sociais.

Busca-se ampliar o campo da discussão urbana cartografando nos e entre os bairros as linhas duras da produção urbana que gesticulam um enredo de imaginários do senso comum que percorrem ambos os bairros – a grande jogada de *marketing* e a publicidade que margeia o bairro Granja Marileusa e o jogo das mídias de massa que apresentaram a ocupação como ato ilegal –, encontrando outras características que produzem a realidade e que são muitas vezes omissas na conjuntura social, política, econômica e urbana. Uberlândia participa dessa rede de conflitos que culminam nos espaços urbanos e não urbanos, disputas e confluências de interesses, fazendo da *terra* um campo de batalhas.

CAPÍTULO 01. A cidade brasileira do século XX até os dias atuais

Para cartografar a contextualização do desenvolvimento urbano no Brasil, iremos utilizar o método de secção histórica que Bernardo Secchi (2009) desenvolveu para retratar a Europa no século XX: “separar o fluir da história em períodos” (idem, p.17) com a reunião das principais características de cada um desses.

As cidades não mudam imediatamente após eventos, os quais situados em planos diferentes, deslizam um sobre o outro com graus de atritos diferentes e com diferentes capacidades de arrasto. A cidade muda principalmente em consequência de movimentos mais profundos das estruturas sociais e de poder, dos imaginários e das representações, da cultura política e institucional; mudanças que obviamente estão ligadas àqueles eventos, mas de maneira indireta (SECCHI, 2009, p. 24-25).

A adoção do método não exclui que sejam apontadas as especificidades brasileiras, apenas evidencia como os enunciados das ordens mundiais se constituem e se fazem cada vez mais intensos nos fluxos narrativos brasileiros.

Ele divide em três a história do século XX da Europa. A segmentação do período é feita com a intenção de discuti-la por suas multiplicidades e, assim, evidenciar que as histórias poderiam ter acontecido de outras formas, pois “[...] a história do século vinte me parece rica de bifurcações, de percursos preestabelecidos, mas também de caminhos abandonados e de rupturas imprevistas” (idem, p.17). Ele capta as principais características do século e, a partir de um fio condutor que contém o fluir, cada uma delas se arranja e repercute na atualidade.

Serão ressaltados os tópicos que possuem maiores relevâncias para esta dissertação na medida em que se tornam importantes para compreender as questões da cidade de Uberlândia em dois bairros, Élisson Prieto e Granja Marileusa. Ao mesmo tempo em que se cria um intertexto com a narrativa, permite-se compreender como os fluxos das ordens dos países de centro, no caso, europeus, vão se mesclando com os fluxos no país e, conseqüentemente, em Uberlândia.

01.01. A primeira história: expansão e dissolução das cidades

A primeira história sintetiza como é a expansão e a dissolução da cidade, isto é, essa passa a sofrer um crescimento irrefreável com uma concentração cada vez mais imponente das massas; os espaços urbanos se tornam mais complexos e com problemáticas técnicas e funcionais de difíceis resoluções, gerados por esta grande concentração populacional e expansão das cidades. Isso implica um ponto que começa a desencadear a “[...] dissolução do próprio conceito de cidade, do desaparecimento desse lugar mágico, sede de todas as inovações políticas, culturais e tecnológicas” (idem, p. 32, grifo nosso).

Este período acontece na virada do século XIX dominado pela angústia de “a máquina urbana [se revelar] um instrumento de exclusão, segregação e empobrecimento de qualquer experiência para grande parte de sua população” (SECCHI, 2009, p.33, adaptado pelos autores). Além disso, havia o próprio temor de que as cidades poderiam colapsar devido à grande concentração populacional desenfreada das grandes metrópoles. Claramente que as críticas estruturadas neste primeiro período geraram outras propostas como tentativa de resolver os problemas e que são elas o extenso acervo do urbanismo do século XX, mas essa parte é contemplada pelas outras histórias.

Nesta primeira história, encontra-se o conteúdo mais rico para o contexto brasileiro que será estudado nesta dissertação. É dela que derivam as discussões sobre a concentração urbana, a formação de metrópoles e megalópoles, a dispersão urbana, o aumento de outras configurações habitacionais de assentamento urbanos, tais como: condomínios fechados, favelas, subúrbios, cortiços etc.

Além disso, estabeleceram-se formas de se praticar políticas e projetos como estratégias para gerenciar as novas problemáticas do adensamento populacional. A eclosão da fragmentação urbana e dentro deste fenômeno a eclosão de uma cidade “informal” – o movimento de materialização das diferenças socioeconômicas no Brasil – exemplificada por meio da forma como as cidades crescem de acordo com os paradigmas econômicos das classes mais altas e o surgimento de áreas abandonadas e como a população se apropria dessas por meio do surgimento dos cortiços e das ocupações informais.

As cidades seriam, neste contexto, mais que um meio físico, aglomerações nodais especializadas, socialmente criadas, parte de um sistema multiestratificado de pontos nodais e de uma configuração raras vezes hierárquica de locais diferenciados, cujas formas e funções variam tanto no tempo quanto nos lugares. Se as cidades como as conhecemos tendem a desaparecer, se a organização espacial da população e das atividades produtivas está em transformação em todas as escalas em diversos pontos, isto resultaria no surgimento de novos padrões de assentamento e distribuição da população e das atividades produtivas, ou seja, de novos padrões de urbanização. (LIMONAD, 1999, p.89).

Brenner (2014) retrata que o processo de urbanização possui “dois momentos dialeticamente inter-relacionados: concentração e extensão” (idem, p.18). A concentração diz respeito à forma pelo movimento de aglomeração populacional num espaço que origina as cidades. É um processo que reorganiza os territórios e que modifica as dinâmicas de circulação do capital e das extrações de recursos, modificando o espaço em todos os níveis: local, regional e global. A extensão está relacionada com a impossibilidade de desvincular a urbanização do sistema capitalista global.

A forma como Brenner (2014) coloca a questão da concentração e extensão é própria da primeira história de Secchi (2009), já que este movimento dialético torna as cidades nós diluídos em redes e interconectadas entre si, assim, elas têm que submeter a própria ordem à funcionalidade desta ordem mundial. Nisso, há uma grande quantidade de indivíduos que não conseguem se englobar nas dinâmicas capitalísticas de uma maneira que garanta a eles viver com boa qualidade de vida.

Há uma diversidade de problemáticas advindas da eclosão populacional das cidades, porém apenas algumas delas serão mais exploradas nesta dissertação, são elas: a questão da dispersão urbana, da crise da oposição entre os espaços públicos e privados: condomínios fechados e muros, e da crise da habitabilidade. Cada uma dessas questões é atuante na formação da conjuntura urbana brasileira e todas elas são englobadas pela questão das diferenciações socioespaciais urbanas.

As mudanças das cidade que sucessivamente três histórias focalizam – por exemplo, o emergir do fragmento, da heterogeneidade e da dispersão, como aspectos fundamentais da cidade no fim de século, em oposição às características do início de século –, iluminam, talvez com uma luz diversa, narrativas mais comuns, reagrupadas no contexto geográfico e institucional ou nos grandes exempla e seus protagonistas. O que é realmente relevante é que as três histórias que proponho constroem três recipientes semânticos diferentes, nos quais o futuro da cidade é desenhada respectivamente pelo medo, pela imaginação e pela comparação contínua com o cotidiano, enquanto que o

passado é desenhado pela nostalgia, pela crítica severa ou pela vontade de ele se distanciar. (SECCHI, 2009, p.29).

Observa-se que nesta primeira história estão inseridas as dinâmicas de luta de uma população que, apesar das medidas administrativas optadas pelos governos, não foi atendida em plenitude e sempre esteve até mesmo na fase de intensificação do *welfare* – situação abrangida melhor pela terceira história – à margem das conquistas. A questão do *welfare* se intensificou com a vitória da democracia social formalizada pela Constituição Federal de 1988, mas observa-se que a exclusão ainda foi mantida, já que esta população depara com problema de jurisprudência, de descriminalização social, de opressão pela luta ao direito à cidade etc. Trata-se de explorar nesta primeira história o que levou a constituir estes núcleos informais e onde o bairro Élisson Prieto se encontra neste movimento.

No Brasil, a primeira história é de extrema relevância para se compreender os processos urbanos contemporâneos, e optou-se nesta dissertação em dividi-los em mais dois períodos, pois assim se mantém um formato clássico ao se abordar o assunto. O primeiro período corresponde à fase de transição de uma sociedade predominantemente rural para uma predominantemente urbana, caracterizada por Martine e McGranahan (2010, p.17) como o período entre as décadas de 1930 e 1970 quando há o *boom* populacional que cria as grandes metrópoles, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. A partir destas migrações, forma-se um processo de centralização populacional nessas cidades e emergem, cada vez mais, problemas como os déficits de empregos, aumento de preços de aluguéis, dificuldade de acesso a moradias e a demais serviços, como saúde e educação. Além disto, há a demanda precária de transporte público nas periferias, o aumento dos índices de violências e também de problemas ambientais, entre outros. Portanto, há uma preocupação em resolver o problema da rápida e densa urbanização, que gera as grandes metrópoles.

Neste primeiro *boom* demográfico, nos anos 1950, as cidades médias também cresceram, mas as migrações formaram uma morfologia socioespacial urbana de uma periferia pobre e um centro rico, materializada num padrão latino-americano, determinado por Borsdorf (2003, p.3) como cidades polarizadas.

O segundo *boom* demográfico emerge quando a migração passa a ser predominantemente em relação às cidades médias e inicia-se um espalhamento das centralizações populacionais das metrópoles para outros focos de aglomeração –

lembrando que o índice de migração ainda era alto para as metrópoles (MARTINE; McGRANAHAN, 2010, p.19). Esse período acontece a partir da década de 1970, pois as cidades médias passam a apresentar índices de expansão econômica, oportunidades de mercado e qualidade de vida. Nesta década, houve aumento dos “investimentos e incentivos para descentralizar o desenvolvimento urbano nacional” (COCOZA; GUERRA et al., 2014).

O segundo boom populacional foi quando aconteceu a Revolução Verde, desencadeando um novo padrão urbano, que Borsdorf (2003, p.3) contextualiza como um processo semelhante em toda América Latina, cidades fragmentadas, até mesmo fazendo uso da metáfora de uma cidade de ilhas (Janoschka and Borsdorf, 2004).

A Revolução Verde é decorrente do fenômeno de avanço do capitalismo no campo a partir do advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993), portanto uma característica do capitalismo tardio, tal como foi explicado no item anterior. Deve-se, portanto, frisar que o processo de urbanização brasileiro na contemporaneidade está intimamente conectado com a totalização e homogeneização da lógica do Estado, sob a hegemonia do capital estrangeiro nos *territórios*¹. Na mesma ordem de discussão do advento do meio técnico-científico-informacional, esta dissertação se posiciona na perspectiva teórica de Deleuze e Guattari (2017), os quais tratariam a questão do avanço do capitalismo no campo como uma intensificação da máquina capitalista nos territórios que constituem o campo. Suely Rolnik (2019) também aponta na década de 1970 o início da internacionalização do capital financeiro, ou seja, quando se intensificam os processos da globalização no Brasil.

01.02. A segunda história: o fim da cidade moderna

A segunda história é marcada no Brasil com o início da construção de Brasília em 1956, inaugurada em 1960. Esta história é tratada como “o fim da cidade moderna”, pois emerge uma busca da sociedade em concretizar diferentes utopias; há explosões ideológicas que fazem dos territórios das cidades um campo de propostas e conflitos radicais. Neste contexto pós-Segunda Guerra Mundial, “uma importante reflexão se

¹O *território* do Milton Santos está em itálico enquanto o de Deleuze e Guattari está entre aspas.

concentra na construção de futuros cenários possíveis” (idem, p.116) e há grande valorização e relevância do desenvolvimento de projetos para reduzir as grandes incertezas e riscos políticos, sociais e econômicos da ordem mundial globalizada.

Cidade e território são investidos por uma multiplicidade de projetos radicais por meio dos quais o século tenta mostrar a própria diversidade em relação ao passado. Sua natureza ideológica, no sentido que Ronald Barthes dava ao termo, reside na convicção de que a modernidade nunca se concluiu, de que os projetos dos arquitetos e urbanistas podem dar contribuições fundamentais ao seu cumprimento, desde que o urbanismo e arquitetura não sejam somente representação dos valores de uma sociedade, mas sejam também instrumentos de sua transformação, do seu progresso, de liberalização e igualdade (SECCHI, 2009, p.120).

A ideia de um único grande projeto capaz de resolver os problemas urbanos chegou a um fim neste período, a busca por outras soluções foi o que marcou esta história. Secchi (2009) debruça em relação ao exemplo de Brasília para caracterizar esta história. Também, quanto a esse contexto, vale lembrar a famosa frase que Marshall Berman (1982) empresta do Manifesto Comunista: “Tudo o que é sólido desmancha no ar.” para se referir a Brasília como o último símbolo da modernidade.

A construção dessa cidade foi concretizada no governo de JK (1956-1961) e foi por meio dela que se estabeleceram as diretrizes do desenvolvimento que o país iria seguir nas próximas décadas. Destacou-se neste período a grande dependência das rodovias para que se consolidassem as novas dinâmicas dos fluxos comerciais, sejam eles intra ou interurbanos. A construção de Brasília foi importante para o processo de interiorização do Brasil e foi um dos fatores que influenciou a prosperidade econômica da cidade de Uberlândia como um interposto comercial no movimento de interiorização do Brasil.

Secchi (2009) anuncia que o projeto da cidade modernista fracassou, mas deixou também a cultura do projeto urbano, inclusive se tornou crucial para os padrões urbanos de referência mundial, tal como Amsterdã e Viena. Pode-se afirmar que houve a atualização do projeto modernista para projetos de revitalização urbana, novos bairros etc., no Novo Urbanismo². Carminati (2019) aponta que o bairro uberlandense Granja

²O Novo Urbanismo é um movimento que se originou nos Estados Unidos com a Carta do Novo Urbanismo (CNU) de 1996 com o objetivo de superar o urbanismo moderno (MACEDO, 2007). A principal preocupação debruça em manter as dinâmicas urbanas concentradas para que o planejamento ofereça qualidade de vida e reduza a necessidade de transportes automotivos no cotidiano. Além disto, muito se inspirou nas cidades-jardins de Howard numa tentativa de reintegrar características bucólicas nas cidades (idem). As principais críticas são fundamentalmente que o Novo Urbanismo está correlacionado quanto a criar sistemas urbanos ao invés de melhorar os que já existem consolidados nas cidades, agindo de uma

Marileusa é enquadrado no Novo Urbanismo. Como se expõe a seguir, a situação do bairro e a do Novo Urbanismo se encontram alinhadas com os fluxos da terceira história.

01.03. A terceira história: cidade, indivíduo e sociedade

A terceira história surge da busca por concretizar o bem-estar individual e coletivo que se iniciou como estado de bem-estar social ou *welfarestate*. Ela é sintetizada pelo protagonismo intelectual em compreender “as dimensões físicas e concretas do bem-estar individual e coletivo” (idem, p. 21) e dela se estrutura uma dimensão crítica acerca da cidade e da sociedade diante do crescente processo de individualização dos sujeitos.

A grande lição da segunda história foi mostrar que os ambiciosos projetos urbanos não são o bastante para solucionar os problemas da cidade, haja vista que é inerente ao ato de projetar almejar soluções para problemas até determinado intervalo de tempo, e isso implica que os projetos estão relativamente atrasados em relação às novas demandas que deveriam controlar (SECCHI apud. BENEVOLO, 2009, p.21). Além dessas linhas gerais da terceira história, ela é dividida em mais três períodos intimamente sobrepostos, mas com diferentes ideias centrais.

O primeiro período seria o da crítica voltada para o esgotamento das possibilidades da sociedade disciplinar³ até o início do século XX. Ele é observado por Secchi (2009, p.22) como um período de moralização e que possui como grande exemplo a experiência urbana de Amsterdã e Viena. Ele pontua que essa etapa durou até a década de 1930, quando as discussões sobre o conceito de bem-estar social se deram com uma construção política:

Isso faz com que todos os governos prestem mais atenção aos problemas relativos à distribuição de renda entre os diversos grupos sociais e entre indivíduos e dediquem maior atenção às condições de produção dos bens públicos, isto é, de bens que, devido à forte indivisibilidade que os vinculam, dificilmente podem ser garantidos de maneira adequada pelo mercado. (SECCHI, 2009, p.174).

forma muito mais privada do que pública e gerando grandes enclaves demográficos de baixa densidade e com tendências socioeconômicas homogêneas. Portanto, é um tipo de planejamento que acirra ainda mais as diferenças socioespaciais urbanas e que não propõe soluções a problemas, tais como a concentração fundiária e os vazios urbanos (idem).

³ Termo desenvolvido por Foucault; para se aprofundar no assunto verificar o artigo de Wermuth e Fornasier (2015, p.202-227).

O segundo período, portanto, consolida-se pelas implementações por tentativas e erros do estado do modelo do *welfarestate*. O terceiro período é apresentado como o ápice do bem-estar social na forma do que Jacques Gluber declarou como "hedonismo democrático", isto é, "uma estetização progressiva da vida individual e coletiva" (idem, p.22) advinda de uma busca em compreender as dimensões do cotidiano e dos movimentos corporais da cidade, estabelecidas por todos os governos europeus a partir do século XXI (idem, p.174). A seguir, os períodos foram divididos em tópicos para poder desenvolver de forma ordenada a discussão no contexto da dissertação.

01.03.01. O primeiro e o segundo período

Segundo Boito J. (2012), o Estado de bem-estar social foi viabilizado no Brasil pela Constituição Federal de 1988 por uma movimentação de uma extensa luta pelos direitos e pela democracia iniciada no marco de 1968 e intensificada no final da década de 1970 até 1989, quando se retomam as eleições presidenciais. Durante esse período, o Brasil estava numa ditadura militar – iniciada pelo Golpe de 64 – num modelo político autoritário que desencadeou diversas problemáticas de cunho social e econômico que fizeram aflorar manifestações, revoltas, organizações sindicais, incluindo a criação do Movimento Sem-terra (MST) em 1984, entre outras formas de luta e partidos políticos (BOITO J., 2012). Foram estes grupos que sustentaram a vitória da promulgação da Constituição de 1988.

No Brasil, o período de moralização e o do *welfarestate* são sobrepostos, acontecendo junto com a Constituição. Isso possibilitou formas de implantá-lo, foi também devido às lutas de moralização que se buscavam políticas mais justas.

Nota-se que para se referir à Constituição se utilizou a palavra "viabilizada", pois mesmo com sua implantação ela não teve força suficiente para garantir por completude o *welfarestate*, já que não houve redução da desigualdade social, como constata Roberto Andrés no prefácio brasileiro do livro de Bernardo Secchi (2019), *A Cidade dos Ricos e a Cidade dos Pobres*. A concretização de um governo que avançou com a base constitucional que iniciaria um processo de políticas de bem-estar social foi estabelecida nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) e interrompida pelo impeachment de 2016.

É inserida nesta conjuntura da busca pelo *welfare* no Brasil uma pauta importante para o urbanismo brasileiro: a habitação social. Raquel Rolnik (2015) constata que uma das primeiras medidas do governo Lula foi a fundação do Ministério das Cidades para direcionar uma reforma urbana no país. A medida foi pautada na compreensão de que o *boom* populacional nas cidades desencadeia um processo de urbanização acelerado, conforme Milton Santos (1993) descreve sobre a urbanização brasileira.

Nos governos de Lula e Dilma aconteceu a difusão de programas de Habitações de Interesse Social (HIS) para as classes baixas e médias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e do Programa de Aceleração do Crescimento I e II (PAC). A implantação desses projetos foi considerada um progresso na política urbana brasileira e com eles, no mesmo contexto, também foram implantados o Estatuto da Cidade (2001), a Lei dos Consórcios (2005) e a Lei do Saneamento Básico (2007), conforme aponta Ermínia Maricato⁴ na entrevista de Maringoni (2011).

O Estatuto da Cidade, de 2001, é tido como um exemplo para o mundo, sendo objeto de cursos para urbanistas até na Holanda. Ele restringe e limita o direito de propriedade, subordinando-o ao “bem coletivo” e ao “interesse social”. A função social da propriedade e o direito à moradia estão previstos na Constituição Federal, mas entre a retórica e a prática vai um abismo. É comum que a aplicação da lei ocorra de forma inversa ao motivo que a inspirou – isto é, na prática, se afirmar a concentração da propriedade e a exclusão ou despejo dos pobres. (MARICATO, 2008).

Ermínia Maricato aponta que o período de governo petista foi paradoxal, pois “quando finalmente o Estado brasileiro retomou o investimento em habitação, saneamento e, em menor escala, transporte urbano, depois de 29 anos de orientação do figurino neoliberal, a condição de vida urbana piora radicalmente” (MARICATO, 2017).

Maricato (2000, p.139) aponta que foi no regime militar que se implantou a cultura do planejamento urbano e quando foi instituída a Lei Complementar 14 de 1974, que criou a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas, assim, estruturava-se o sistema de planejamento urbano e municipal. Paradoxalmente, “foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei” (idem, p.140).

⁴Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), já foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades entre 2002 e 2005, atuando como coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento. Foi autora de todas as propostas urbanas das candidaturas de Lula entre 1989 e 2002 (MARINGONI, 2011).

Raquel Rolnik (2015) aponta que no governo Lula havia uma agenda política de equilíbrio frágil, pois o programa era pautado em “reformas [políticas] graduais e cautelosas, comprometido com o respeito às instituições de mercado e a manutenção da estabilidade macroeconômica” (idem, alterado por nós). Representou uma conciliação entre partidos opositores com base em interesses comuns, mas ainda de agendas políticas diferentes.

A ampliação do eleitorado de Lula, que tornou sua vitória possível, foi baseada em um programa de **reformas gradual e cauteloso, comprometido com o respeito às instituições de mercado e a manutenção da estabilidade macroeconômica**. A governabilidade, por sua vez, dependeu de alianças com partidos políticos conservadores que haviam aderido à coalizão por conveniência, e não por convergência programática. Disso resultou um equilíbrio político frágil, que exigiu concessões reiteradas para ser mantido. Nesse cenário político, as margens efetivas para mudança permaneceram muito limitadas (ROLNIK, 2015, grifo nosso).

Mesmo os avanços constitucionais possibilitados pelo governo petista não foram suficientes para trazer transformações socioeconômicas mais justas. Embora haja uma procura do governo petista pelo *welfarestate*, foi formado no país um modelo neodesenvolvimentista⁵, tal como aponta Boito J. (2012, p.6), isto é, um programa desenvolvimentista, mas nos paradigmas, agora, do neoliberalismo, com grande distinção daquele do período de 1930-1980. Esse modelo econômico é oriundo da condição de colonizado do Brasil, pois está situado numa conjuntura “de uma dupla pressão: dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores” (idem, p.6).

A frente política neodesenvolvimentista começou a se formar no decorrer da década de 1990. Na década anterior, elementos de ordem econômica e política tornavam os principais instrumentos de luta política e social recém-criados pelas classes trabalhadoras – o PT, a CUT e o Movimentos dos Sem Terra (MST) – infensos a qualquer aproximação política com o grande empresariado. A força desses movimentos era grande e a inflação aguçava o conflito salarial (ALMEIDA, 1996). No início da década de 1990, contudo, a situação mudou. A parte mais significativa da burguesia unificou-se em torno do programa neoliberal, o desemprego aumentou muito e o movimento sindical e popular, com exceção do MST (COLETTI, 2002), entrou em refluxo (BOITO, 1999). (BOITO J., 2012, p.4).

⁵ Boito J. (2012) afirma que o neodesenvolvimentismo se torna um novo modelo econômico pelos seguintes motivos: apresentar um desenvolvimento mais modesto do que o anterior de 1990 mesmo que apresente maior crescimento econômico; manter a abertura comercial feita no governo Collor e FHC e, por isso, desvalorizar o mercado interno; reativar a condição do país com a função primário-exportadora da divisão internacional do trabalho; possuir menor capacidade distributiva de renda e, por fim, o fato de a ordem do neodesenvolvimento ser coordenada por uma restrita parcela da burguesia.

Observa-se que a situação brasileira aconteceu em paralelo com a grande narrativa de Secchi (2009), porém é relevante expor esse desvio, pois muito diz sobre a situação do paralelismo macropolítico brasileiro. Embora não tenha de fato sido instaurada uma política de bem-estar social, após o impeachment de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer (2016-2019) iniciou-se um período de instabilidade e retração das políticas sociais, as principais preocupações se deslocaram para tentativas de restaurar a hegemonia do capital internacional e da burguesia no país. A tendência se manteve com o mandato de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019.

01.03.02. O terceiro período

A busca por um estilo de vida hedonista foi a narrativa âncora do terceiro período da terceira história e se enquadra aqui o *american way of life*, reverberando no Brasil com a criação de um estilo de vida de classe alta que se relaciona com espaços privados, tais como clubes esportivos e de lazer, e em locais já privilegiados quanto ao quesito de disponibilidade de equipamentos públicos e infraestrutura urbana. Dos espaços socializantes das classes mais pobres, restam locais públicos que muitas das vezes ficam ociosos devido ao fato de que elas organizaram suas atividades de lazer e recreação dentro de uma forma condominial de morar. Na esfera urbana, esta corrente hedônica se estabeleceu por meio de bairros característicos quanto a um modelo de cidade jardim, de chácaras, turismo em cidades pequenas, hotéis afastados, entre outros (LIMONAD, 2007).

Também esteve incluso neste período um discurso voltado para preocupações de cunho ecológico, as quais se apropriam de uma ecologia meramente comercial que foi principalmente apoiada como estratégia de um marketing de um estilo de vida afastado das mazelas urbanas, mas não muito, valorizando a comercialização do turismo campestre. Iniciam-se neste contexto forças centrífugas de urbanização e abandono de áreas já consolidadas, com infraestrutura para investir nessas novas áreas mais afastadas dos núcleos urbanos. Com isso, a questão da dispersão e do espalhamento urbano se acentua ainda mais, e as periferias passam a ter características híbridas e serem destinadas não apenas a classes mais baixas, mas também às mais altas. Essa dinâmica de

ocupacional é considerada predatória e provoca processos de gentrificação nas áreas periféricas.

Parte da discussão sobre o hedonismo democrático está inserido nos debates brasileiros pela dissolução da dicotomia entre o rural e o urbano, como será mais bem abordado nos itens a seguir. Sobre a Europa, Secchi (2009) retrata:

Então, a cidade invade e se apropria da área rural, das costas e montanhas, com estações de veraneio que acabarão se tornando elas próprias cidades de grandes dimensões onde, temporariamente, serão transferidas enormes partes de população idosa, colônias de verão, amplos espaços dedicados às atividades esportivas. Reino do “hedonismo democrático”, tudo isso determina novas relações com a natureza, anula as diferenças das cidades, tornando-a cada vez mais desfocada e evanescente e rarefeita, como será talvez a cidade do século vinte e um (SECCHI, 2009, p.202-203).

Em Uberlândia, o período do hedonismo democrático pode ser marcado, entre 1950 e 1970, pelas transformações urbanas de “serviços de infraestrutura, energia elétrica, rede de água e esgoto, telefone, asfalto e lotes com 1.000m², próximos ao núcleo central, modificando e fragmentando a paisagem urbana” (SOARES, 1995, p.148), também se constata, para promover a imagem próspera da cidade, a construção de grandes obras, tais como “Sociedade de Medicina, estádio de futebol, aeroporto, clube social” (idem, p.150).

O principal símbolo do hedonismo democrático para a cidade foi a construção do edifício moderno que concretizava o estilo de vida das classes altas: o Uberlândia Club (1957). Na história uberlandense, as práticas hedônicas foram acompanhadas também pela priorização estética de altos edifícios/arranha-céus que aglutinaram os interesses dos agentes imobiliários em detrimento de outros projetos voltados para a expansão ordenada da cidade (idem, p.152).

A questão do hedonismo democrático se debruça junto com a questão da urbanização dispersa. Soares (1995)⁶ constata que foi uma escolha burguesa ignorar os problemas urbanos que emergiam para a construção dispendiosa, claramente um *marketing* que envolvia criar a imagem de cidade moderna mesmo que fosse em pequenos fragmentos, voltados exclusivamente para classes mais altas.

⁶ Nesta dissertação de Soares (1995), descreve-se a narrativa histórica de Uberlândia com resgate de reportagens existentes nos principais jornais da cidade em conjunto com entrevistas entre 10 pessoas que moravam na cidade e 10 pessoas que saíram, buscando em ambas amostragens diversidade de classes sociais. Notou-se com a pesquisa de Soares (1995) uma relação estreita da forma da constituição da cidade em estratégias que correspondiam aos interesses das elites locais, portanto classistas.

A história da urbanização dispersa será aprofundada posteriormente, porém aqui já inicia a exposição da lógica que desencadeou essa organização urbana, presente numa lógica dominante no país inteiro, não se restringido apenas ao estudo de caso, Uberlândia. A produção do espaço em forma de hedonismo democrático está presente nas urbanizações recentes pelos assentamentos de condomínios fechados com modelos segmentados e que possuem variações quanto a todas as classes sociais.

Limonad (2007)⁷ constata que os condomínios fechados se deslocam para as periferias e no Brasil são intimamente ligados à especulação imobiliária. Mas também, trata-se de um processo que tem sido difundido globalmente e que possui influência direta na materialização dos contrastes socioespaciais e fragmentação urbana.

Os condomínios fechados possuem em sua composição complexos de lazer acoplados à moradia; tornaram-se ícone de um empreendimento imobiliário de sucesso, tal como aponta Limonad (2007, p.32): “apartamentos em condomínio fechado com segurança, antena parabólica, quadra de esportes, piscina e acesso rápido a vários pontos da região metropolitana do Rio de Janeiro”. Com a difusão desse novo movimento de urbanização, emerge também a crítica a ele, pois é símbolo materializado que “traz consigo uma certa homogeneização e despersonalização do espaço de vida e de trabalho” (idem, modificado por nós), isto é, uma repetição ao estilo de franquias que se torna uma questão estética, política, econômica, social e também ambiental.

Mais uma vez, a questão dos condomínios fechados está inserida nas discussões sobre a dispersão urbana e inclui o problema da especulação imobiliária, o transporte automotivo individual, o surgimento de novas centralidades, a questão do “muro”, a crise dos espaços públicos e privados e, por fim, a segregação socioespacial. Nenhuma dessas questões acontece por acaso quando se observa da perspectiva sistêmica das políticas do capitalismo tardio global e local.

A dispersão urbana e seus agentes produtores de espaço é, portanto, de extrema relevância para esta dissertação, tendo em vista que no bairro Granja Marileusa também houve a escolha, desde a formulação do projeto, por separar espaços exclusivos para estes

⁷Limonad (2007) percebe três movimentos do urbanismo mundiais, um é sobre a ocupação de moradias em locais mais próximos da “natureza” com o marketing do estilo de vida tranquilo e seguro. O outro movimento seria a aparição dos condomínios fechados que cria complexos de lazer acoplados à moradia e que normalmente se situam nas periferias das cidades, disponíveis em todos os cones de classes sociais. O último seria a venda de imagens paradisíacas no mercado turístico internacional, como o caso do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa.

condomínios fechados de classe alta e média. Já foi mencionado também o fato de o bairro ser projetado nas diretrizes do Novo Urbanismo e as críticas de ambos são sobrepostas entre si.

01.04. As três histórias e a produção das diferenças socioespaciais

As três histórias formuladas por Secchi (2009) contextualizam os dispositivos predominantes que estruturaram as diretrizes urbanas na contemporaneidade. O desfecho das histórias no Brasil foi a formação de um abismo de diferenças socioespaciais que engrenam na formação e manutenção de cidades cada vez mais fragmentadas, heterogêneas e dispersas (idem, p.25).

Observa-se também que o bairro Élisson Prieto não foi constantemente mencionado nesta parte do texto, o que acontece por uma tentativa de evitar a criação da oposição entre ele e o bairro Granja Marileusa, proposta que foge ao objetivo do trabalho. A narrativa desenvolvimentista dos interesses políticos e econômicos privados das classes mais altas e empresariais atuantes na cidade buscaram se associar tem origem em uma mesma força de um mesmo movimento, o do capital. Enquanto as ocupações informais participam de uma força reativa, elas não podem ser reduzidas a essa condição, pois são resultado justamente das dificuldades de inserção na narrativa cânone que domina a cidade. A atitude unidirecional desses interesses privados, desprezando questões de justiça social, gera a situação de "ocupar para morar" como consequência.

A seguir, é feita uma análise da distinção entre o código genético dos pensamentos de Deleuze e Guattari com o de Milton Santos a respeito das relações já apresentadas neste primeiro capítulo pela perspectiva do urbanismo. O objeto de discussão são as relações entre o indivíduo, a sociedade e o capitalismo. O motivo para tal empreitada é relacionar a ideologia dos autores, trazendo a aproximação conceitual das multiplicidades e das singularidades pela filosofia de Deleuze e Guattari.

01.05. A Revolução Verde nas cidades brasileiras

Os principais conflitos urbanos na contemporaneidade são de decorrência da forma como foi estabelecido o processo de urbanização do Brasil, o debate introdutório da questão faz parte da primeira história (expansão e dissolução das cidades). Foi nessa história que as expectativas da cidade como um lugar mágico não foram atingidas e os problemas sociais, econômicos, políticos etc. começaram a ser expandidos. Milton Santos (1993) parte da perspectiva do materialismo histórico sobre o processo de urbanização brasileiro, ele afirma que a modernização só foi possível pela inserção do capital estrangeiro para financiar a produção, principalmente agrária e industrial. Ele também diferencia dois conceitos, a produção rural e a agrícola, sendo a diferença entre elas a presença mais avançada do capitalismo na última. Isso implica que os avanços do meio técnico-científico-informacional foram também englobados pelas produções no campo.

Santos (1993) observa que, conforme o capitalismo avança no meio rural, faz-se necessário adaptar a produção para uma que seja agrícola. E isso tem como consequência o desemprego estrutural, já que houve a redução da demanda de mão de obra no campo (boias-frias), substituindo-a por alguns poucos empregados de formação mais qualificada e especializada. Foi, em suma, em relação a essa lógica que os camponeses pobres foram vítimas do desemprego estrutural e buscaram alternativas para sobreviver, sendo a principal delas a migração para as cidades. Essa conjuntura do avanço do capitalismo no campo é conhecida no Brasil como Revolução Verde.

Ainda nas falas de Santos (1993, p.65), a partir dos anos 50, com o avanço do capitalismo no campo, começa-se a alterar a realidade da dicotomia do Brasil rural-urbano para a nova dicotomia do agrário-urbano, a partir da análise de que o meio rural e o urbano estão presentes um no outro, numa relação de interdependência. Quando Santos (1993) traz essas questões, ele está superando o discurso predominante da época que falava de uma dicotomia socioespacial de um rural atrasado e um urbano moderno e industrializado.

A ruptura causada pelo novo paradigma do agrário-urbano acontece com a percepção de que há características rurais no meio urbano a partir do crescimento de periferias urbanas cada vez mais características de uma população rural e também com a existência de características do campo no meio urbano – as hortas urbanas, como exemplo, – da mesma forma que no urbano há características do meio rural. Este se encontra impregnado pelo processo de modernização advinda do meio-técnico-científico-informacional – exemplificada com as grandes concentrações latifundiárias, de renda e mais-valia. Por isso, ambos se intercalam cada vez mais pela forma-Estado – agora na

linguagem deleuzo-guattariano – num triunfo do capitalismo. A discussão já possui solo firme na literatura da urbanização brasileira no ponto de vista da geografia crítica, portanto as cidades (na contemporaneidade) devem ser analisadas em constante interação com o campo em vez de serem consideradas unidades avançadas e superiores.

Deleuze e Guattari (2017, v.5) podem enriquecer o assunto ao apontar que é o Estado o agente que faz ressoar a cidade com o campo (idem, p.132) e que cria essa interdependência, pois ambos estão majoritariamente dominados pela mesma força, que devido ao contexto histórico é a capitalista.

Os autores sustentam nessa argumentação que a própria necessidade da agricultura sedentária já aconteça em decorrência do surgimento do Estado. Este, para ser concretizado, une-se com a cidade (o estriamento do espaço), já que ambos, Estado e cidade, são pressuposições recíprocas. Acontece que “a cidade e o Estado não são a mesma coisa, qualquer que seja sua complementariedade” (idem, p.131), é da natureza das cidades a existência de circulações, em outras palavras, de entradas e saídas que formam uma rede com relação a outras cidades. Mas, o que faz com que cidades se tornem pontos importantes, cidades-polo, é o Estado, pois só ele é capaz de fazer ressoar juntos os pontos, as aglutinações, as centralidades. Esses pontos não são necessariamente as cidades-polo, eles podem ser de diversas ordens, tais como geográficas, étnicas, linguísticas, morais, econômicas, tecnológicas etc. (idem, p.132). O Estado é aquele capaz de criar um poder ordenador central que é “hierarquizador e constitui funcionariado; o centro não está no meio, mas no alto, uma vez que ele só pode reunir o que isola por subordinação” (idem, p. 133), sendo aquele que cria uma integração global, de caráter que ressoa nos territórios e é capaz de estratificá-lo⁸.

As cidades não são apenas os cenários das dinâmicas urbanas, elas são o que Guattari (2006) denomina como problema número um e não apenas o meio onde agem as questões sociais, econômicas, culturais etc. Para ele, “os urbanistas não poderiam mais se contentar em definir a cidade em termos de espacialidades” (idem, p.173), já que elas são também produtos e produtoras da realidade e das subjetividades. Fala-se sobre a

⁸ Para os autores, a estratificação é usada de forma muito ampla e compara o ato com o Juízo de Deus (referência à transmissão radiofônica de Antonin Artaud: *Para Acabar com o Julgamento de Deus*), ela é uma articulação de um conteúdo e de uma expressão (e cada um tendo forma e substância separadas) capaz de estabelecer uma organização das formas e substâncias, dos códigos e dos meios e dos ritmos, para assim criar o mundo (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.231). Portanto, quando os autores afirmam que o Estado age por estratificação, eles estão se referindo a esta força potente de aglutinação que age nos estratos.

perspectiva pela qual a subjetividade é vista como um agenciamento que aborda o corpo e o espaço como inseparáveis. Esse agenciamento é produto e produção maquínica. Nas cidades acontecem as maquinações das arquiteturas, dos urbanismos, das sociedades, das sujeições, dos indivíduos, das vidas etc, e todas essas forças e maquinações se interligam nos campos do visível e do invisível com os aparelhos⁹, esses, por sua vez, produzem e transformam diferentes conteúdos. Os aparelhos produzem subjetivação até certo grau, pois a eles é necessária a intercalação com outros agenciamentos de subjetivação¹⁰, que podem ser pessoas diferentes, novas ideias, intervenções artísticas, intervenções sociais, novos edifícios etc. Esta parcialidade da produção de subjetividade pelos edifícios e construções é chamada de máquinas enunciativas¹¹.

Para Guattari (2006), o espaço é heterogêneo, pois ele não se limita apenas ao material concreto, ao visível, já que elementos da imaginação também agem na forma pela qual o corpo interage com o espaço. O autor ilustra a heterogeneidade pelos devaneios, ou outras lembranças que alteram a percepção do tempo, criando duplicadas sobre a percepção do mesmo acontecimento. Para exemplificar uma constituição da heterogeneidade do espaço, Guattari (2006, p.154) usa um exemplo experienciado por ele mesmo que diz respeito ao ato de atravessar um desnível do asfalto para a calçada que seja um pouco mais alto do que está habituado e isso o fez lembrar momentos de sua infância, pois nesta época todas as calçadas eram igualmente altas.

A heterogeneidade das mentalidades, das sociedades e dos espaços constitui uma inflexão. É preciso que aconteça a mutação das mentalidades caso se deseje o acontecimento de qualquer mudança sistêmica. Para que a mudança tenha consistência, é preciso uma “experimentação bem-sucedida de novo habitat individual e coletivo” (idem,

⁹Para DG (2012e), o aparelho é referente a uma estrutura utilitária que pode ser manipulada, ele se correlaciona como peças que formam um todo.

¹⁰ Os agenciamentos de subjetivações são manifestações espontâneas e subjetivas que ainda não ganharam consistência a ponto de se organizar para constituir uma máquina ou ser englobada por uma, mas que mesmo assim possuem potência para interferir na atual.

¹¹ As enunciações são traços que surgem dos fluxos maquínicos, significantes e a-significantes, e que são percebidos no atual, elas “sempre representa[m] uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente” (DELEUZE, 2005, p.15, modificado por nós). Elas também fazem parte de um outro plano – chamado de virtual – que não é sempre percebido pelos indivíduos, mas que também atua na realidade, algo sempre está sendo enunciado – e quando o virtual é atualizado é quando acontece uma singularidade e o atual se torna uma individualidade que foi constituída neste movimento. A máquina enunciativa pode ser exemplificada com o espaço construído, pois ele enuncia em si mesmo o que o mundo é, são agentes que constituem e que produzem o real, mas é uma realidade que é maquinada e está sempre enunciando e se reverberando – seja no plano do atual ou do virtual. Pode-se dizer que as enunciações estão sendo maquinadas no virtual e quando criam consistência podem ser percebidas na atualidade, elas se tornam sensíveis constituem o real independente de serem percebidas ou não.

p.175) no nível global. Guattari aprofunda essa questão no texto sobre as Três Ecologias (2001), para isso cria o termo heterogênese a fim de se referir a estas produções de diferenciações de paradigmas capazes de ressignificar a produção da realidade que sejam mais respeitosas à vida.

Um exemplo concreto é apresentado por Milton Santos (1993) ao denunciar a forma como o Estado brasileiro agia por meio da casa grande do senhor de engenho durante o período colonial brasileiro. O senhor tinha uma casa principal no campo e uma outra secundária na cidade. No século XVIII, a situação é invertida, a casa principal se torna a da cidade. Essa mudança aconteceu inicialmente pelas mentalidades e pela forma social para que se tornasse materialmente visível no espaço. A partir dessa mudança de organização, os processos de urbanização são alterados e passam a intensificar no século XIX as formas urbanas conhecidas no contemporâneo (SANTOS apud. BASTIDE, 1993, p.19).

Se Santos (1993) opta por distinguir um Brasil rural de um agrário, é para demarcar uma transição da atuação do capitalismo para um novo contexto entre o campo e a cidade, em que primeiro não é mais economicamente subordinado ao segundo. A dinâmica de campo-cidade se altera para a dinâmica agrário-urbano, em que há a atuação cada vez mais centralizadora do Estado, capaz de coordenar de acordo com o interesse do capital todos estes processos. Num movimento de estriamento e estratificação do espaço, como diriam Deleuze e Guattari (2017, v.5). Fala-se de um Estado que não é definido por denominador político-administrativo (como o Estado brasileiro, o Estado americano, e assim por diante), mas sim de um Estado que se define pela “perpetuação ou conservação de órgãos de poder” (idem, p. 20) e que tem como principal preocupação conservar.

Na matriz do raciocínio de Milton Santos, a transformação advinda da modernidade é principalmente derivada da intensificação do capitalismo, enquanto Deleuze e Guattari (2017-v5) não só acusam o capitalismo, mas também a forma como o Estado é consolidado e como ele conserva o poder no capitalismo. Ele bloqueia e/ou elimina qualquer fluxo de diferenciação e o aglutina para seus próprios objetivos.

Finalmente, é pela forma-Estado e não pela forma-cidade que o capitalismo triunfará. [...] Sob a condição de sofrer o mesmo, contudo: com efeito, se é o Estado moderno que dá ao capitalismo seus modelos de realização, o que se encontra assim realizado é uma axiomática independente, mundial, que é como uma só e mesma cidade, mega pólis, ‘megamáquina’ de que os Estados são partes, bairros (DELEUZE; GUATTARI, p.135, 2017).

Santos (1993) aproxima ainda mais a discussão sobre os processos do capitalismo tardio¹² aos moldes do contexto brasileiro, enquanto Deleuze e Guattari (2017-v5) se preocupam mais em cartografar os processos maquínicos do capitalismo por suas multiplicidades e compreender porque as diversas formações contemporâneas (sejam elas urbanas ou agrárias) possuem um poder de homogeneização estruturalmente internalizado e comuns em quase todas ou todas as sociedades.

Santos (1998) numa entrevista à revista *Caros Amigos* parte de um ponto de vista político sobre a questão do colonialismo. Ele pressupõe que há no Brasil um problema de cunho imperialista do capital internacional, o qual age como uma força na conjuntura global e local que impõe aos governantes o enquadramento do país nas lógicas da macropolítica. Essa condição impede o desenvolvimento da autonomia e da governabilidade do Brasil. Isto é, o capital internacional é quem dita as regras. Na medida em que o capital internacional se impõe no *território*¹³, este se fragmenta ainda mais e perde as rédeas de um “todo” nacional. Assim, a falta de integralidade do país o torna *esquizofrênico*:

[...] O *território* brasileiro é *esquizofrênico*. Por quê? Porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitária, ele se fragmenta, se fragiliza. De outro lado, descobre que esse processo não lhe convém, e talvez lhe falte descobrir qual é a lógica mais geral que permite a produção de um discurso novo. Primeiro acadêmico, quando possível também da mídia, e depois o discurso político. [...] E uma boa parte dos brasileiros não se dá conta de que o país está a cada dia mais sendo fragmentado, e numa fragmentação que não possibilita a reconstituição do todo, porque o Estado nacional se omitiu, e o comando do *território*, naquilo que há de hegemônico, é entregue às grandes empresas. Então, a reconstituição do todo nacional, que os franceses chamam de *lien social*, a solidariedade, não existe mais no Brasil (SANTOS, 1998, grifo nosso).

Abre-se parênteses para enfatizar a distinção conceitual do termo *território* entre Milton Santos e Deleuze e Guattari. Para Santos (1988), ele está relacionado a um espaço

¹² Na entrevista para a revista *Caros Amigos*, Milton Santo comenta sobre um capitalismo tardio para se referir à situação brasileira, em que o capitalismo avançou tardiamente em relação aos países mais desenvolvidos, mas nessa dissertação, quando isso é mencionado, é para se referir a uma etapa mais avançada do capitalismo como um todo.

¹³ “O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Ele é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda” (SANTOS, 2001, p.47).

que foi historicizado e geografizado, é usado por um povo e representa formas de organizações socioespaciais. Santos (2001, p.55-56) aponta que “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”, sendo assim eles são paradoxais e se constituem como um espaço vivido onde as experiências estão sempre se renovando. O *território* é para Santos (2001, p.39) o lugar onde acontece essa fragmentação esquizofrênica advinda da ação da racionalidade dominante em união com uma contra racionalidade, denominada como irracionalidade, e essa, por sua vez, permite a emergência de outras formas de vida:

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra racionalidades e racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na realidade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. (SANTOS, 2000, p.59).

O *território* e os lugares são ambos esquizofrênicos, tendo como justificativa a participação tanto da globalização, por uma nova ordem mundial, quanto de uma contraordem produzida por ela, sendo esta última a que decorre da formação cada vez maior de pobres. Desta forma, os pobres são participantes de uma estrutura globalizada em que eles “não são incluídos nem marginais, eles são excluídos” (idem, p.36).

Santos (1998) aponta que estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade para entrar em outra, na qual se lida com a urbanização do *território*, que por sua vez é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos (SANTOS, 1993). As cidades seriam, neste contexto, possuidoras de um papel de encruzilhada das “relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos ‘fragmentos’ do *território* com o país e com o ‘mundo’”(SANTOS, 2000, p.46, grifo nosso).

Dada uma breve fundamentação teórica sobre a *esquizofrenia* de Milton Santos, é necessário explicar sobre a esquizofrenia de Deleuze e Guattari, mas antes deve-se abrir um parêntese para explicar a diferença de máquina e estrutura para os autores.

A máquina é uma organização que se diferencia da estrutura, ela antecede esta. A estrutura é um circuito fechado, que possui início, meio e fim. Já a máquina existe pela condição de abolição, sempre há nela um desejo de desviança, que além de causar rupturas pode gerar uma reconversão ontológica (GUATTARI, 2006, p.49), ela se

mantém pelo desejo de continuar funcionando eternamente. A máquina sempre depende de elementos exteriores para existir, no caso o elemento humano que cria a alteridade de homem-máquina. Assim, os conjuntos sociais são formados por infinitas máquinas: a científica, a teórica, a informacional etc.

Apenas uma máquina que consegue atravessar todas as outras, é uma máquina abstrata (este termo será retomado mais à frente nesta dissertação, mas adianta-se que o capitalismo é uma máquina abstrata), ela atravessa estes componentes heterogêneos e consegue criar um traço que unifica a trajetória percorrida, está em constante devir, é sempre capaz de gerar algo novo à própria funcionalidade, usando um princípio que Guattari (2006, p.51) pontua ser de irreversibilidade, de singularidade e de necessidade. Desta forma, por mais que possa haver repetição da máquina, ela sempre pode gerar algo novo, por outro lado a estrutura apenas repete modelos já existentes.

A estrutura é um sistema de referências que se relacionam entre si e de forma que os elementos podem se relacionar ou não com outras estruturas. Por outro lado, a máquina é “a essência que sempre está em outro lugar” (GUATTARI, 1984, p.112, tradução nossa), ela sempre pode ser substituída e incorporada por outra, está sempre em relação às outras máquinas, são móveis e estão constantemente sendo territorializadas, desterritorializadas e reterritorializadas. Quando os autores falam de máquina, deve-se compreender que ela é produção e também é antiprodução, ela se interliga aos fluxos desejantes¹⁴.

A esquizofrenia não é a mesma da esquizofrenia clínica, que trata um *esquizo* neurótico, adoecido, aquele que é fragmentado e que não consegue constituir um “eu” (que seria por essa definição a *esquizofrenia* de Milton Santos). Ela é uma esquizofrenia que está ligada às multiplicidades, para isso Deleuze e Guattari (2010) falam de um “passeio *esquizo*”, em que o que se vive é “natureza como processo de produção” (idem, p.14). Assim,

Já não há nem homem nem natureza, mas unicamente um processo que os produz um no outro e acopla as máquinas. Há em toda parte máquinas produtoras ou desejantes, as

¹⁴ O desejo para Deleuze e Guattari é uma produção que apenas deseja a si mesmo, isto é, o desejo deseja desejar e nada mais. Observa-se que os autores não falam mais de um desejo que se atrela à falta, algo a ser realizado por um *self* ou um eu. Essa explicação pode ser compreendida no *Anti-Édipo*, quando DG (2010, p.43) constatam que “nada falta ao desejo, não lhe falta o seu objeto. É o sujeito, sobretudo, que falta ao desejo, ou é ao desejo que falta sujeito fixo; só há sujeito fixo pela repressão. O desejo e o seu objeto constituem uma só e mesma coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina”.

máquinas esquizofrênicas, toda a vida genérica: eu e não-eu, exterior e interior, nada mais querem dizer. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.12).

Há uma distinção nerval entre a dupla de autores e Milton Santos, e o objetivo desta parte da dissertação é justamente evidenciá-la. Para Santos (1977, p.40), os processos estão submetidos a uma totalidade e os estudos desenvolvidos nesta perspectiva “devem refletir o movimento real da totalidade”, portanto o processo possui uma vida efêmera e é apenas “o instrumento e o veículo da metamorfose de universalidade em singularidade por que passa a totalidade”. Santos (1998) na entrevista parte do ponto de vista que define o Estado como uma estrutura que está fragmentada e que não consegue se constituir como um todo devido à encruzilhada formada pela influência da globalização e a do próprio lugar particular.

Ora, para Deleuze e Guattari, se há fragmentação dos espaços urbanos, essa não é decorrente de um ponto de vista hegeliano, em que os fragmentos constituem um todo, em que a disjunção das partes interfere no propósito da nação, e essa situação seria a que engatilha em relação a uma perda de potência. Para os autores, a[s] fragmentaç[ões] do[s] território[s], – no plural, pois não há apenas um território, eles são múltiplos – são produtos de diferentes maquinações de desejos que são fragmentos e que se unem sempre por adições “e..e..”, sendo esquizofrênicos a ponto de que a máquina abstrata capitalista tenha capacidade de interferir nos fluxos desejantes destes diferentes territórios, por isto é tão perigosa. Deleuze explicita esta distinção com o conceito de dispositivo¹⁵:

O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, os sujeitos não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos os que operam em outro dispositivo. (DELEUZE, 1990, p.58)

Como a máquina capitalística age nos territórios? Pela construção de uma máquina desejante. O capitalismo age por captura¹⁶ de desejos. A máquina desejante age

¹⁵ “Deleuze, ao pensar a questão do poder e do saber em Foucault, o faz utilizando os conceitos de ‘máquina abstrata’ e ‘agenciamento’. A máquina abstrata corresponde, segundo ele, ao conceito de ‘diagrama’ de Foucault, que é, além de um conceito que se refere às formações discursivas, um mapa das relações de poder exercidas em determinados espaços. Por sua vez, o ‘agenciamento’, correspondendo ao conceito de ‘dispositivo’, refere-se ao espaço físico em que as relações de poder são efetuadas. A forma de exercício de poder nos agenciamentos é configurada segundo a ‘máquina abstrata’, o mapa, que determina posições diagramáticas em um espaço” (GALVÃO, 2017, p.259).

¹⁶ A captura “impregna todo o aparelho, age como ligação não localizável do sistema” (Deleuze; Guattari, 2017, v.5, p.152), ela já faz parte do mecanismo em que ela mesma é efetuada. “O que forma o aparelho de captura são as duas operações que se encontram cada vez mais nos modos convergentes:

nos territórios, descodifica-os e os captura a partir de um movimento que é primeiro de desterritorialização e segundo de reterritorialização. Os territórios, assim, constituem-se em relação aos procedimentos, agora, da máquina capitalista, e isso sim decorre de uma perda de potência (diferentemente da fragmentação, que impede a constituição de um todo).

É importante diferenciar o código genético dos pensamentos de Deleuze e Guattari, pois toda esta construção do pensamento dos autores dá a pista de como combater a máquina capitalista e também explicita sua perversão, tal como Fisher (2009) associa ao monstro do filme [A Coisa] *The Thing* (1982):

É um sistema que não é mais governado por nenhuma Lei transcendental; pelo contrário, desmonta todos os tipos de códigos, apenas para depois os re-instalar numa base *ad hoc*. Os limites do capitalismo não estão fixos numa ordem, mas definidos (e redefinidos) pragmaticamente e improvisacionalmente. Isto faz o capitalismo muito similar à Coisa de John Carpenter, no filme como mesmo nome: uma monstruosa, infinita, entidade plástica, capaz de metabolizar e absorver qualquer que seja aquilo que entra em contato. Capital, Deleuze e Guattari dizem, é uma 'pintura heterogênea de tudo o que já existiu'; um estranho híbrido do ultra-moderno e do arcaico. Nos anos que Deleuze e Guattari escreveram os dois volumes de Capitalismo e Esquizofrenia, parecia que os impulsos desterritorializantes do capitalismo estavam confinados ao financiamento, deixando a cultura dirigida pelas forças da reterritorialização. (FISHER, 2009, p.10, traduzido por nós).¹⁷

Na perspectiva de Deleuze (2005), a experiência do colonialismo no terceiro mundo é decorrente de uma opressão que faz com que a nação, sobre a condição de explorada, crie um estado de perpétuas “minorias” (difere-se de Santos (1998) quando desloca a situação do colonialismo como uma força que fragmenta do país). Ele fala que a condição do colonialismo implica uma crise de identidade coletiva do povo: “como se

comparação direta, apropriação monopolista. A comparação sempre supõe a apropriação: o trabalho supõe o sobretabalho, a renda diferencial supõe a absoluta, a moeda de comércio supõe o imposto. O aparelho de captura constitui um espaço geral de comparação e um centro móvel de apropriação. Sistema muro branco-buraco negro, tal como vimos anteriormente, constituindo o *rosto* do déspota” (idem, p.150). Observa-se que no final do segundo capítulo desta dissertação se explica o que é o rosto e o sistema de “muro branco-buraco negro”.

¹⁷ “It is a system which is no longer governed by any transcendent Law; on the contrary, it dismantles all such codes, only to re-install them on an ad hoc basis. The limits of capitalism are not fixed by fiat, but defined (and re-defined) pragmatically and improvisationally. This makes capitalism very much like the Thing in John Carpenter's film of the same name: a monstrous, infinitely plastic entity, capable of metabolizing and absorbing anything with which it comes into contact. Capital, Deleuze and Guattari says, is a 'motley painting of everything that ever was'; a strange hybrid of the ultra-modern and the archaic. In the years since Deleuze and Guattari wrote the two volumes of their Capitalism And Schizophrenia, it has seemed as if the deterritorializing impulses of capitalism have been confined to finance, leaving culture presided over by the forces of reterritorialization” (FISHER, 2009, p. 10).

o cinema político moderno não se constituísse mais em relação a uma possibilidade de evolução e revolução, como no cinema clássico, mas quanto à impossibilidade, à maneira de Kafka: o intolerável” (idem, p.261-262).



Imagem 2. Monstro do filme [A Coisa] The Thing (1982). Fonte: <https://scifist.wordpress.com/2015/11/14/the-thing-from-another-world/>.

A própria condição inerente da colonização implica inevitavelmente uma situação aterrorizante e sem saída condicionante de todo um povo que deseja mudanças ou melhoras, tal como se encontra o protagonista Paulo sobre a situação de Eldorado no filme Terra em Transe (1967) de Glauber Rocha para retratar um período em que estava havendo uma inclinação política em relação à direita em forma de totalitarismo num contexto pré-ditadura militar na década de 60.

O que resta, então? O maior cinema de “agitação” que se fez um dia: a agitação não decorre mais de uma tomada de consciência, mas consiste em fazer tudo entrar em transe, o povo e seus senhores, e a própria câmera, em levar tudo à aberração, tanto para pôr em contato as violências quanto para fazer o negócio privado entrar no político, e o político no privado (Terra em transe) (DELEUZE, p. 261, 2005).

O modelo urbano fragmentado é, do ponto de vista do menor¹⁸, uma drástica alteração do *modus-vivendi* das cidades latino-americanas e uma imposição colonizadora e imperialista na perspectiva do capital internacional. A consequência se dá por um “movimento de fuga” da população e do Estado brasileiro (este como forma totalizadora, mas que também está subordinado à ordem da colonização e se posiciona a favor ou

¹⁸ Para os autores, maioria e minoria não são conceitos usados de forma quantitativa, mas para se referir a quem tem, respectivamente, mais e menos poder na sociedade, quem tem mais ou menos voz na sociedade, para identificar quem a sociedade favorece, sendo a maioria este grupo que é favorecido – e independe da quantidade – e a minoria são todos os demais grupos.

contra esta dependência), quanto a como conseguiu se organizar para enfrentar uma nova ordem mundial¹⁹.

Deleuze (2005) encontra como alternativa para a situação “entrar em transe” por meio de uma mistura do político e do privado a ponto de não poder mais distinguir um do outro, isto é, tornar toda ação, seja ela individual ou coletiva, um ato político, um sentido correspondente àquele difundido pela pós-modernidade. Também, sobre a decorrência do contexto histórico, ao qual *Terra em Transe* se refere, Deleuze e Guattari (2017, v.5, p.177) retratam que o Brasil estava oscilando entre uma tendência ambígua de “totalitarismo social democracia” para exemplificar que ambos constituem partes de uma mesma dinâmica do capitalismo (e isto não é para dizer que são iguais, tal como a teoria da ferradura): o totalitarismo com a característica de retirar axiomas²⁰ e a socialdemocracia adicionando axiomas. A situação da colonização envolve os países de terceiro mundo, mesmo que haja a presença isomórfica que tende a uma homogeneização dos mercados em nível mundial exterior, não implicando uma homogeneização dos Estados (idem, p.180).

Assim, o que acontece é uma tendência dos países de centro de possuírem Estados com características homogêneas de dominação imperialista enquanto os de terceiro mundo, caracterizados por serem dependentes dos Estados de centro, os quais são polimórficos entre si mesmo, quanto a uma mesma lógica: são submissos aos investimentos de capitais estrangeiros ao mesmo tempo que lhes são fornecidos capitais, num vínculo de dependência dos Estados periféricos com os de centro.

Seria um erro desinteressar-se da luta no nível dos axiomas. Mas ocorre considerar-se todo axioma, no capitalismo ou num de seus Estados, como constituindo uma “recuperação”. Porém, esse conceito desencantado não é um bom conceito. Os remanejamentos constantes da axiomática capitalista, ou seja, as adjunções (enunciação de novos axiomas) e as retiradas (criação de axiomas exclusivos) são o objeto de lutas

¹⁹Quando se opta pela abordagem de uma nova ordem mundial é em referência ao que Deleuze e Guattari (2017, v.5) dizem sobre a alternância da polarização, em termos gerais, da ideológica mundial entre leste e oeste – referente à bipolarização mundial da guerra fria – para a nova dinâmica imperialista que gera uma nova bipolarização entre os países de centro e os periféricos, isto é, a emancipação da ordem norte-sul.

²⁰A axiomática é usada por Deleuze e Guattari (2017, v.5) para se referir à forma de atuação da máquina abstrata capitalística, trata-se de enunciações que determinam o que é aceito em maior grau e, a partir deste termo, desta axioma e a sociedade vai criando o padrão de normalidade e desvios. Mas, tem-se que a axiomática está perpetuamente adicionando e retirando axiomas e não importa se são ou não paradoxais ao próprio funcionamento da máquina, pois são estas as assimilações que a fazem continuar maquinando. A axiomática será retomada nesta dissertação no Capítulo 2.

que de modo algum estão reservadas à tecnocracia (DELEUZE; GUATTARI, p.177, 2017)

Neste contexto, Santos (1998) diz que prevê num futuro não muito distante uma reforma na Constituição feita de cima para baixo (*top-down*), mas que se iria perceber que tal medida não resolveria o problema e que alguns anos em seguida haveria outra reforma feita de baixo para cima (*botton-up*) e que, a partir dessa virada, haveria a produção de um movimento global internacional também de baixo para cima.

Esse é o panorama em que o Brasil se encontrava e que margeava as questões urbanas, haja vista que foi nas décadas de 1940 e 1950 que houve a intensificação da lógica industrial no país e o primeiro *boom* demográfico na contemporaneidade (SANTOS, 1993, p.31) e das décadas de 1940 a 1980 a população se tornou majoritariamente urbana com as metrópoles, num primeiro momento e num segundo momento nas cidades médias. Neste último período, o autor também relata a alteração da população no campo majoritariamente rural para uma agrária.

Neste subcapítulo vimos que a Revolução Verde aconteceu devido ao avanço do meio técnico-científico-informacional, que era exclusivo do meio urbano, para o campo. Isso repercutiu na mudança da interação entre campo e cidade, de uma rural-urbana para uma outra, agrária-urbana. Milton Santos afirma ser isso devido ao avanço do capitalismo no campo, Deleuze e Guattari já falam de uma forma-Estado que utiliza, primeiro, uma forma-cidade para se estruturar e se perpetuar de forma ressoativa nos demais territórios, a isso dão o nome de estriamento do espaço. O Estado, portanto, possui a tendência de criar uma unidade de um “todo” para Milton Santos, esse “todo” nacional estaria sob as rédeas do colonialismo em que o capital internacional é o detentor do poder, para ele a forma que ele atua é fragmentando o *território* e impedindo que o Estado brasileiro governe para os interesses da nação brasileira.

Deleuze e Guattari, quando falam da situação dos países colonizados, possuem uma perspectiva mais fatal. Para eles, o Estado age por captura dos desejos em prol do funcionamento da máquina abstrata capitalística (adicionando e retirando axiomas), assim, é o primeiro que possui a capacidade de se atualizar (pela captura dos desejos) para continuar se perpetuando, portanto possui a capacidade de territorializar, desterritorializar e reterritorializar, como no filme *A Coisa*. Assim, o Estado age com tendências isomórficas nos países de centro e com tendências polimórficas nos periféricos.

Foi na Revolução Verde que as cidades médias se expandiram e que se formulou a situação urbana atual, que deslocou maior parte das migrações direcionadas às metrópoles para as cidades médias nas décadas de 1940-1980 (idem, p.12). Então surge a questão: qual a situação de Uberlândia diante desse contexto político e histórico? Qual a relevância de Uberlândia para as dinâmicas territoriais do país? Para em seguida perguntar-se novamente: o que o movimento urbano de Élisson Prieto em o bairro Granja Marileusa tem a dizer sobre os processos urbanos brasileiros?

CAPÍTULO 02. Uberlândia/MG como cidade média

Tal como foi na primeira história (expansão e dissolução das cidades), as cidades médias apresentaram dois *booms* populacionais. A primeira fase foi nos anos 50, uma urbanização aglomerada, caracterizada pelo aumento do número de pessoas nas cidades médias, – neste período o número de habitantes deveria corresponder a mais de 20.000 habitantes para uma cidade ser considerada média – e a segunda foi a partir dos anos 70 por meio de uma urbanização concentrada, que decorreu devido à dilatação das cidades médias – cidades com mais de 100.000 habitantes –, sendo esta segunda a fase de Santos (1993), a mesma que Martine e McGranahan (2010) tratam como a segunda fase da urbanização brasileira.

Em linhas gerais, observa-se que as cidades médias possuem uma variedade de vocações que se estruturam em diferentes formas e graus na rede urbana. Elas são polos que atraem pelo “papel de destaque na produção material e imaterial, e é significativa a quantidade de trabalho intelectual e da terceirização” (ALVES; LOPES, 2011), são divulgadas como detentoras de melhores qualidades urbanas do que as encontradas nas metrópoles, por onde os problemas da urbanização predatória já se alastraram em níveis extremos. As cidades médias também “suprem a demanda por inovação tecnológica nas regiões onde estão inseridas, além de possuírem um setor financeiro para administrar os grandes fluxos de capital envolvidos nas novas atividades [...]” (ALVES; LOPES apud. NOGUEIRA, 2011).

Os planejamentos regionais pautaram as diretrizes de desenvolvimento nas cidades médias a partir da década de 1970 e com isso se tornaram subterfúgios para desafogar a grande migração para as metrópoles. Foram aplicados investimentos nestas cidades para impulsionar ainda mais as oportunidades e combater as consequências negativas da significativa taxa de crescimento num período curto, que trazem a estas cidades problemas, embora em menores escala, semelhantes às metrópoles (ALVES; LOPES, 2011).

A seguir encontram-se duas histórias sobre Uberlândia: na primeira irá ser enfatizado o discurso desenvolvimentista estabelecido pelos interesses políticos e econômicos privados das empresas e classes altas e num segundo momento se falará sobre as ondas de migração e expansão das periferias pobres decorridas delas. A opção por

dividir a história tem como objetivo mostrar o paradoxo socioespacial de Uberlândia e como ele culminou em duas formações urbanas tão diferenciadas. Devido a esse propósito, priorizou-se iniciar a dissertação com uma contextualização mais abrangente, partindo de um mapeamento da escala macro para a micro, assim, obtendo uma sintetização sobre as principais construções discursivas que foram instauradas nas dinâmicas urbanas da cidade de Uberlândia.

02.01. A história do desenvolvimento e modernização em Uberlândia

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. (BOITO J., 2012, p.7).

Durante o período de urbanização aglomerada, 1940-1970, Soares (1995, p.69) retrata que Uberlândia já possuía as estruturas que a caracterizavam como um centro atacadista importante para a região; nela já estava estabelecida a passagem da linha da Estrada de Ferro Mogiana (1895) para cumprir a função econômica (cidade e região) de comércio e agropecuária. Além disso, no início do século XX, a Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal instalou em Uberlândia a passagem de importantes rodovias (BR-050, BR-365, BR-425 e BR-497) que implicaram uma infraestrutura básica para a passagem de transportes e comunicações, foi o que permitiu a interligação mais íntima do local – Região do Triângulo, em especial Uberlândia, – com Goiás e Mato Grosso (SOARES apud. BRANDÃO; 1995, p.68).

Foi na urbanização aglomerada que houve a aceleração dos núcleos informais de habitação, tais como os cortiços, as favelas e a coabitação (FERNANDES, LEME, LENK, 2015, p.8). A produção de imóveis e loteamentos na cidade não foi suficiente para atender às reais demandas do povo, haja vista a dificuldade de aquisição desses bens devido ao fator financeiro. A maior parte da população possuía salários que não eram suficientes nem para o aluguel nem para a aquisição desses bens. A principal consequência dessa conjuntura foi o aumento da quantidade de imóveis e lotes

concentrados pela classe alta, que os usaram para a especulação imobiliária e controle dos valores dos aluguéis.

É importante recordar em relação à segunda história de Secchi (2009, p. 21) o fim da cidade moderna, que se concentra nas cinco décadas após o conflito mundial, quando se percebe, pela tentativa de alcançar as grandes utopias, que se formam diversas outras expressões da conjuntura moderna que vão se esgotando, assim, esse grande projeto se vê muito provavelmente finalizado.

A narrativa da segunda história diz que foi inaugurado em 1960 o novo distrito federal brasileiro: Brasília, um símbolo do projeto de modernização da economia brasileira do governo de JK. A segunda história reverberou em Uberlândia por meio da ampliação de empresas de transporte de cargas através do levante de empresas atacadistas que possuem grande relevância em relação à cidade ainda nos tempos atuais, tais como Martins Comércio e Exportação, Armazém do Comércio (ARCOM), Peixoto (SOARES, 1995, p.73-75).

Nesse período, houve a luta pela modernização da cidade de Uberlândia, que pretendia ser inserida cada vez mais nos fluxos da ordem mundial que Brenner (2014) se refere como a extensão das cidades, ou, pela fala de Guattari (2001), como as dinâmicas do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Num movimento, tal como recorda Maricato apud. Berman (2000, p.130), ser necessário ao novo homem moderno de Le Corbusier um grito de guerra: “Precisamos matar a rua!”, aquele homem que necessita de um novo tipo de rua: funcional para o fluxo do tráfego e tão bem equipada como uma fábrica.

Soares (1995) continua: na medida em que Uberlândia se estigmatiza como uma posição geográfica privilegiada da forma de um entreposto comercial, favorecendo a população de trabalhadores, o discurso positivista sobre a cidade é intensificado e adquire potência afirmativa, cada vez mais correlacionando-a com o signo de uma lúdica prosperidade, “sendo a imprensa o principal veículo desta ideia: Uberlândia é uma cidade privilegiada” (idem, p.74).

A partir da estruturação do território com base na localização, outro avanço relevante para a cidade foi a constituição do aeroporto Tenente Coronel Aviador César Bombonato em 1957. Isso torna a cidade um entroncamento aéreo-rodoferroviário que garante a circulação material e o intercâmbio de pessoas na região com grandes fluxos de

estabelecimentos agroindustriais e de atacados distribuidores, reforçando a vocação de logística de transporte e mercado de Uberlândia (BESSA; SOARES, 2003, p.21-22).

No período de urbanização concentrada, a partir de 1970, Uberlândia aumentou de 22.123 habitantes na década de 1940 para 111.466 habitantes na década de 1970 (FERNANDES, LEME, LENK, 2015, p.8). Esse período foi caracterizado pela expansão da malha rodoviária na microrregião do Triângulo Mineiro e aumentou o preço das propriedades rurais pelo incentivo à modernização agrícola do cerrado (*idem*, p.11).

Neste contexto, a modernização da malha viária e da produção agrícola, o interesse do capital estrangeiro e “extra-regional”, a posição geográfica e a distância relativa em relação aos grandes centros nacionais, bem como o papel do equipamento local de saúde, educação e telecomunicações, foram todos fatores que resultaram no crescimento econômico de Uberlândia ligeiramente acima da média nacional entre 1970 e 2000, reforçando seu papel polarizador dentro do Triângulo Mineiro. Neste mesmo período, a população da cidade novamente multiplicou-se por cinco. (FERNANDES, LEME, LENK, 2015, p.11).

Em 1980, Uberlândia se tornou um importante polo industrial devido à estrutura técnico-científica-informacional e de transportes que foi se estabelecendo, pois permitiu viabilizar a infraestrutura necessária para um estreitamento da ligação entre a “cidade e a sua região agrícola, por meio de fluxos primários e daqueles associados ao consumo produtivo do campo e ao uso de crédito” (*idem*, p.26). Assim, além de um entroncamento aéreo-rodoferroviário, é uma cidade conectada na rede informacional em um polo agrário e atacado-distribuidor (*idem*, p.23-24).

Quando se aborda a história da formação de Uberlândia, estão presentes também as histórias do crescimento das principais empresas nos territórios da cidade. Não se pode negar que a “prosperidade” aclamada pela mídia de massas está intimamente atrelada com a vinda de comércios e indústrias, pois, como Soares (1995) retrata, foi isso que permitiu à cidade passar de uma sociedade agrícola para uma sociedade urbano-industrial; foi com fundação dessas estruturas políticas, econômicas e sociais que Uberlândia foi se constituindo como cidade-polo no período de 1945 e 1980 nas rédeas do capitalismo tardio.

Bessa e Soares (2003) constatam que se foi gradativamente ampliando os bens fixos e móveis relacionados aos serviços de telecomunicações fixas de Uberlândia. Avançando-se um pouco na cronologia, em 1999, houve a implantação da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC), carro-chefe da *holding* Algar, a prestação

de serviço de *telemarketing*, caracterizado por ser um fixo artificial que trabalha em conjunto com as empresas atacado distribuidoras como intermediador da comunicação das transações. Desta forma, essas tecnologias permitiram “possibilitar a existência de fluxos distantes e descontínuos territorialmente” (idem, p.23).

Em relação a Uberlândia, as classes altas e empresarias sempre usaram discursos que ordenavam o desenvolvimento de acordo com os próprios interesses, foram diversas campanhas, entre elas, Soares (1995) destaca as de Uberlândia como “Cidade Jardim”, “Cidade Indústria”, “Cidade Universitária”, “Portal do Cerrado” e, nos dias atuais, como “Cidade Digital” (Prefeitura de Uberlândia, 2019). Os discursos utilizam-se do rosto²¹ do trabalhador para passar a imagem de uma cidade próspera, repleta de ofertas de empregos, acolhedora, limpa etc. E as mídias são ferramentas muito poderosas para normalizar discursos, portanto é válido afirmar que elas são uma produtora do inconsciente coletivo e no caso uberlandense muito bem articuladas por estes agentes privados.

No período de modernização brasileira, Uberlândia começou a se enquadrar no conceito de *cidade empresarial*, ou seja, uma cidade como máquina de fazer dinheiro, utilizando o ideal platônico, de algo que nunca será alcançado, mas que permeia todas as entranhas da realidade e que sobrepõe todas as demais “outras” que não são úteis para a constituição da empresa (SOARES apud. RELPH, 1995, p.181). A questão da cidade como empresa será discutida mais profundamente no segundo capítulo.

A cidade industrial foi pautada no projeto do Distrito Industrial de Uberlândia, que foi projetado em 1956 e inaugurado em 1965 e que aproveitou o programa político mineiro de descentralização industrial do estado, por meio desse a cidade oferecia vários incentivos fiscais às empresas. Soares (1995, p.192) comenta que a cidade industrial foi

²¹A rostificação é o desenvolvimento de um modelo social que cria significâncias abstratas acerca de um status que condiciona séries de atitudes e comportamentos relacionados a status diferentes. Há o rosto da roupa, do corpo, da face, do juiz, do aluno, da mãe, do intelectual, do psicólogo, do louco, do vagabundo, do pobre, do sem-terra, do rosto majoritário, entre outros. É uma forma política de criar processos de reprodução de enunciados, por exemplo, um professor deve repassar o conteúdo da apostila para ser socialmente um bom professor, ou, um adulto deve trabalhar, ou ter família e religião para ser uma boa pessoa. Essas questões que são enfrentadas na escala individual fazem parte da micropolítica e são enunciadas na macropolítica. A produção social de rostos é de caráter político por criar uma encruzilhada advinda do sentimento de culpabilização, segregação e infantilização quando o sujeito não se assemelha aos rostos conhecidos. Porém, mesmo diante de toda esta crítica, Deleuze e Guattari (2017, v.3) cartografam formas de escapar desta máquina abstrata da rostidade. Este conceito será aprofundado no final do Capítulo 02.

um dos projetos mais bem-sucedidos da elite local, pois antes dele Uberlândia não tinha tanta influência em Minas Gerais.

O conceito de *cidade empresarial* também fica claro quando se observa a competição entre Uberlândia e Uberaba pelo título de melhor cidade da região. Nessa competição, Uberaba se destacava no campo de especialização por haver uma faculdade de medicina, portanto, para receber os holofotes, a Cidade Universitária foi a medida tomada por Uberlândia para se destacar ainda mais. Também foi um sucesso a proposta, pois a Universidade de Uberlândia (1969) conseguiu atingir a federalização em 1978 e fundar a Universidade Federal de Uberlândia (SOARES, 1995, p.196-197).

Portanto, foi na década de 1970, no período da industrialização brasileira (SOARES, 1995, p.186), que o enunciado de “Cidade Industrial” e “Cidade Universitária” foi apropriado para Uberlândia. Nisso, o poder da máquina abstrata capitalística agenciada e enunciada pelas classes altas e empresariais ganha potência e como consequência, para reafirmar o novo padrão de rostidade, inserido nas dinâmicas da cidade, acaba-se encobrendo os problemas sociais e econômicos, tal como constata o trecho que Soares (1995) retirou do jornal Correio do Triângulo de 1992 quando se abordou a contradição da perspectiva das elites locais sobre a realidade uberlandense entre a outra parcela da população, majoritária em números, mas minoritária em representação e direitos:

Há problemas sociais imensos, em Uberlândia. O maior índice de desemprego na história. A violência acontece como nas grandes metrópoles: furtos, assaltos, invasões de domicílios, assassinatos, estupro, agressões generalizadas. Há milhares de crianças perambulando pelas ruas. Os postos de saúde atendem precariamente como no resto do Brasil. É uma cidade do Terceiro Mundo como outra qualquer. **Não é uma ilha de fantasia como apregoam certos políticos** (SOARES apud. CORREIO DO TRIÂNGULO, p.325, 1995, grifo nosso).

É importante retornar neste ponto da dissertação à primeira história de Secchi (2009), àquela em que os modernos tratavam as cidades como *lugar mágico*, mas cujo o fracasso desses grandes projetos ideológicos começava a ser exposto conforme a pós-modernidade se entrelaça nas teias urbanas. Pois bem, observa-se que a exposição feita pelo Correio do Triângulo em tratar a realidade de Uberlândia como não sendo uma *ilha de fantasia* está no mesmo plano desta tomada de consciência com a crítica deste grande projeto modernista, em que só é progresso caso ignore e camufle todos os demais

problemas dele decorridos: um progresso, sim, mas restrito às classes mais altas, detentoras do poder.

É a partir da compreensão das injustiças socioespaciais, sejam elas de qual natureza for, que engendra o maquinário contra a *fantasia* dos interesses políticos e econômicos privados e à *magia* das cidades. A partir do escárnio ao maquinário da produção de subjetividades dos interesses privados das classes altas e empresarias é que se dará o nome de máquina abstrata da rostidade, ao se utilizar o discurso progressista “para todos”, mas que primordialmente beneficia o próprio padrão que está sendo estabelecido (como será apresentado mais à frente, o mesmo padrão aparece na constituição do bairro Granja Marileusa). Emancipam-se cada vez mais as distinções socioespaciais, em que se desvia a grande parcela, pobre e minoritária, do direito à cidade. Distinção esta que se estende na economia, na raça, na estética, nos espaços, nas oportunidades de melhoria de vida, nos acessos aos direitos, na cidadania, em todas as minúcias macro e micro da política e da vida. É um terror molecular. A constituição da cidade se submete à máquina abstrata capitalista, que por sua vez se torna cada vez mais consistente e potente para impedir violentamente que quaisquer fluxos possam devir minoritários. Assim, eles são imediatamente aniquilados e/ou interrompidos. Como resultado, a realidade que está sendo maquinada permanece sendo agenciada e enunciada.

A partir da entrada do novo século XXI, a ambientação política no Brasil é modificada com o neodesenvolvimentismo e a terceira história (cidade, indivíduo e sociedade) de Secchi (2009) se torna mais vívida e influente no ordenamento de *capturados* desejos. É daí que se volta à outra história de Uberlândia, face da mesma realidade desenvolvimentista, pois uma não existe sem a outra: a história das margens.

02.02. A história das margens em Uberlândia

Anteriormente, foi abordado pela primeira história de Secchi (2009) acerca dos migrantes e como eles foram importantes no movimento de urbanização dos estados brasileiros. Foi por esse processo nomeado de Revolução Verde que núcleos de habitação, como as favelas e os cortiços, tornaram-se cada vez mais comuns nas grandes cidades e posteriormente nas médias. A principal causa apontada para a transição às grandes e

médias cidades foi a busca por melhores condições de vida, pois essas aparentavam oferecer mais oportunidades de trabalho e progresso.

Este subcapítulo tem o intuito de mostrar as incongruências do forte discurso dos interesses públicos e privados dos empresários sobre Uberlândia para subvertê-lo numa perspectiva dos grupos minoritários na narrativa da cidade, pois mesmo com todo o descaso institucional e estrutural do agravamento dos problemas sociais existe também a história da resistência, em que as injustiças sociais são protagonistas, pois as demandas nunca são devidamente atendidas.

Soares (1995, p.91) consigna a década de 70 como a de maior fluxo migratória em Uberlândia e que, não por coincidência, é a mesma década que foi exaustivamente determinada como influente e importante para o desenvolvimento da região por meio da imprensa local.

O ideário de “grandiosidade” e “progresso”, o lugar que seria um modelo ideal de cidade para se viver (idem, p.93) foi propagado pelos principais veículos midiáticos exaustivamente, sendo as principais “estrelas” o Distrito Industrial e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

As cidades médias eram peças importantes do projeto político em macro escala neste período do início da década de 70, elas eram as grandes prometedoras de desenvolvimento, já que as metrópoles estavam saturadas e repletas de problemas. As promessas em forma de publicidade são atrativas para famílias pobres, o descaso com essas é notório em conjunto com o desarranjo das políticas públicas para englobá-las em dinâmicas econômicas mais justas. Uberlândia não foi capaz de oferecer a estas famílias melhores condições de vida, pois era presente a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ofereciam-se baixos salários e a cidade possuía alto custo de vida:

Na verdade, o que parece haver é o entrecruzamento de dois discursos diferenciados, um que coloca Uberlândia como uma cidade perfeita, plena de oportunidades de trabalho, ascensão social e muito próximo daquele transmitido pela imprensa local, e um outro, contestador e questionador dessa imagem, partindo de um referencial criado a partir da dureza das condições de vida na favela. (PETUBA, 1997, p.37, grifo nosso).

A dissertação de Petuba (1997, p.8) abrange pessoas que migraram para Uberlândia a partir das décadas de 1970 e 1980 e que eram moradores dos principais assentamentos urbanos precários: as favelas do Anel Viário e da Lagoinha. É de grande importância mencionar essa trajetória dos migrantes, pois por meio dela é possível mapear

os enunciados dessa população e analisar os agenciamentos que deles decorrem. Petuba (1997) explora a perspectiva do migrante por um olhar de um “forasteiro” que não se sente (e não é) englobado naquilo que seria “ser um uberlandense de fato”, deixando para trás a perspectiva de um “forasteiro” genuíno – como alguém que veio de outro lugar. Fala-se de um forasteiro que está na contramão dos discursos de maior poder:

[...] se o migrante não existe a priori como categoria fixa e acabada, o caminho percorrido pela pesquisa foi o de resgatar as vivências, injunções e experiências que possibilitam os diversos e diferenciados grupos de indivíduos chegados a Uberlândia a se identificarem ou não enquanto migrantes. (PETUBA, 1997, p.23).

Não coincidentemente, conforme as migrações se intensificaram, começou a surgir o discurso que segregava mais uma vez a população em dois polos: os uberlandenses, quem era nativo da cidade, e os *uberlandinos*, os migrantes. Essa barreira linguística já anunciava os agenciamentos de um morador “original”, o qual as dinâmicas na cidade deveriam favorecer.

Para atrair investimentos e uma imagem pública nacional de “cidade próspera”, Uberlândia sempre se ateu aos discursos positivistas predominantes da época. Alinhou-se a lógica dos planos desenvolvimentistas do país durante o Golpe Militar de 64 e a do crescimento econômico nas décadas seguintes ao fim do Golpe Militar. Maricato (2017) constata que antes do governo petista os investimentos para a habitação de interesse social não foram prioridades nem mesmo quando se triplicou a quantidade de habitantes em ocupações informais urbanas na década de 90 (quando estava sendo implantado o modelo econômico neoliberal).

Torna-se impossível na realidade brasileira abordar o contraste entre as ocupações informais e formais sem constantemente frisar as diferenças socioespaciais urbanas dos ricos e pobres. Como constata Habert apud. Petuba (1997), o milagre econômico da década de 1970 foi sustentado pelo aumento da exploração da classe trabalhadora, expansão do mercado capitalista e entrada de capital estrangeiro no país, logo “para a classe trabalhadora, o grande milagre foi sobreviver. Para os migrantes expulsos do campo e de cidades menores, a cidade grande continuava sendo a saída” (idem, p.29).

Essa realidade é posta por Petuba (1997, p.33) com a constatação do relato da população de migrantes em Uberlândia pelo “salário mixado”, são trabalhadores que ganham pouco, sendo insuficiente para conseguir morar na cidade. Há também a dificuldade da inserção dos migrantes no mercado de trabalho e isso repercute na

formação de uma baixa autoestima dessa população. Cria-se uma “identidade ferida” e carregada de preconceitos, haja vista que alude a uma população que é socialmente excluída e que possui grandes obstáculos para ser contratada num trabalho, portanto não está desempregada, ela é desempregada (PETUBA, 1997).

Abre-se um parêntese para constatar que a questão trabalhista é diferente na atualidade em que se escreve esta dissertação, tendo em vista que houve a Reforma Trabalhista no ano de 2017 e, em 2020, aconteceu a pandemia do Coronavírus, que alterou as dinâmicas do trabalho tornando a modalidade *home-office* uma forma de evitar a contaminação e que aumentou também as taxas de desemprego e a quantidade de trabalhos informais, sendo o principal caso o dos trabalhadores por aplicativos (iFood, Uber Eats etc.). São algumas mudanças que já eram tendência antes da pandemia, mas que foram aceleradas por ela.

Embora Petuba (1997) retrate o migrante como qualquer um que não consiga participar das dinâmicas que demarcam o território da cidade “formal”, o migrante teve que ocupar e construir ou alugar e trabalhar e assim por diante, todas essas dinâmicas que são características dos espaços urbanos. Um perfil comum entre os moradores dos assentamentos é que muitos conseguem trabalhos em construções civis e a partir disso há muitos relatos do tipo: “Eu ajudei a construir a cidade”, portanto não se consideram mais migrantes (ou *uberlandinos*), e sim *uberlandenses* de fato. Encontra-se aí um paradoxo: as dinâmicas urbanas da cidade tratam essa população ainda como migrantes enquanto essa se considera já nativa.

A cidade é aberta e generosa para quem trabalha, valoriza a família e a vida em comunidade, ou seja, quem está inserido e nunca perturbou a ordem da cidade: trabalhou, casou, constituiu família e tem o nome limpo[...]. Está claro o fato de que a cidade reserva seus espaços a quem sempre viveu de acordo com os mecanismos por ela ditados. A noção de cidadania é concebida como algo estreitamente vinculada à ideologia dominante presente no discurso local e não como um direito a condições de vida digna e de caráter universal. (PETUBA, 1997, p.42-43).

Os migrantes são vistos como destabilizadores da ordem do progresso e do desenvolvimento da cidade como lugar mágico e da fantasia elitista. Portanto, são tratados como perturbadores que distorcem a estabilidade social e econômica local. Por isto, pelas poucas oportunidades em espaços que possam ser pertencidos por este povo, a cidade se fragmenta ainda mais, já que ele está inserido nestas condições socioespaciais. O migrante

se vê num “beco sem saída”, encurralado opta, como ultimato, pela moradia na cidade “informal”.

Os assentamentos urbanos precários enfrentam questões de vulnerabilidade social, econômica e ambiental, também se enfrenta o risco de desapropriação e criminalização. Assim, a luta pelas posses de terra ganha um importante destaque, pois é uma maneira já conhecida (e potencializada a partir da década de 80 com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, o MST) de se criar um vínculo com o local diante de todos os enclaves de uma máquina abstrata capitalística e de um aparelho estatal que prioriza os interesses políticos e econômicos privados das elites locais.

É importante frisar que diante de todas as dificuldades impostas à população pobre que ocupa a terra ela não é a única a praticar esta atividade ilegal, Maricato (2008) afirma que os ricos também são atores de apropriação de espaços públicos, como a construção do primeiro Alphaville no Brasil, em São Paulo, com mansões loteadas em terras da União, e são impunes, não sofrendo riscos da mesma forma que a população pobre e já vulnerável.

Enquanto isso, as terras devolutas vão sendo invadidas, configurando uma gigantesca fraude que avança há mais de um século pelo território nacional e atualmente tem sua fronteira de expansão na Amazônia. A última iniciativa que alimenta a indústria da legalização da grilagem é a medida provisória 422, de março de 2008. Ela dispensa a licitação para a compra de terras públicas. Quem tem a titulação, ou simplesmente a posse de terras (e pela medida provisória a extensão pode chegar a até 1500 hectares), e quer regularizá-las, deve levar a documentação solicitada ao Incra. Evidentemente, pequenos posseiros e ribeirinhos não têm essa informação nem recursos para providenciar os documentos. Segundo um estudo do professor Ariovaldo Umbelino, da Universidade de São Paulo, só com base nessa medida provisória 60 milhões de hectares de terras públicas poderão ser privatizados. (MARICATO, 2008).

Por isto os movimentos de luta sempre aclamam e expõem a forma injusta e discriminatória da seletividade da imposição de leis apenas para alguns, justamente para os que já são vulneráveis, seja pela pobreza, pela raça, pela origem regional. Assim, na entrevista de Ermínia Maricato por Gilberto Maringoni (2010), é mencionada a inviabilidade em que se constituem as cidades nos moldes expostos, aclamando a urgência de políticas urbanas públicas que tenham como cerne a justiça social.

Para finalizar, os modelos econômicos de industrialização e de desenvolvimento principalmente favoreceram as classes mais altas e ignoraram os visíveis problemas urbanos das classes mais baixas. Com exceção do neodesenvolvimentismo, em que houve

uma mudança de olhar e uma tentativa de englobar também as classes mais baixas nas dinâmicas sociais (principalmente pela MCMV e PAC 1 e 2), o que é de extrema relevância na conjuntura histórica brasileira. Por outro lado, o modelo foi um grande paradoxo, pois, mesmo com maior atenção às classes baixas, as diferenciações socioespaciais e a concentração de renda continuaram a aumentar.

Na conjuntura pós-*impeachment* de Dilma Rousseff (foi mencionado na terceira história), as políticas do Estado agem com o pretexto de reduzir *axiomas*, um panorama que ficou conhecido pela guinada da direita por uma onda conservadora. A postura do atual presidente de extrema-direita, Bolsonaro, trata o movimento de ocupações informais, sejam elas no campo ou na cidade, como ato terrorista. É uma postura que já estava bem definida antes de ser eleito, como exemplo, um *tweet* de 2018 (@jairbolsonaro): “A propriedade privada, rural ou urbana, é sagrada. As ações do MST devem ser tipificadas como terrorismo” (BOLSONARO, 2018). Anexado ao *tweet*, um vídeo, em que ele repete a mesma frase e adiciona no final “[...] e arma de fogo para o cidadão do bem”.

Bolsonaro faz uma crítica especificamente ao MST, mas o discurso do presidente não se atém apenas a esse movimento, ele constitui um bloco para se fazer referência a todos os demais movimentos de luta que atuam na propriedade pública ou privada, todos os sem-terra, sem-teto e assim por diante. O governo, a partir do discurso de criminalização dos movimentos dos sem-teto e dos sem-terra, explicita uma barbaridade ao povo.

Desta forma, torna-se mais importante ainda a difusão de informações dos movimentos sociais por aqueles que atuam de forma ativa. Neste sentido, Aragão (2019), num estudo de caso do MST sobre A invasão da Florestan Fernandes, relata que as mídias de massas não informam sobre o movimento social nem sobre a luta por ele travada. Aragão (2019) mostra que é necessário fortalecer a luta para informar a população sobre o que realmente é o movimento social e criar um contra discurso capaz de divulgar de forma detalhada as injustiças vivenciadas pelas pessoas. A forma de acessar a população é pelo uso de redes sociais, dando ênfase ao Twitter.

Ou seja, o discurso predominante segue sendo o dos meios de comunicação de propriedade de grandes conglomerados privados – integrantes, tais conglomerados, da elite do dinheiro. Todavia, as novas tecnologias informacionais e comunicacionais abriram maiores possibilidades de contestação dessa hegemonia; as *forçascentrifugas* parecem adquirir mais intensidade e velocidade para desestabilizar o poder gerado pelas

forças centrípetas. Para tanto, viu-se, é imprescindível aos produtores sociais e editores sociais o entendimento e domínio – o letramento digital – necessários ao aproveitamento das potencialidades dessas ferramentas. (ARAGÃO, 2019, p.343).

As discussões sobre o meio digital são bem amplas, mas é importante identificá-las e mostrar que também há luta no ciberespaço. No caso da *Ocupação Glória*, que culminou na formação do bairro Élisson Prieto em Uberlândia, a luta foi travada pelo Movimento dos Sem-Teto do Brasil (MSTB), pela Associação de Moradores do Bairro Élisson Prieto (AMBEP), e recebeu apoio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e de diversas outras instituições, como a Pastoral da Terra. Portanto, o enfrentamento das mídias de massas foi feito pela divulgação do processo de legalização do bairro pelas redes sociais, como o site oficial da UFU, e por outros blogs, como o Glória em Foco²², a Associação de Moradores do Bairro Élisson Prieto, entre outras.

02.03. A cidade-empresa

Por meio da exposição efetuada até então, entende-se como se constituiu uma territorialidade de cunho desenvolvimentista em Uberlândia. Emergem destes posicionamentos diversos paradoxos de sua formação. A seguir irá haver uma discussão acerca dos conceitos de cidade-empresa e de cultura empresarial. Eles permitem vislumbrar movimentações sobre como a realidade é produzida, relevantes para este estudo sobre a cidade.

As questões empresariais no urbanismo e na cultura remetem à formação espacial materialista da cidade. Elas se misturam com os valores das classes mais altas, que se acoplam na máquina abstrata capitalística e que mantêm a operação de modelos de explorações e segregações. Eles são camuflados por novos rostos para disfarçar uma realidade cruel.

Os interesses políticos e econômicos das classes mais altas e empresariais atuantes na cidade formam um agenciamento maquínico da cidade-empresarial. Soares (1995) prova que o modelo empresarial não é uma novidade do bairro Granja Marileusa. Ele se materializa na cidade por diversos modelos urbanos. Foi mencionado na dissertação um

²² Blog desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia pela Equipe Jornalismo pelo Projeto Interdisciplinar em Comunicação II e Planejamento Gráfico.

breve exemplo ao se relatar sobre a constituição do bairro Distrito Industrial. Assim, Granja Marileusa é mais uma polida engrenagem que surgiu de terrenos que antes serviam para especulação imobiliária, agora em forma de bairro tecnológico. Ele age como uma atualização do *marketing* uberlandense da cidade-empresários.

Quando a gleba recebe um destino, quando é traçado o projeto de Granja Marileusa, pode-se dizer que houve uma atualização, uma reterritorialização do espaço, um agenciamento maquínico, com objetivo de servir à máquina abstrata capitalística global e gerar *status* de “progresso” e lucratividade aos empresários. É ignorada toda uma demanda histórica de moradia e direito à cidade. Enquanto ainda precisa de apoio financeiro e burocrático para tal empreitada por meio de subterfúgios legais do Estado pelas parcerias entre público e privado. Apenas assim, o projeto pode ser construído.

A cidade-empresa é uma das realidades no Brasil. Os novos personagens da dramaturgia atual brasileira, ou as novas máscaras, são: os *coachs*, os blogueiros, os *influencers*, os empreendedores, entre outros. Eles são os rostos de um “progresso” fechado em si mesmo, o qual gera ainda mais diferenças socioespaciais entre os territórios. Para isso, estes rostos se opõem constantemente àqueles que não são como eles (o rosto do pobre). É uma oposição causada pelos agenciamentos maquínicos dos interesses políticos e econômicos dos agentes privados, e não como os discursos da mídia de massas fazem parecer, que seria pelo desordenamento, pelo crime, pela invasão, pela inveja etc., sejam quais forem os adjetivos usados para se referir a quem tem menos poder de capital e que busca de alguma forma reverter essa situação.

O conflito das classes mais baixas é oriundo de uma maquinação que ignora todas as questões que envolvem esse grupo mais pobre. A máquina não produz qualidade de vida e participação ativa dos espaços urbanos de maiores qualidades (sejam eles públicos ou privados) às demais classes que não sejam as mais altas. A cidade-empresa não os assimila.

Na década de 1980 foi quando as cidades começaram a adotar o modelo empresarial imerso no cenário em que as privatizações são intensificadas. É quando a cidade-empresa ganha protagonismo e se torna um modelo de referência para as demais cidades. Parte-se do ponto de vista de que o planejamento estratégico começa a se instaurar como discurso e projeto predominantes de cidades.

Segundo Vainer (2000), a cidade-empresa se sustenta por três pilares: pátria, empresa e mercado. Primeiro, a questão da pátria diz respeito ao desenvolvimento de um patriotismo que usa um discurso de sujeição da cidade, personificando o “eu” da cidade, “[...] o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. [...] aceita-se, como natural, a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação” (idem, p.91). A cidade sujeitada age como uma projeção ideal de como ela deve ser, num ato de projetar e gerir para um futuro próspero. Assim, ela também está sujeitada a ser uma mercadoria, deve atrair investimentos financeiros para que se desenvolva como o esperado. Surge a necessidade dela se tornar atrativa, portanto o *marketing* e a competição urbana se tornam engrenagens intrínsecas ao processo.

Os principais aspectos apontados na crítica a Uberlândia estão representados na cidade-empresa. O patriotismo foi exposto pela exclusão dos migrantes, criando o termo *uberlandinos*; a competição foi formalizada entre Uberlândia e Uberaba, tal como menciona Soares (1997, p.193), e foi a grande motivação uberlandense pelo interesse em ampliar o sistema de educação de Ensino Superior, tendo como principal resultado a federalização da Universidade de Uberlândia.

O *marketing* uberlandense tratava a cidade como hospedeira e repleta de oportunidades (PETUBA, 1997) e atraiu tanto a classe de empresários e trabalhadores especializados (aqueles que conseguem participar da cidade-empresários e são bem-vindos) quanto as classes mais baixas, que, por sua vez, foram destinadas a ser ignoradas e revogadas do título de uberlandenses.

O tema da cidade como mercadoria se torna evidente ao se observar como ela se desenvolve. No caso de Uberlândia, a questão histórica e cultural sobre como as classes mais altas agem no entorno ocioso urbano, principalmente pelo direcionamento da construção da cidade segundo os interesses políticos e econômicos dos empresários e pela especulação imobiliária. É uma condição ímpar à análise, mas não única. Os loteamentos para as Habitações de Interesses Sociais (HIS) são selecionados unicamente pelo pretexto financeiro via preços mais baixos e, via de regra, situam-se em áreas marginalizadas, de risco e sem infraestrutura. Como consequência, são áreas desvalorizadas que possuem preços mais baixos.

Arantes (2000) coloca a cultura empresarial como o cerne da questão, sendo a principal área dos conflitos urbanos. É por meio dela que se propaga e que se mantém a

produção social do espaço tal como é. Ela afirma: “o que estou tentando mostrar é que hoje em dia a cultura não é o *outro* ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2000, p.48).

Assim, a aproximação de Arantes (2000) pela cultura empresarial se dá a partir do ponto de vista que insere a subjetivação dentro das dinâmicas sociais e da formação do sujeito. Já Vainer (2000), pela cidade-empresários, aponta que o espaço é socialmente produzido pelas mecânicas de poder das classes mais altas, em outras palavras, entre aqueles que são capazes de usufruir os espaços privilegiados das cidades.

02.04. A rostidade da cidade-empresa

Deleuze e Guattari (2012, v.3) acreditam na potencialidade revolucionária de trazer os rostos para fora destas maquinações da rostidade. É importante interpretá-los fora de uma leitura dialética entre “eu” e o “outro”; como se o migrante, o pobre, o sem-teto, o negro etc., tornasse-se “outro”, o bárbaro. Para os autores, as alteridades são questões de graus desvios do padrão da produção da máquina abstrata da rostidade, que têm como medida referencial o homem branco qualquer. Nesta máquina, “não existem pessoas de fora, nem sequer existe um sujeito. Existem pessoas que deveriam ser como nós e cujo crime é não o serem” (idem, p.51), não há um outro. Os rostos são produzidos socialmente, eles são uma política, há uma máquina abstrata de rostidade que não corresponde a uma produção de identidades:

O rosto não age aqui como individual, é a individuação que resulta da necessidade de que haja um rosto. O que conta não é a individualidade do rosto, mas a eficácia da cifração que ele permite operar, e em quais casos. Não é questão de ideologia, mas de economia e de organização de poder. Não dizemos certamente que o rosto, a potência do rosto, engendra o poder e o explica. Em contrapartida, determinados agenciamentos de poder têm necessidade de produção de rosto, outros não. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v.3, p.47).

A máquina abstrata de rosto age pelos desvios-padrão de desviação do rosto e, para os autores, “o rosto é Cristo” (idem, p.48), e isto quer dizer “o homem branco médio qualquer” (idem, p.50). A máquina está constantemente rejeitando os rostos não conformes e pela diferenciação de um “sim” ou “não” age por relações binárias de

aceitações, de tolerâncias e assim por diante. Ela acontece de acordo com o grau de desviança dos rostos elementares, que seriam, por exemplo, o “rosto de professora e de aluno, de pai e de filho, de operário e patrão, de policial e de cidadão, de acusado e de juiz” (idem, p.49), podem-se incluir aqui os rostos elementares de *uberlandense* e *uberlandino*, de nativo e migrante, de trabalhador e de vagabundo, entre outros.

O rosto é produzido pela junção do muro branco e do buraco negro. O primeiro é onde se projetam as linguagens e os símbolos, é onde os significados aparecem, é o aspecto da máquina abstrata em que acontece o julgamento se certo rosto passa ou não passa por ela. O segundo, o buraco negro, é um ponto voltado em si mesmo que está consumindo de forma desenfreada as subjetividades que o atravessam e que encaminham os enquadramentos aos rostos elementares. Nesta dinâmica, “o muro branco não para de crescer, ao mesmo tempo que o buraco negro funciona várias vezes” (idem, p.50).

Os autores argumentam sobre o rosto não fazer parte de um organismo, ele está além da estratificação, “é uma desterritorialização *absoluta*” (idem, p.42), podendo agir numa cabeça, num corpo, num objeto, numa casa, num utensílio etc. Pois, a rostidade está inserida na dinâmica da máquina abstrata, do sistema do muro branco-buraco negro, e isso basta, tal como os autores relatam: “há algo de inumano no rosto”.

Os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade, que irá produzi-los ao mesmo tempo que der ao significante seu muro branco, à subjetividade seu buraco negro. O sistema buraco negro-muro branco não seria então já um rosto, seria a máquina abstrata que o produz, segundo as combinações deformáveis de suas engrenagens. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v.3, p.37).

Assim, a arquitetura funciona como rostos numa paisagem transformada por ela mesma, seja ela em forma de bairros, casas, cidades, edifícios, lojas etc. (idem, p.43), deste modo, “não há rosto que não envolva uma paisagem desconhecida, inexplorada, não há paisagem que não se povoe de um rosto amado ou sonhado, que não evoque um rosto por vir ou já passado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.43).

Essa máquina é denominada máquina da rostidade porque é produção social de rostos, porque opera uma rostificação de todo o corpo, de suas imediações e de seus objetos, uma paisagificação de todos os mundos e meios. A desterritorialização do corpo implica uma reterritorialização no rosto; a descodificação do corpo implica uma sobrecodificação pelo rosto; o desmoronamento das coordenadas corporais ou dos meios implica uma constituição de paisagem. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.54-55).

Quanto aos discursos, à questão da linguagem, Deleuze e Guattari (2012, v.3, p.52) dizem que ela “está sempre presa a rostos que anunciam os enunciados dela”, sendo assim, *o rosto sustenta a linguagem*,

[...] nossa semiótica de Homens brancos modernos, a mesma do capitalismo, alcançou esse estado de mistura no qual a significância e a subjetivação se prolongam efetivamente uma através da outra. É aí então que a rostidade, ou o sistema muro branco-buraco negro, adquire toda sua extensão. (idem, p56).

O rosto é o meio no qual os significados e as subjetividades se tornam matéria de expressão, é por onde eles aparecem.

A última abordagem da rostidade nesta discussão trata da compreensão da máscara, termo que foi usado algumas vezes durante a dissertação. “[...] A máscara assegura a instituição, o realce do rosto, a rostificação da cabeça e do corpo: a máscara é então o rosto em si mesmo, a abstração ou a operação do rosto. Inumanidade do rosto” (idem, p.55). É como opera a máquina abstrata da rostidade, uma maneira de algo ou alguém se apropriar das subjetivações do rosto, como se as vestissem e permitisse que a rostidade operasse no rosto. O rosto não é algo que se torna ou que se é: “introduzimos em um rosto mais do que possuímos um” (idem, p.44), ele é o primeiro plano.

A rostidade não assimila alteridades, ela age em circuito fechado, ela conhece apenas aquilo que está no muro branco, ela não assimila o fora. Deste modo, o “eu” cidade não deve ser interpretado como um sistema que produz o “eu” e exclui os “outros”. Há um sistema de desviança de uma máquina abstrata de rostidade que opera na cidade e que funciona para os rostos e as paisagens conformes em maior grau do que para os não conformes, e a maquinação inclui as máscaras, o si, os edifícios, as casas, os bairros, a presença das infraestruturas etc. Todos esses componentes de que a máquina se apropria são constituídos para que certos padrões de significância apareçam, sejam eles quais forem.

Os padrões da rostidade da cidade-empresa são territorializados pelas imagens que ela produz. Arantes (2000, p.17) aponta que a cidade-empresa pratica a política de imagem-marketing. Ele também arrasta em seu buraco negro das subjetivações aquele que reproduz os muros brancos, que seria a rostidade do urbanista como planejador-empendedor (idem, p.22).

Esta cidade é um diagrama gerado pela passagem destes fluxos que dão consistência à produtividade da máquina abstrata do capitalismo. O diagrama é, segundo

Deleuze (2005), “uma sobreposição de mapas” (idem, p.53), é “uma causa imanente não-unificadora, estendendo-se por todo o campo social: a máquina abstrata é como a causa dos agenciamentos concretos que efetuam suas relações; e essas relações de forças passam, ‘não por cima’, mas pelo próprio tecido dos agenciamentos que produz” (idem, p.36).

O sistema muro branco buraco negro da rostidade cria modelos ideais de paisagens, os quais não são capazes de serem atingidos. Os modelos agem pela dupla articulação, de produto e produção do consumo e das cidades como mercadorias, tal como aponta Arantes (2000, p.26). Isso produz uma paisagificação urbana gerada pela máquina abstrata da rostidade e pela máquina abstrata do capitalismo.

A máquina abstrata da rostidade sempre age por territorialidades. Pois ela condiciona os significados e as subjetividades dos planejamentos urbanos, das imagens, do *marketing*, das construções, dos tipos de moradores que são aceitáveis e toleráveis ou daqueles que não são. “A máquina já está aí, funciona sempre, produzindo rostos e paisagens, mesmo as mais abstratas” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.43).

Os autores apontam: “o rosto é um mapa” (idem, p.39). Um mapa, quando sobreposto a outros, torna-se um diagrama²³ (DELEUZE, 2005, p.53), ele é também uma máquina abstrata que opera nas relações de forças e não age como uma transcendência, tampouco age como uma força totalizante que objetiva formar uma unidade.

Deleuze (1996) define o diagrama/dispositivo como um novelo multilinear que dá a consistência de junção a todas estas linhas que formam algo parecido com um emaranhado. Assim, para atuar efetivamente neste diagrama/dispositivo, deve-se fazer o papel de cartógrafo, e isso significa que é necessário percorrer as linhas e entre elas traçar um mapa (idem, p.155), mas um que seja capaz de expor as rostidades e que tente escapar delas.

Vainer (2000) solidifica a crítica quanto ao ponto de vista da produção de um “eu” cidade. Partindo do posicionamento de Deleuze e Guattari, a respeito da máquina abstrata da rostidade, o “eu” cidade seria uma dupla articulação de produto e produção do fechamento dos rostos. É a potencialização da máquina abstrata da rostidade, que arrasta

²³ Segundo Agostinho (2017) o diagrama é uma versão inicial do conceito de dispositivo usado por Deleuze em épocas diferentes, sendo o primeiro usado no livro Foucault (2005) e o segundo, num primeiro momento, no texto *O que é um diagrama?* (1996), e que tomou sua última forma em *O que é filosofia?* (1991), sendo assim, nesta dissertação, os termos estão sendo usados como sinônimos.

os rostos e os afunda em buracos negros. Parte-se do pressuposto de Vainer (2000) em que ele apresenta uma descrição do funcionamento da máquina abstrata da rostidade na produção de rostos que são aceitos ou não, em maior ou menor grau, pela cidade-empresa.

Como veremos no Capítulo 03, o bairro Granja Marileusa faz parte de uma rostidade. Ele serve como um diagrama (uma sobreposição de mapas, de rostos) para este aparato de produção de significados e subjetividades; por outro lado, o bairro Élisson Prieto se desvia em muitos graus deste novo rosto produzido pelo Granja e não é em vão que tenha passado pelo árduo processo de regularização de uma ocupação “informal” a fim de se deslocar do status de “não aceita” e se tornar um pouco mais tolerável pela máquina abstrata de rostidade, passando por um processo de conformidade.

Nisso, pode-se perguntar então: o que fica, o que permanece diante de tanta movimentação? Deleuze e Guattari apontam que a máquina abstrata capitalística é constituída por uma axiomática global de fluxos descodificados e é por ela que há a captura, a permanência de um status quo (SANTOS, 2010, p.281), para “impedir que fluxos descodificados fujam por todos os cantos da axiomática social” (SANTOS apud. DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.283).

Bernardo Santos (2010, p.282) explica que a axiomática funciona por meio de um “modelo lógico abstrato – o do mercado capitalista – aos movimentos concretos da vida social”, para isso, ele apresenta dois exemplos de modelos que funcionam pela axiomática das empresas e do Estado:

Tais modelos podem certamente ser empresas, já que no interior delas sempre há códigos que garantem a aplicação dos “axiomas” – manifestos através de hierarquias as mais variadas, regimes de produção controles de qualidade, cartões de ponto, metas de produtividade, bonificações, “funcionário do mês” e por aí vai... Mas outro modelo de realizações são os Estados. São eles que, de acordo com sua população, seu “território”, seus recursos, suas relações, *concretizam* a *axiomática* capitalista. Sua função, nesse sentido, é muito simples: “impedir que fluxos descodificados fujam por todos os cantos da axiomática social” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p.334). Para tanto, ele deve “inventar códigos” apropriados a esta “axiomática”. (SANTOS, 2010, p.283).

No exemplo de Bernardo Santos (2010), o modelo empresarial se mostra como um agenciamento maquínico de enunciações que organiza os territórios para manter o progresso da cidade-empresa, ele impede que a cidade devesse outras formas que não sejam vantajosas para a forma da cidade-empresa, desta forma, favorecendo e sendo favorecida em diferentes graus e se subordinando ao funcionamento desta maquinação.

[...] a cidade tende a se emancipar quando a própria sobrecodificação se junta à desterritorialização e a amplifica: a recodificação necessária passa então por uma certa autonomia das cidades, ou diretamente por cidades comerciantes e corporativas liberadas da forma-Estado. É nesse sentido que surgem cidades que não têm mais relação com sua própria terra, porque elas garantem o comércio entre impérios ou, melhor, constituem elas mesmas com outras cidades uma rede comercial livre. (DELEUZE; GUATTARI, p.134, 2017-v5).

Na medida em que as paisagens e os rostos na cidade se desterritorializam em suas próprias terras, ela passa a ser reterritorializada pelos interesses da máquina da cidade-empresa, a qual está acoplada na máquina abstrata do capitalismo. A desconexão das cidades com a própria terra para que haja a passagem de fluxos do capital constitui uma marca da forma por meio da qual o progresso da cidade acontece.

No capítulo seguinte é quando esta cartografia encontra os objetos de estudos e, ao invés de contorná-los, como se tem feito até então, passa-se a compreendê-los pelo que são: dois fragmentos constituintes da atualidade. Assim, inicia-se a correlação de toda a contextualização desenvolvida sobre o Brasil e Uberlândia de forma a interligar as percepções advindas desta cartografia com os mapas dos respectivos bairros, Granja Marileusa e Élisson Prieto.

CAPÍTULO 03. Objetividades e subjetividades em leituras sobre Uberlândia

03.01. “Morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar”: o processo de produção do bairro Granja Marileusa

O bairro Granja Marileusa é uma peça da engrenagem que busca conectar Uberlândia aos fluxos do capital internacional. Oliveira (2019) retrata toda a jornada do Grupo Algar e contextualiza também a situação da cidade para agenciar todo o movimento de fazer de Uberlândia um *tecnópole*. Oliveira (2019, p.239) mostra quais são os indicadores de um “ambiente inovador” na cidade, para isto frisa a concentração de cursos profissionalizantes e faculdades de graduação e pós-graduação. São essas instituições que organizam toda a estrutura de um aparato de captura de *startups* – conhecidas como incubadoras –, incentivando a cultura empreendedora.

Oliveira (2019, p.241-242) aponta que em 2016 o Grupo Algar começa a investir no fundo “BR Startups” e entra no mercado do *venture capital* ou capital de risco. A BR Startups iniciou em 2013 por meio da Microsoft, pela Monsanto, do Banco do Brasil e do Banco Votorantim, é gerida pela MSW Capital e possui a missão de investimento corporativo em *startups*, criando com isso um ecossistema de empreendedorismo e inovação que permite aos envolvidos vivenciarem essa cultura de maneira mais fluída (MSW CAPITAL, 2020).

Sua carteira de capitais objetiva acelerar o desenvolvimento de empresas em fase inicial de consolidação, que desenvolvam serviços e/ou produtos inovadores e que gerem sinergias com as organizações que aportam os recursos. (OLIVEIRA, 2019, p.241).

Soares (1995, p.209) aponta que desde 1992 – quando foi escrita a *Carta de Uberlândia* pela Universidade, Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e Associação Comercial e Industrial (ACIUB) durante o encontro *Programa franco-brasileiro de Cooperação Científica e Tecnológica* – houve o comprometimento das instituições em viabilizar um possível polo tecnológico em Uberlândia. O objetivo era estreitar as proximidades da cidade com os fluxos do mercado internacional (idem. p.207).

Nesse aspecto, do ponto de vista dos agenciamentos da PMU, a ação é feita por programas como a Cidade Digital, aprovada em 2017, que é uma forma de digitalizar atividades burocráticas pela disponibilidade de algumas facilidades via internet. O programa atua com a informatização de serviços municipais com o desenvolvimento de

plataformas digitais, aplicativos, programas de iluminação pública, entre outros, sendo também relevante mencionar o agendamento on-line para protocolos da SEPLAN, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (REDE CIDADE DIGITAL, 2020). O objetivo de tais atualizações nos sistemas é cultivar o ecossistema para o projeto de *smartcity*:

Uma Cidade Inteligente e sustentável é uma cidade inovadora que utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e outros meios para melhorar a tomada de decisão, a eficiência das operações, dos serviços urbanos e de sua competitividade, enquanto garante o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras com relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ela é atrativa para os cidadãos, empreendedores e trabalhadores, e gera um espaço mais seguro, com melhores serviços e com um ambiente de inovação que estimula soluções criativas, gerando empregos e reduzindo as desigualdades. Com isso, ela promove um ciclo virtuoso que produz não apenas bem-estar econômico e social, mas também garante um uso sustentável de seus recursos e mais qualidade de vida no longo prazo. (BOUSKELA et al., 2016, p.33).

Em decorrência desta lógica, também iniciou o Programa Inova Uberlândia emitido pelo decreto nº 18.306, de 11 de outubro de 2019, que regulamenta a Lei Complementar nº 629, de 7 de dezembro de 2017, e tem o objetivo de inserção do Polo Tecnológico Sul, tendo como *slogan* “Vem viver, inovar e investir” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2020). Oliveira (2019, p.241) complementa que, para incentivar os empreendimentos tecnológicos e inovadores, há a isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), destinado para a “aquisição de imóveis onde a iniciativa será implantada” (idem), e a redução da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a 2%.

De acordo com a apresentação institucional de *powerpoint* disponível oficialmente pelo *website* do Granja Marileusa (2019, p.2-3), desde 1997 o Grupo Algar possuía o desejo de desenvolver um polo de inteligência e serviços, chamado *Algar 2100*, houve um primeiro *masterplan* em 2002 que se tornou inviável, Uberlândia ainda não estava preparada para um empreendimento de tal magnitude. Mas, em 2011, a Algar conseguiu se associar a outras 7 empresas de inteligência de mercado e desenvolveu o segundo *masterplan* em parceria com a Def-projetos chefiada por De Fournier (atuando de 2011 até 2015), a *Urban System*, com a inteligência de mercado para fazer o estudo de diagnóstico e inserção do bairro na cidade e outros acionistas. É nessa conjuntura que surge o pioneiro micropolo tecnológico de Uberlândia: Granja Marileusa.

O bairro ocupa a gleba da antiga Fazenda Marileusa que pertencia a Alexandrino Garcia desde 1950, sendo o nome uma homenagem à sua esposa e filha, Maria e Eleusa (OLIVEIRA, 2019, p.246). Foi oficializado pela lei nº 11.786, de 9 de maio de 2014. Nas delimitações apresentadas na Imagem 1, localiza-se no setor leste, na zona periférica de Uberlândia, nas margens do perímetro urbano delimitado pela BR-050. As obras foram iniciadas em abril de 2013 (GRANJA MARILEUSA, 2014a).

Houve alterações sobre a divulgação do bairro como empreendimento imobiliário. Quando estava no início das obras, afirma-se o conceito do novo bairro que corresponde, em linhas gerais, com o do Novo Urbanismo (CARMINATI, 2019) híbrido, o que Oliveira (2019, p.246) aponta como cluster corporativo. Isso é, a concentração de empresas as quais geram um ecossistema de colaboração e reafirmam a cultura empresarial.

Macedo (2007) aponta que o movimento do Novo Urbanismo foi uma busca por diretrizes em projetos que já existiam e que eram considerados um sucesso. Conforme foi

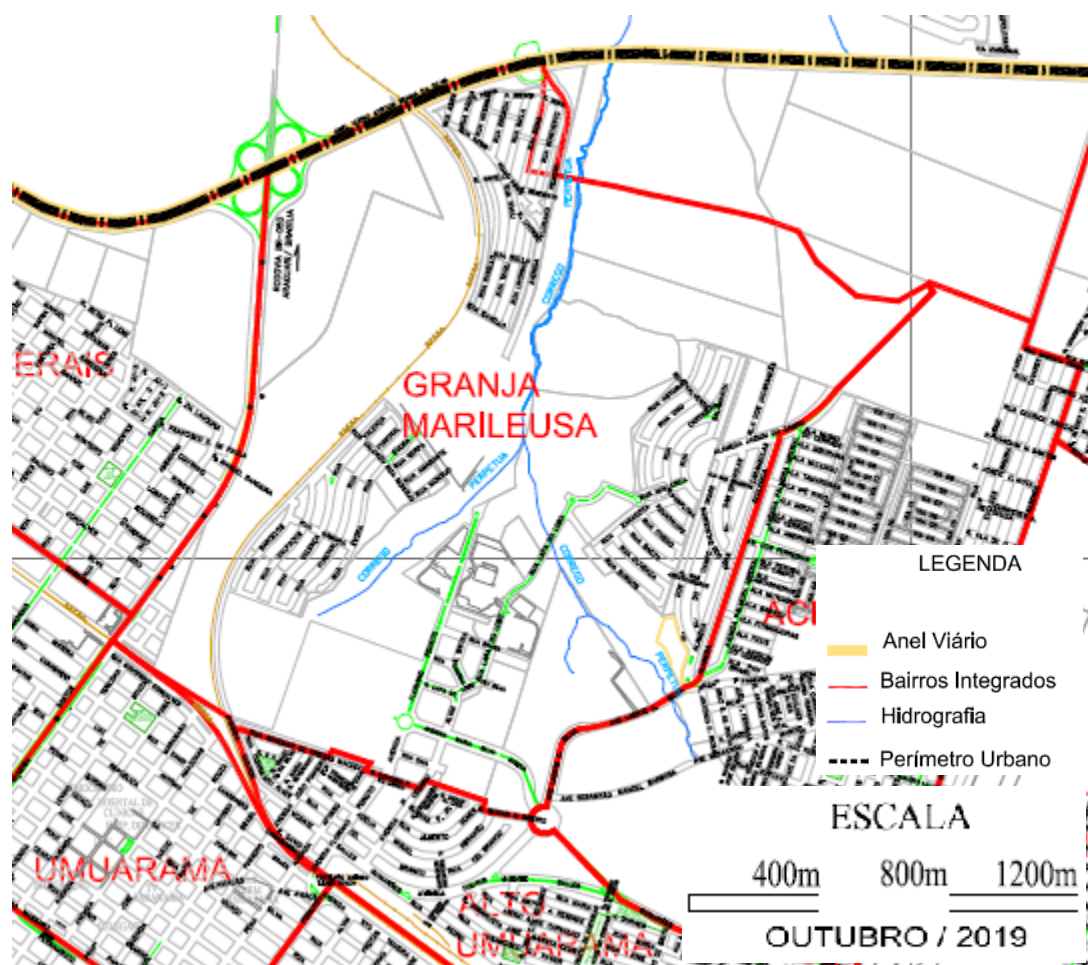


Imagem 3. Delimitação do bairro Granja Marileusa. Fonte: Mapa Bairros Integrados 2019, Prefeitura Municipal de Uberlândia.

mencionado no primeiro capítulo, Macedo (2007) constata que o movimento se originou pela Carta do Novo Urbanismo (CNU) em 1996 e se caracteriza por almejar uma cidade compacta. Para isso, destaca o *Traditional Neighborhood Development* (TND), ou *Neotraditional Design*, inspirado no modelo de Seaside/Flórida. Em linhas gerais, esse tipo de planejamento deve priorizar a escala do pedestre e da vida cotidiana dos moradores. Estes devem ter a possibilidade de realizar as atividades cotidianas sem recorrer a transportes automotivos individuais. Portanto, outros tipos de mobilidades são cruciais, tais como bicicletas e ônibus e a possibilidade de ir a pé. Desta forma, o zoneamento misto²⁴ é ímpar para oferecer vitalidade urbana de qualidade neste modelo de planejamento.

A seguir se encontra descrita a fala de uma publicidade em vídeo do YouTube sobre o conceito do bairro:

Morar em um lugar que fica logo ali, onde tudo é perto, **um lugar onde as pessoas encontram um jeito diferente de viver a vida, um lugar onde tudo se encaixa: as casas, o lazer, o trabalho...** viver num bairro onde o direito de morar bem e trabalhar com paixão foi devolvido as pessoas. Trabalhar onde a rua volte a ser de todos, se essa rua fosse minha, se essa rua fosse sua, se essa rua fosse nossa... seria um lugar onde os vizinhos são amigos, onde a gente possa ir trabalhar a pé e sempre encontrar gente pelo caminho. Um bairro com cara de bairro, se esse lugar existisse nos daria o privilégio de conviver e a alegria de viver a vida e a gente seria mais feliz. Mas, se esse sonho fosse só meu seria impossível realizá-lo, esse sonho precisa ser nosso, pois a felicidade é uma experiência coletiva. O Granja Marileusa é um bairro planejado que fica em **Uberlândia, uma cidade jovem, acolhedora, conectada e próspera.** É a realização do Grupo Algar que quer empreender e morar de um jeito diferente em um urbanismo que une residências, comércios, escolas e lazer. Ele materializa o conceito de cidades inteligentes e sustentáveis com a simplicidade de um bairro com cara de bairro, com localização estratégica e com vários acessos, ele proporciona um convívio com o outro e a natureza, integrando, mobilidade, tecnologia e segurança. **Queremos mais do que laços comerciais, queremos parceiros que acreditam nesse jeito de empreender e viver.** Construa esse legado com a gente, obrigado! (GRANJAMARILEUSA, 2013a, 00:22 – 02:14, *grifo nosso*).

Na própria propaganda mencionada anteriormente está clara a procura pelo retorno da dimensão do cotidiano ao se enfatizar um bairro onde “tudo se encaixa”, uma rua que seja “nossa” com a possibilidade de usufruí-la como área de recreação e lazer, em outra posição a imagem de rua como um lugar apenas de passagem e perigoso. Encontra-

²⁴ O zoneamento misto é usado quando há no projeto diversidades de usos dos espaços, com habitações, comércios, serviços, instituições, parques, entre outros equipamentos básicos, sejam eles públicos ou privados.

se nas sentenças: “localização estratégica” e “une residências, comércios, escolas e lazer” uma preocupação sobre as distâncias em tempo gasto (por automóveis individuais) do bairro para outros lugares pelos quais, supostamente, um morador-consumidor em potencial esteja interessado. Desta forma, divulga-se sem identificar o meio de deslocamento (presume-se que via veículo automotor privado), que a Granja Marileusa está a dez minutos do distrito industrial, uma hora das grandes capitais, cinco minutos do aeroporto, dez minutos do parque municipal, doze minutos da prefeitura e a cinco minutos da Universidade Federal de Uberlândia.

Na aba do *website* sobre a apresentação de Granja Marileusa (2019), o conceito do bairro se manteve como “projetado para morar, viver e trabalhar” e com o acréscimo do termo: “feito para as pessoas”. É destacado tudo o que o bairro oferece, tal como comércios, alimentações, serviços, acessibilidades, seguranças, praças, parques, conectividades e mobilidades.

No *website* oficial, são vários os slogans de venda. Na página sobre o bairro, a divulgação é feita como: “é um destino para se morar, viver, trabalhar, fazer negócios e inovar” (GRANJA MARILEUSA, 2020a), enquanto em outra página do site o slogan se altera para “conheça os empreendimentos presentes no bairro e descubra o lugar ideal para morar, trabalhar ou investir” (GRANJA MARILEUSA, 2020b). São variações sutis, mas que demonstram a versatilidade da linguagem do slogan principal, “morar, viver trabalhar”, adaptando-se às pretensões quando o enfoque é vender para habitação, investidores e empresários.

Segundo a tabela disponível pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano com data de 26 de julho de 2018, foram aprovados quatro loteamentos no bairro: o Granja Marileusa Fase 1A e os condomínios fechados Paradiso e Alphaville Uberlândia 1 e 2 (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2020). Na Imagem 4 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, há a marcação em vermelho do bairro; em amarelo, estão os três loteamentos de condomínios fechados indicados pela Secretaria anteriormente; em azul outro condomínio da franquia Alphaville, chamado de Terras Alpha, que foi lançado em dezembro de 2018, (GRANJA MARILEUSA, 2020b); em lilás estão dois condomínios fechados de sobrados de classe média, o Village Paradiso 1 e 2; o núcleo com alguns edifícios já construídos e de área não demarcada é referente à fase 1A, que inclui condomínios, que são hoje o Alphaville Uberlândia 1, Village Paradiso 1 e 2.

A Imagem 4 compara a fase A1 da vista superior do *masterplan* com a vista superior do bairro em 2020 pelo Google Earth. No projeto, há loteamentos em condomínios fechados para moradia, galerias comerciais para montagem de escritórios, um parque linear, três praças e uma reserva ambiental, monitoramento por câmeras em todas as esquinas, pontos de *wi-fi* grátis nas praças, a mobilidade urbana é atendida por uma estação de transferência de ônibus público e dois pontos de bicicletários, espaços verdes amplos que incentivam os pedestres e os ciclistas.

Observa-se que o arruamento segue como o planejado, porém os loteamentos não seguem a lógica de permeabilidade urbana que existe no *masterplan*. Apenas os conjuntos habitacionais mantiveram a qualidade urbana prevista no projeto.

Possui energia contingenciada com estrutura subterrânea, internet ultra banda larga e sistema fotovoltaico, além de acessibilidade e câmeras monitoradas para reforçar a segurança. Para materializar ainda mais o conceito de cidades inteligentes e sustentáveis, o bairro acaba de entregar à comunidade o projeto Parque Bike, um novo



Imagem 4. Loteamento Granja Marileusa A1 na fase de projeto (à esquerda) e o executado (à direita). Fonte: respectivamente, <<https://www.defprojetos.com/granja-marileusa?lightbox=dataitem-idkjaowy>>, e site Google Earth (2020).

espaço, dentro da mata nativa, para praticar o ciclismo *mountain bike*, reunindo em um só lugar esporte, lazer, educação e uma grande área verde:

O Granja Marileusa segue seu propósito de conexão das pessoas em um local planejado, sustentável e em pleno crescimento, onde as empresas têm espaço para se desenvolverem, pessoas se encontram na rua, crianças brincam nas praças e a vida acontece em cada canto. Em pleno desenvolvimento, o Granja Marileusa já possui uma área de 1.112 mil m² construídos com infraestrutura completa. (MARQUES, 2020).

A geração elétrica é promovida por duas usinas hidroelétricas por cabeamento subterrâneo em todo o bairro, menos na avenida principal, em que já existia o sistema padrão implantado (GRANJA MARILEUSA, 2020c). Oliveira (2019, p.242-243) fala sobre o interesse do Grupo Algar na produção de energia solar por meio da minigeração de energia elétrica fotovoltaica pelo Data Center da Algar Tech sediada no bairro.

De acordo com a Lei Complementar nº 525, de abril de 2011, o zoneamento do Granja Marileusa é todo em Zona de Transição (ZT), como esclarece o Art. 4º elas “são áreas ao longo dos Setores de Vias de Serviço e Setor de Vias Estruturais, que desempenham o papel de zonas intermediárias entre estes setores e a zona residencial” (Minas Gerais (Uberlândia), 2011). Isso permite a diversidade de uso e ocupação. Há a restrição de comércio atacadista especial II (C4-II), equipamento social e comunitário especial II (EC-II) e indústria de grande porte (I3) (CARMINATI, 2019, p.78). Para complementar essa informação, a Imagem 4 indica de forma detalhada a setorização da ZT.

Na Imagem 5, há a sentença “ir a pé, de bicicleta ou de carro é questão de escolha”, por meio dela é possível analisar que há a sugestão de que o morador trabalhe no bairro e de quem trabalha mora nele. Também não é mencionado sobre o transporte público, que é fundamental para a mobilidade urbana de qualidade nas cidades na contemporaneidade.

Carminati (2019, p.141) faz a pesquisa sobre os aspectos de mobilidade do Granja Marileusa em relação à cidade, tendo como dados coletados que apenas 12,5% dos moradores trabalham nele. Os trabalhadores do bairro moram majoritariamente em outros, partindo de um deslocamento interbairros:

Por fim, a pesquisa mostra também que o fato de o empreendimento não entregar resultados satisfatórios em termos de redução das viagens está relacionado em grande medida com a sua inserção urbana e localização que é bastante periférica e desconectada de outros setores urbanos. Somando-se a esses fatores, a **desconexão**, motivada pelas poucas possibilidades de acesso, aparecem como uma condição importante para o não atendimento a esta demanda. (CARMINATI, 2019, p. 143, grifo nosso).

Além disso, os condomínios fechados formam enclaves que não incentivam o “ir a pé”. Eles criam percursos muito mais longos para ir e vir em relação aos demais locais, além de manter as áreas de lazer e recreação dentro de muros em espaços com controles de entradas e saídas, gerando perda de vitalidade urbana nos espaços públicos do bairro (idem, p.143).

O bairro que prometia a conectividade entre “morar, viver, trabalhar” e que teria “lazer até na ida ao trabalho” (GRANJA MARILEUSA, 2015a) ironicamente não cumpre o seu papel. Pelo contrário, gera uma maior dependência do transporte automotivo individual, pois, incapacitado de ser uma ilha isolada na cidade, exige uma inter-relação cotidiana intrabairros. Como solução a essa questão que o próprio empreendimento prometeu e não cumpriu, o transporte público de qualidade em toda a cidade é imprescindível.

Desta forma, a Granja Marileusa se alinha com os discursos da classe empresarial para redirecionar seus fluxos à imagem progressista atrelada à cidade-empresa, não



Imagem 5. Setorização do bairro Granja Marileusa. Lê-se: “Residências, escritórios, lojas, escolas, lazer e serviços. Tudo planejado para um cotidiano inteligente. Ir a pé, de bicicleta ou de carro é questão de escolha. O projeto contempla residências horizontais, verticais e mistas; comércio, eixo comercial de médio porte; empresarial; centro comercial, empresarial, hoteleiro e residencial; e institucional”. Fonte: site oficial <<https://www.granjamarileusa.com.br/o-bairro/setorizacao/>>.

deixando de incluir os organizadores do empreendimento como fundamentais para os enunciados sobre o futuro da cidade. Antes de avançar nesse ponto é importante distinguir que há a união de duas tendências no bairro, uma é a do Novo Urbanismo, que se manifesta com “morar, viver, trabalhar”, e a outra da cidade-empresa pelo “fazer negócios e inovar”. Quando se analisa dessa perspectiva (do agente produtor do espaço), o bairro é, de fato, uma conectividade de dois conceitos capaz de unir os interesses tanto de Uberlândia (pelo novo bairro) quanto das empresas (pelo ambiente de negócios que só seria possível pela parceria público-privado) envolvidas para o “progresso”.

A região do micropolo também agrega empreendimentos de apoio, como bancos, restaurantes e incubadoras. Portanto, com esta homologação pelo Município, o bairro Granja Marileusa tem um novo atrativo que confere ainda mais valor ao bairro e à região onde está localizado. “A parceria público-privada é fundamental para o sucesso do empreendimento e do micro polo de tecnologia. Com esta homologação, o bairro se consolida como um local capaz de prover qualidade de vida, criatividade e inovação”, observou Flávio Resende, diretor do Granja Marileusa. (GRANJA MARILEUSA, 2015c).

Por outro lado, a conectividade é questionável quando se analisa do ponto de vista “um bairro para as pessoas”, tal como o empreendimento se divulga, e como apontam as críticas de Carminati (2019), pois ele não é capaz de oferecer as dinâmicas urbanas tais como prometidas, por mais que se enquadre na estética popular e aparente oferecer todas elas, torna-se um elemento desconexo dos conceitos que nortearam o projeto urbano e também da própria cidade.

O *masterplan* do bairro é divulgado como sendo alinhado a conceitos projetuais que são referências mundiais (Novo Urbanismo), portanto dão o aspecto de inovação quando são comparados com os demais bairros uberlandenses. Porém, a qualidade projetual age como uma máscara usada pelos agentes produtores do espaço que têm como único objetivo promover o *marketing* – haja vista que as soluções urbanas implantadas implicam perda de vitalidade urbana, por exemplo, moradias comercializadas por intermédio de franquias de condomínios fechados e que têm como consequência a fragmentação urbana e a segregação socioespacial pela constituição do condomínio como um enclave fortificado²⁵ urbano.

²⁵ Termo utilizado para se referir a “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho” (CALDEIRA, 1996, p.155), nos quais os condomínios fechados são analisados como sendo “propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por

Sobre isso, Vainer (2000) faz a crítica do planejamento estratégico aplicado no planejamento urbano ser um grande problema para o distanciamento das políticas públicas para os habitantes concretos da cidade, favorecendo a instauração de cidades que agem como empresas.

Mesquita (2008) constata que um “incessante devir de criação/destruição se impôs e criou [e continua a impor e criar] uma imagem pasteurizada de cidade desenvolvimentista onde tudo se renova” (idem, p.334, modificado pela autora). Ele continua: “[...] a paisagem urbana paga o preço da avidez pelo consumo cada vez mais rápido das imagens sem que elas durem o suficiente para celebrar a vivência do espaço”. Ora, deve-se questionar se as imagens criadas pelo bairro podem ser consideradas como possíveis de serem vivenciadas, haja vista que elas não se concretizam pelo que prometeram. O Granja Marileusa é, em primeiro plano, um complexo empreendimento entre agentes imobiliários e acionistas e, num segundo plano, um bairro projetado.

Ainda segundo o diretor, a homologação também vai permitir ao projeto Granja Marileusa deixar um legado em termos de desenvolvimento econômico e potencializar ainda mais a cidade no âmbito nacional. “Uberlândia é uma cidade conhecida nacionalmente pelo **potencial gerador de negócios**, com grandes empresas e disponibilidade de empregos. A localização do Granja Marileusa, entre o Distrito Industrial da cidade e o aeroporto, favorece a constituição do micropolo e, por sua vez, potencializa esta característica da cidade”, destacou. (GRANJA MARILEUSA, 2015c).

O bairro se enquadra numa *heterotopia de compensação*²⁶, pois há a simulação de um fragmento da cidade enquanto o espaço é um empreendimento com o objetivo de acessar o capital internacional e, para isso, integra-se ao espaço urbano na medida em que simula ser na cidade (mas não é) tudo aquilo que foi promovido pelo *marketing*.

Neste aspecto, o projeto idealizado é uma heterotopia de um bairro para “morar, viver, trabalhar”, mantendo a imagem da cidade conectada à produção empresarial técnico-científico-informacional. É *topos* de um lugar geográfico que se abre a um outro, um “lugar outro” dos negócios, das *startups*, das grandes empresas, da inovação etc.

guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão” (idem, p.159).

²⁶Foucault (2013), num seminário para arquitetos em 1967, por meio do texto *De Outros Espaços*, elabora o conceito de heterotopias, que literalmente significa “outros lugares”. As heterotopias de compensação são espaços reais que simulam outros, tal como um Jardim Botânico, pois é um espaço concreto que permite acessar condições paisagísticas de outros locais específicos que não se dariam no local em que ele está inserido por outro modo a não ser pelo condicionamento oferecido do jardim. Torna-se um espaço que simula a condição do ambiente de todo o mundo.

Quando há o enunciado “um bairro para todos”, sabe-se que esse é um falso anúncio e que “todos” não terão acesso a ele, portanto também é um lugar que oferece limitações de entradas e saídas, tal como pontuado na crítica de Carminati (2019), e como Foucault (2013, p.27) aponta sobre elas: “há outras heterotopias que, ao contrário, não são fechadas ao mundo exterior, mas constituem uma simples abertura. Todo mundo pode entrar, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de um uma ilusão e que se entrou em parte alguma”.

O relacionamento do bairro com o conceito de heterotopia não parte de um ponto de vista necessariamente positivo, como vem da tradição de David Harvey com o conceito, pois é uma heterotopia advinda da máquina abstrata capitalística e que cria por e para ela estes outros espaços que são excludentes nos mesmos termos que causam toda a problemática de diferenciação socioespacial e da máquina abstrata da rotação.

O bairro se constituir como uma heterotopia não é o cerne da crítica, o conceito auxilia a mapear como o *marketing* age na construção da realidade, favorecendo aos interesses privados das classes altas e empresariais e, cada vez mais, o capital internacional – considerando aqui que o próprio planejamento urbano e a estética arquitetônica que lá se instauram são para reafirmar aspectos culturais de uma cidade-empresa, os espaços também participam da maquinação e também produzem significados e subjetividades (tal como foi analisado sobre a máquina abstrata de rotação) –, capturando desejos e direcionamento dos fluxos para servirem o capital. Deleuze (2008, p.224) aponta que “o marketing é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado” (DELEUZE, 2008, p. 224).

A heterotopia de compensação é uma ótima maneira de exemplificar como a máquina abstrata do capitalismo é engrenada pelos desejos sonhados pelo estímulo do *marketing*, e não se fala aqui de um desejo que parta de um sujeito, fala-se da máquina desejante, de forças que não são humanas e que apenas engendram a máquina abstrata capitalística. Esses novos sonhos capitalistas servem como manutenção do modelo econômico: “o que mais nos interessa em Marx é a análise do capitalismo como sistema imanente que não para de expandir seus próprios limites, reencontrando-os sempre numa escala ampliada, porque o limite é o próprio Capital ” (idem, p.212).

A comercialização do bairro como uma utopia-capitalista, que supostamente se integra nas dinâmicas da cidade, é por excelência uma postura da cidade-empresa. Há a omissão dos problemas que o empreendimento gera, enquanto isso há o foco constante no que Vainer (2000) chama de “eu” Uberlândia e no progresso. Mas deve-se avaliar essas preposições sobre o bairro, pois,

Sim, corporações podem ser legalmente tratadas como indivíduos – mas o problema é que corporações, embora certamente sejam entidades, não são como indivíduos humanos, e qualquer analogia entre punir as corporações e punir indivíduos serão desta maneira necessariamente pobres. E não é como se as corporações sejam os agentes que obscuramente estejam por trás de tudo; eles próprios são limitados por / expressões irrevogáveis e da-causa-que-não-é-um-sujeito: Capital. (FISHER, p.73, traduzido por nós)²⁷.

Fisher (2010) aponta que a maquinação de um self que extrapola o nível do indivíduo e se projeta para fora, no caso, pelas corporações ou instituições aglutinadoras, é perigosa, pois neblina o que realmente está capturando os desejos, determinando a condição urbana, o capital. Como Deleuze (2008, p.224) reforça, “informa-nos que as empresas têm alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo” (DELEUZE, 2008, p.224).

Como consequência, a máquina de rostidade intrinsecamente produz rostos e, na conjuntura do capitalismo tardio, é aglutinadora de recursos, linguagens, subjetividades, assujeitamentos, registros etc. Ela está engendrada no funcionamento da máquina abstrata capitalística. São duas maquinações distintas, mas que agem em conjunto e, por vezes, confundem-se uma com a outra.

Observa-se que no evento de 2015 do *Connected Smart Cities/São Paulo* houve um painel organizado por Flávio Oliveira, diretor de operações do Granja Marileusa, sobre “Como transformar o modelo das cidades atuais para as cidades inteligentes e sustentáveis?” e “Como conciliar a atuação pública, corporativa e da sociedade para atingir um objetivo comum de desenvolvimento?” (GRANJA MARILEUSA, 2015b). Acerca disso, ele pontua:

“As pessoas entenderam o que o Granja quis passar. Estivemos como um case de novo bairro estruturado, que está buscando dentro do seu propósito se tornar

²⁷ “Yes, corporations can legally be treated as individuals - but the problem is that corporations, whilst certainly entities, are not like individual humans, and any analogy between punishing corporations and punishing individuals will therefore necessarily be poor. And it is not as if corporations are the deep level agents behind everything; they are themselves constrained by/ expressions of the ultimate cause-that-is-not-a-subject: Capital” (FISHER, p.73).

um local de inovação. Apresentamos os conceitos, os programas e os diferenciais. *É um bairro voltado para as pessoas e acreditamos que a inovação esteja dentro delas*, por isso possui programas que criam um ambiente favorável para esse propósito”, disse Flávio Oliveira, que reiterou sobre o reforço no intercâmbio entre as empresas. (GRANJA MARILEUSA, 2015b, grifo nosso).

Questiona-se o que seria “a inovação esteja dentro delas” senão a captura capitalista do plano de imanência.

O Abstrato nada explica, devendo ser ele próprio explicado: não há universais, nada de transcendentais, de Uno, de sujeito (nem objeto), de Razão, há somente processos, que podem ser de unificação, de subjetivação, de racionalização, mas nada mais. Esses processos operam em “multiplicidades” concretas, sendo a multiplicidade o verdadeiro elemento onde algo se passa. São as multiplicidades que povoam o campo de imanência, um pouco como as tribos povoando o deserto sem que este deixe de ser um deserto. E o plano de imanência deve ser construído; a imanência é um construtivismo e cada multiplicidade assinalável é como uma região do plano. Todos os processos se produzem sobre o plano de imanência e numa multiplicidade assinalável: as unificações, subjetivações, racionalizações, centralizações não têm qualquer privilégio, sendo frequentemente impasse ou clausuras que impedem o crescimento da multiplicidade, o prolongamento e o desenvolvimento de suas linhas, a produção do novo. (DELEUZE, 2008, p.182).

A heterotopia de um bairro para “morar, viver, trabalhar” gera potências que mantêm a cidade conectada à produção empresarial. Em outras palavras, Granja Marileusa surge de uma idealização de uma utopia capitalística que se torna real, é *topos* de um lugar geográfico que se abre a “um outro”, um lugar outro dos negócios, das *startups*, das grandes empresas, da inovação etc.

As heterotopias podem funcionar de duas formas: “criando uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado” (FOUCAULT, 2013, p.27). O bairro Granja Marileusa se enquadra na última, pois o projeto busca associar insistentemente a sua imagem ao tipo específico de rosto do empresário e, assim, criar a paisagem ideal do que seria desejado por esse. É nesse sentido que o bairro se torna tão meticuloso para especificamente a cidade-empresa e seus moradores. Assim, ele é uma paisagem do rosto de empresários, direcionando os fluxos desejantes para os interesses da cidade como empresa e, inevitavelmente, para a máquina abstrata do capitalismo.

As maquinações da rostidade podem ser constituídas por buracos negros e muros brancos, mas elas não são menos reais por isso. Como foi explicado no Capítulo 1, a

máquina antecede a estrutura e se as cidades se constituem de tal forma é porque há todas estas maquinações sendo produzidas, direcionando esses fluxos de constituição material, subjetiva e de significações, como se fosse a única solução possível para o progresso. Enquanto isso, o Estado se ausenta das prestações de contas para os grupos que se misturam mais fortemente com os fluxos da máquina abstrata do capitalismo enquanto age com maior violência com todos os outros que desviam em maior grau do rosto e da paisagem majoritários; inserindo-se aqui a condição da Ocupação Glória e posterior bairro Élisson Prieto.

A questão desenvolvida nesta dissertação não se debruça acerca da dicotomia do rico e do pobre, embora ela seja presente e a primeira constituição analítica de senso comum a ser constituída sobre o tema, mas critica-se questões, tais como: por que alguns modos de produção de cidades são facilitados e idealizados pelo Estado e pela própria população enquanto outros são vistos como uma ameaça e possuem todos os processos que buscam integração à cidade impedidos ou dificultados ou postergados o máximo possível? Pois, tal como aponta Sordi (2017), no caso do Glória, a população que o ocupa é constituída também por trabalhadores e uberlandenses, mas que por sua vez enfrentam diversas dificuldades para participarem da cidade. Em outras palavras, os moradores não possuem o direito à cidade. Secchi (2009) retoma essa questão do rico e pobre:

Contudo, desde sempre e de diferentes maneiras, a cidade, lugar mágico, sede privilegiada de todo tipo de inovação técnica e científica, cultural e institucional, foi também uma potente máquina de distinção e separação, de marginalização e exclusão de grupos étnicos e religiosos, de atividades e profissões, de ricos e pobres. Na cidade ocidental, ricos e pobres sempre se encontraram e continuam a se encontrar, mas também, e cada vez mais, se tornam visivelmente distantes. (SECCHI, 2019).

E, sim, esta é uma problemática que deve ser analisada, por isto Deleuze e Guattari oferecem conceitos que são capazes de cartografar o que está sendo maquinado para constituir as cidades de tal forma, para assim articular um agir ético-estético diante da sociedade do capitalismo avançado atendendo à complexidade da realidade.

03.02. “Lutar, resistire depois morar aqui”: o processo de regularização do bairro Élisson Prieto

O bairro Élisson Prieto originou-se por meio do assentamento urbano de áreas pertencentes ao domínio institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que “teve início às três horas da madrugada do dia 13 de janeiro de 2012, quando famílias sem-teto [...] levantaram os primeiros barracos de lona” (MARIANO, 2016, p.107). Localiza-se às margens da BR-050, no setor leste²⁸ de Uberlândia, num imóvel de 64,94 hectares que constituía parte da Fazenda do Glória e devido a isso foi chamado de Assentamento do Glória (G1 Triângulo Mineiro, 2018), Triângulo do Glória (SORDI, 2017a) e autodenominado inicialmente Ocupação Paulo Freire (SOUZA, 2016) e posteriormente Ocupação Élisson Prieto em homenagem ao professor do Instituto de Geografia de mesmo nome que se posicionou desde o início a favor da causa e depois veio a óbito. A FABEP (2016a) também relata que a área já era uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) que seria destinada a algum projeto de HIS, sendo até então uma área ociosa na cidade.

A história da consolidação do bairro Élisson Prieto é marcada por um movimento de resistência e luta da população assentada, inicialmente, pela bandeira do MSTB e logo depois em conjunto com outras organizações, como a Associação de Moradores do Bairro Élisson Prieto e instituições, incluindo a UFU, que se puseram em defesa da causa da regularização fundiária por meio da ocupação dita como informal de terras ociosas. A forma de luta é estabelecida por meio de um jogo burocrático que recebe constantes ofensivas da Justiça Federal e da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU).

²⁸De acordo com a Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011, que dispõe sobre o Zoneamento Uso e Ocupação do Solo no Município de Uberlândia, a área referente ao bairro Élisson Prieto está indicada como uma ZEI-I (Zonas Especiais de Interesse Social com áreas não parceladas) com o nome de Jardim Glória. A área é delimitada da seguinte forma: “inicia no encontro da Avenida Serra do Espinhaço com a Avenida Chapada dos Guimarães, segue por esta até a Área Institucional do loteamento Jardim das Hortências, segue por esta até a divisa da área da Universidade Federal de Uberlândia, segue por esta até a faixa de domínio da Rodovia BR-050 (Uberlândia-Uberaba), segue por esta até o encontro da Avenida Chapada dos Guimarães com a Avenida Serra do Espinhaço”. Além disto, está no limiar entre o setor sul e o setor leste da cidade, mas como o Campus Glória é considerado dentro do setor leste consideramos o Jardim Glória também pertencente a ele.



Imagem 6. Foto aérea do bairro Élisson Prieto, à esquerda está a BR-050 e ao lado o bairro em forma de triângulo (em linhas amarelas). Fonte: <https://jornalistaslivres.org/gloria-um-passo-da-solucao-ou-nao/> (modificada pela autora).

As referências para a construção da narrativa são a interconexão de reportagens do jornal digital G1 Triângulo Mineiro e do site Comunica UFU intercalados com a página do movimento da Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto e o *website* de estudantes de jornalismo da UFU Glória em Foco. Além desses veículos de informação, utilizou-se o livro de Sordi (2017), que foge da perspectiva macro dos acontecimentos da “luta pela terra” e busca compreender os anseios, as interpretações, as projeções, as esperanças e as inquietações numa escala micro por uma perspectiva mais antropológica do indivíduo e do interior da comunidade.

Sordi (2017) aborda uma questão muito relevante para a discussão: a confluência da representatividade da estrutura da organização de luta entre os movimentos estudantis, o movimento social e o dos trabalhadores que ocuparam o Triângulo do Glória. A ação da ocupação se articula em torno da pauta da reforma urbana enquanto a dos sujeitos que ocupam se articula na ação de ocupar propriedades ociosas num movimento que é organizado pelas próprias experiências, percepções e interesses desses sujeitos (SORDI, 2017, p.11). Outra pesquisa que auxiliou a embasar este relato é a dissertação de Mariano (2016). Ela cria uma narrativa acerca dos movimentos sociais dos sem-teto e luta popular no Brasil e aprofunda sobre o caso do Glória. A seguir, inicia a narrativa, que busca

intercalar as fatídicas barreiras impostas pelo Estado diante do movimento social de luta até se alcançar a tão esperada “vitória”.

O povo da Ocupação do Glória coincide em grande parte com o povo que foi despejado em 2011 do lote que se situava próximo ao Centro de Abastecimento (CEASA) (SORDI, 2017b, p.13), cerca de 350 famílias (RIBEIRO, 2016). O assentamento do MSTB foi acusado de invasão de terras públicas. A ação aconteceu devido à reintegração de posse da área pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. A área seria e foi concedida para sediar o cemitério particular, Parque dos Buritis, pelo prazo de 25 anos e com a permissão de 67.500 sepultamentos a partir de 2014 (SEPLAN, 2017, p.34).

Após o despejo do CEASA, cinquenta famílias começaram a ocupar o lote da Fazenda do Glória no final de 2011 e em janeiro de 2012 (quando foi oficializada como



Imagem 7. A *Ocupação Glória* em 2017 em frente à sede da Associação dos Moradores do Bairro Élisson Prieto (AMBEP). Foto de Mariana Sólis e Bárbara Fernandes. Fonte: <http://projetogloriaemfoco.blogspot.com/2017/03/a-falta-de-energia-eletrica-legal-que.html>.

início da ocupação).O MSTB reuniu à causa mais 120 famílias (SOUZA, 2016) que estavam vivendo em situações financeiramente difíceis pós-despejo pelo aumento dos gastos mensais com o aluguel ou que estavam provisoriamente coabitando com familiares, também havia os casos de desemprego, os desentendimentos familiares, os baixos salários, entre diversas outras razões que fizeram pessoas desejarem a moradia

própria (SORDI, p.15, 2017). Outro fator relevante no contexto de vida destas pessoas é a presença de 70% deles na fila do sorteio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (SORDI apud. Reunião MSTB e entidade estudantis da UFU, 2017, p. 157), o qual possui uma extensa fila, há também a incerteza de não saberem se serão contemplados pelo programa ou quando isso irá acontecer (idem, p.158).

De acordo com a reportagem do G1 Triângulo Mineiro (2012a), em agosto de 2012 já estava sendo relatado ofensivas à Ocupação por parte da Polícia Militar, pois essa autorizou o desligamento e a confiscação dos cabamentos elétricos irregulares (os *gatos*) ligados à rede da CEMIG. O coordenador do MTSB, Wellington, fala que tal medida foi uma ação sem documentação comprovativa de mandato nem de ordem judicial. A ofensiva resultou num protesto do MTSB em frente à CEMIG. Durante o ato público, as pessoas foram vigiadas pela Polícia Militar, por mais que o movimento apenas pedisse pacificamente a reativação da energia no local ocupado.

A história da Ocupação do CEASA está correlacionada com a do surgimento do MSTB. A culminação do MSTB surge de forma difusa entre os depoimentos e as entrevistas analisados por Mariano (2016, p.111). Wellington, organizador e uma das principais lideranças da Ocupação Glória e do MSTB, confirma que também foi um morador da antiga Ocupação do CEASA. Ele relata a própria experiência que o fez levar a se tornar uma liderança do MSTB. Ele de um militante do MST tornou-se um membro da Associação dos Trabalhadores Rurais Bela-Vista (ATRBV), uma organização rural-urbana que surgiu de um desdobramento do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e que foi responsável pela Ocupação do CEASA.

Relata-se, também, pela fala de Wellington, que a escolha da Fazenda do Glória não foi arbitrária, pois o MSTB tinha conhecimento de que essa área já tinha um histórico de irregularidades na posse fundiária²⁹. Inclusive, trata-se de um fenômeno generalizado de apropriação e parcelamento de terras em Minas Gerais durante a formação da cidade de Uberlândia, conhecido como “grilagem” (MARIANO apud. OLIVEIRA, 2016,

²⁹ “Segundo Wellington, o movimento teve conhecimento de que esta área doada pela gestão municipal de Virgílio Galassiã UnU reunia matrículas sobrepostas em cartório que permanecem em conflito judicial. A porção de terra referente à fazenda destinada ao campus Glória, apesar de estar em posse oficial da UFU, é reivindicada por proprietários que constam em matrículas anteriores à posse da Prefeitura Municipal. A liderança do MSTB afirma ter dialogado com herdeiros dos proprietários iniciais das terras que sustentam a existência de documentação sobrepostas que as terras chegaram à posse da Prefeitura Municipal por meio de fraudes cartorárias” (MARIANO, 2016, p.111-112).

p.112). Portanto, Mariano (2016) constata que o movimento social se apropria das incongruências históricas da sobreposição de documentos das matrículas das terras em que não se tem certeza de quem é o verdadeiro proprietário delas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁰ esteve presente desde o início do MSTB. Ela também atuou como assessoria jurídica e formação política em relação ao assentamento (idem).

No dia 15 de julho de 2016 foi fundada a Frente de Apoio ao bairro Élisson Prieto/Glória (FABEP), composta pela Associação dos Docentes da Universidade de Uberlândia (ADUFU), Sindicato dos Trabalhadores Técnicos (SINTET), Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia (APG), Sindicato do Empregados no Comércio de Uberlândia e Araguari (SECUA), Central de Movimentos Populares, MSTB, MTST, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, entre outras (FABEP, 2016b), com a divulgação de um manifesto convocando a sociedade para defender a regularização da Ocupação como bairro Élisson Prieto e ser contra todo o movimento de criminalização desta população (FABEP, 2016a).

De acordo com a FABEP (2016a), o posicionamento da UFU foi, num primeiro breve momento, o de resguardar o próprio patrimônio numa postura contra a ocupação. Num segundo, a favor da solução pacífica do imbróglio. Essa virada é quando a instituição se posiciona em defesa da Ocupação Glória.

O primeiro momento foi marcado por uma tentativa violenta de reintegração da posse do lote anunciada pela instituição cinco meses após o início da Ocupação. Havia a autorização de demolir o assentamento. Também, foi determinado que os líderes do Movimento pagassem uma multa diária de R\$1.000 caso a ocupação não se encerrasse (G1 Triângulo Mineiro, 2012b).

Pelo Manifesto da FABEP, em 2014, houve uma reunião em que a Polícia Militar de Uberlândia faz uma proposta de reintegração e anuncia às outras instituições envolvidas, UFU, Polícia Civil, Polícia Federal e MPF, que a operação seria uma das maiores operações de reintegração da América Latina. Foi prevista que a operação resultaria em “40 mortes, sendo de 30 ocupantes da área e 10 policiais, e repercussão internacional” e o custo R\$15milhões (FABEP, 2016a).

³⁰A presença do pentecostalismo no movimento foi aprofundada por Swatowski e Barbosa (2019) no artigo “Pentecostais em movimento por moradia: O caso da ‘Ocupação do Glória’ em Uberlândia (MG)”.

Como solução para evitar o conflito violento que seria gerado pela reintegração de posse, a FABEP (2016a) recorda que em 13 de abril de 2013 houve uma reunião em Brasília, na sede da Procuradoria Geral da República, diante dos Ministérios da Cidade, da Justiça e da Educação, da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), da Câmara de Deputados Federais e Vereadores de Uberlândia e do MSTB. Foi quando se decidiu evitar a reintegração de posse. Assim, a PMU se comprometeu oficialmente a tomar as medidas necessárias para a regularização fundiária por meio da proposta de doação do Triângulo do Glória (da UFU) à PMU, sendo que a justa compensação da doação da área seria via negociação com a Fazenda Capim Branco, resguardada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) (FABEP, 2016a).

Todos [da FABEP] viram como vitoriosa esta decisão de troca, sem onerar a Universidade Federal de Uberlândia. A solução encontrada pelos movimentos, além de não causar qualquer tipo de dano ao tesouro público, evitou confrontos sangrentos entre a população pobre que não tem para onde ir e a polícia militar (FABEP, 2016a).

Segundo o laudo apresentado pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB)³¹ a área de 64,94ha ocupada do Triângulo do Glória valia R\$45,4 milhões. Enquanto isso, a Fazenda Capim Branco foi apurada no valor de R\$44,2 milhões (BORGES, 2015a). Com base nessas informações, em 26 de junho de 2015, houve a aprovação da alienação da permuta do Triângulo do Glória pelo Conselho Universitário (Consun/UFU) e apresentado o posicionamento à PMU (BORGES, 2015b). No mês seguinte o MPF sugere que a UFU não fizesse a permuta, tendo como base os dados da COHAB, com a justificativa de que outro laudo feito anteriormente pela Caixa Econômica Federal da Fazenda Capim Branco estimava o valor de R\$65 milhões (G1 Triângulo Mineiro, 2015a).

A disputa é estabelecida entre os jogos burocráticos (constituintes de um plano estriado) que consideram apenas questões puramente econômicas para as tomadas de decisões. Os moradores do assentamento são desconsiderados pelas barganhas institucionais. As incertezas a respeito das verdadeiras intenções das negociações neblinam ainda mais os moradores e os apoiadores da causa.

Surge da dificuldade em definir o valor dos imóveis um entrave burocrático quanto aos avanços da solução da questão das 2.350 famílias que estavam morando na

³¹ A COHAB-MG é uma instituição cuja origem se deu Lei nº 3.403 de 02 de julho de 1965 como medida para redução do déficit habitacional proveniente do êxodo rural para as cidades (COHAB, 2020).

Ocupação. Elas estavam sendo privadas de instalação de serviços básicos, tais como saneamento e transporte público dentro do bairro, além de problemas com a coleta de lixo e alagamentos nas vias de solo exposto (DEZOPA, ALVES, ANGERAMI, 2016).

A partir do momento em que as negociações são suspensas (pela dificuldade em definir o valor da Fazenda Capim Branco), os moradores do quase bairro Élisson Prieto voltam a ser tratados como invasores. Em março de 2016, a Justiça Federal obriga mais uma ação de reintegração do *Campus Glória* (G1 Triângulo Mineiro, 2016b).

A reportagem do G1 denomina a *Ocupação* com ênfase no imóvel, que seria parte do novo *Campus Glória* da UFU, ao invés de enfatizar as 2.350 famílias que lá estavam vivendo, já estabelecidas por mais de quatro anos na região. De acordo com Souza (2016), já seria a 5ª tentativa de reintegração de posse da Justiça Federal:

Em seu planejamento, a ação de despejo prevê o custo de mais R\$ 7.5 milhões para transporte das tropas, hospedagem, munições etc., e o que é pior: a morte de 40 pessoas no conflito (30 moradores e 10 policiais) e a necessidade de reserva de centenas de leitos nos hospitais da região para atender os feridos. Além de possíveis vítimas, uma ação como essa traria o caos absoluto à cidade ao jogar na rua do dia para a noite mais de 5% de sua população. Para completar, não existem estimativas para os custos posteriores como alugueis sociais, tratamentos médicos, construções de conjuntos habitacionais, etc. (FABEP, 2016b)

Foi esta tentativa de reintegração que fez os diversos grupos que acompanhavam e que participavam do caso organizarem-se e fundarem a FABEP, a qual tinha por objetivo atingir a regularização fundiária da área e dar voz ao caso da *Ocupação do Glória*, lutando pela visibilidade do movimento como legítimo diante das mídias de



Imagem 8 Protesto do MTSB do 14 de abril de 2016 em frente à Reitoria da UFU. Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/04/ocupantes-do- gloria-em-uberlandia-vaio-reitoria-da-ufu-protestar.html>.

massas, num ato de defesa de “[...] cerca de 15 mil moradores na área que tem ruas demarcadas, lotes numerados, casas de alvenaria, igrejas, pequeno comércio e recebe o nome oficial de bairro Élisson Pietro” (SOUZA, 2016).

Também, o G1 TRIÂNGULO MINEIRO (2016a) divulga que em 14 de abril de 2016 aconteceu em frente à Reitoria da Universidade um protesto do MTSB (Imagem 8). É quando o Movimento manifesta pedindo que a regularização não se prorrogasse mais. A coordenadora do MTSB, Minéa, apontava que o Movimento apenas desejava o efetramento da burocracia para prosseguir com a permuta. O MPF é, mais uma vez, contra a negociação. Agora, com o argumento de que a Fazenda já fosse propriedade da União.

Como o imbróglio da troca do Triângulo do Glória pela Fazenda Capim Branco não foi resolvido, o reitor, Valder Steffen Jr., posiciona a UFU contra o processo de reintegração de posse e declara que a ação não era de competência da instituição. Ele apoia, mais uma vez, o procedimento do processo da doação pela promulgação da Medida Provisória nº 759 de 22 de dezembro de 2016, pois a essa facilitaria a alienação de imóveis da União por novos mecanismos de regularização fundiária (FERNANDES et. al., 2017).

Nessa data mais de 2.000 pessoas se uniram para presenciar na Reitoria da UFU uma definição do processo e o resultado foi um grande passo para a conquista desta batalha (Imagem 9). Souza (2017) constata a fala de algumas pessoas durante o evento, algumas delas mostrando o alívio perante algum início de garantia pela Medida Provisória, com falas como: “Eee! O Glória voltou, o Glória Voltou!”, destacando-se a seguinte fala: “Lutar, resistir e depois morar aqui”.

Finalmente, em março de 2017, o Consun/UFU aprova a doação da Fazenda do Glória ao Município de Uberlândia e ao Estado de Minas Gerais. A aprovação também define que o Município ofereça o serviço de custeio do projeto de regularização fundiária e a implementação da infraestrutura básica, equipamentos comunitários e melhorias habitacionais em até 5 anos com direito à prorrogação de mais 5 anos (BORGES, 2017).

Em agosto a Cohab/MG demonstra interesse em assumir o processo de regularização fundiária do novo bairro. Em dezembro do mesmo ano, começa o processo, mesmo com o imbróglio da doação ainda não oficializado, sendo efetivada apenas no dia 5 de julho de 2018. É destinado a Cohab/MG realizar todo o processo de regularização fundiária do bairro Élisson Prieto (G1 Triângulo Mineiro, 2018).

A nova etapa do processo segue pautada na aplicabilidade da Lei 13.465/17 sobre a regularização fundiária rural e urbana na modalidade de Reurbanização de Interesse Social (Reurb-S), que atende pelo Art.13 da Lei a “núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda”. Os beneficiados para o título de proprietário são aqueles que atendem às restrições estabelecidas no Art.183 da Constituição Federal de 1988, a qual garante que os imóveis públicos sejam adquiridos por usucapião apenas por quem nunca tenha recorrido antes a esse direito e por:

Aqueles que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Constituição Federal, Art.183).

Além disto, a área da regularização fundiária foi destinada a uma Zona Especial de Interesse Social I (ZEIS-I) de acordo com a Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011. A primeira medida da Cohab/MG foi formular um Certificado de Posse àqueles que estavam de acordo com o requerido pela lei para a aplicabilidade do direito. Para em seguida, oferecer alguma garantia, pois o processo de regularização é longo e pode durar até 10 anos com a prorrogação estendida ao máximo.



Imagem 9. O registro de 2.000 pessoas presentes na Reitoria da UFU para presenciar e lutar pelo direito de morar. Fonte: <https://jornalistaslivres.org/gloria-um-passo-da-solucao-ou-nao/>

O acréscimo da Lei Complementar nº 708/2020 constata que na ZEI-I do Jardim Glória são permitidas construções de no máximo até 2 pavimentos e se proíbe a implantação de habitação multifamiliar horizontal e habitação multifamiliar vertical.

A Constituição Federal de 1988 é ímpar para a viabilização de todo o processo organizado do aparelho de Estado capaz de atender às demandas do povo que se organizou e que se aglutinou no assentamento iniciado pelo MTSB. Pelos Art.182 e Art.183, a Constituição oferece flexibilizações das linhas duras do Estado. Eles permitem, legalmente, atitudes que foram exercidas por esta população e embora a ação seja socialmente criminalizada (pelo próprio aparelho de Estado e pelas mídias de massa) é constitucionalmente resguardada.

O Art.182 retrata que “as políticas de desenvolvimento urbano têm por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”, assim garantindo o bem-estar social dos habitantes (BERNARDI, 2007, p.57). Pelo Estatuto da Cidade (art. 2º, I), entende-se que as funções sociais das cidades seriam exercidas pela “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendidos como o direito à terra urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Quanto ao município, cabe organizar esses processos (idem, p.67).

Este grupo socialmente marginalizado, chamado de sem-teto, já é excluído e sufocado pelas dificuldades cotidianas da vida urbana advindas de baixos salários, mantendo-se as famílias em situações precárias, em que não se cultivam políticas públicas suficientes para resguardar a qualidade de vida urbana desta população.

A partir de uma *via sem saída* e sem escopo para “melhorarem de vida” diante das regras [e subjetivações] da máquina abstrata capitalística como forma de mercado imobiliário e do aparelho de Estado, resta criar uma máquina de guerra que utiliza ferramentas, tais como a reivindicação dos direitos constitucionais para se opor à condição anticonstitucional do próprio Estado. No que lhe concerne, há todo um aparato de captura por meio do qual o próprio movimento social age de acordo para garantir os direitos que ele próprio oferece e rejeita. Esse é o grande paradoxo oriundo de um Estado que se subordina à máquina capitalística.

03.02.01. A resistência do bairro Élisson Prieto como máquina de guerra

Inicialmente, a Ocupação Glória se caracterizou por se estabelecer numa área onde havia um imbróglio burocrático acerca de seus donos legítimos. Para logo em seguida, sofrer ofensivas do Estado e criminalizar o ato. Tudo acontece como se a ocupação fosse um desacato à ordem e às leis. Desta forma, o ato de ocupar foi considerado pelos aparatos do poder como algo que age fora do domínio do aparelho de Estado. Algo que deveria ser corrigido a qualquer custo. A primeira ação diante do caso foi a tentativa de reintegração de posses, que por sua vez corresponde ao desejo de aniquilação da manifestação social pelo assentamento.

O povo se organiza, por meio do MTSB, desde o início da ocupação, quando ela ainda estava sendo planejada, já que escolheu uma gleba problemática da cidade. Mas, também, ele se organizou pelo movimento de resistência a diversas tentativas de reintegração de posse. Houve as divulgações das condições precárias de vida dos moradores por meios de comunicação alternativos e pela aliança com diversas instituições, tal como a própria Universidade Federal de Uberlândia.

. O próprio ato de ocupar pode ser considerado uma ação contra o aparelho do Estado, pois a ação denuncia, intrinsecamente, a incapacidade do Estado de resolver questões que são exigências constitucionais. Em terceiro, pressupõe-se que o Estado teria outras formas legais de agir além da reintegração de posse. Há legalmente diversas outros direitos que poderiam ser usados para lidar com a questão num posicionamento em defesa da ocupação. Diante dessa descrição, o enfrentamento e a resistência dos moradores agem com intenção de evitar o aniquilamento do assentamento pelo aparelho de Estado por meio dos recursos jurídicos que esse próprio possui.

A situação se enquadra na discussão da máquina de guerra. Embora os autores usem o termo “guerra”, eles alertam que a guerra não é objeto do Estado, mas ele se apropria da máquina de guerra e quando isso acontece ela muda de natureza e tem como objetivo destruir o outro ou impor-lhe os seus fins e, neste caso, surge uma guerra subordinada aos fins do Estado (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.110).

Por outro lado, as máquinas de guerra são irredutíveis ao aparelho de Estado, elas vêm de outra parte (idem, p.13), elas “[...] se constituem contra os aparelhos que se apropriam da máquina [de guerra] e que fazem da guerra sua ocupação e seu objeto: elas

exaltam conexões em face da grande conjunção dos aparelhos de captura ou de dominação” (idem, p.118, modificado por nós).

Deve-se ter cautela para não concluir que as máquinas de guerra têm como objetivo a guerra ou as batalhas, pois não é desta forma, como apontam os autores elas podem sob certas condições passar por batalhas ou guerras, “[...] as ‘máquinas de guerra’, que não seriam definidas de modo algum pelas guerras, mas por uma certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempo” (DELEUZE, 2008, p.212). Quem toma a guerra como objeto é o Estado a partir do momento que ele se apropria da máquina de guerra.

Se a guerra decorre necessariamente da máquina de guerra, é porque está se choca contra os Estados e as cidades, bem como contra as forças (de estriagem) que se opõem ao objeto positivo; por conseguinte, a máquina de guerra tem por inimigo o Estado, a cidade, o fenômeno estatal e urbano, e assume como objetivo aniquilá-los. É aí que devém guerra: aniquilar as forças do Estado, destruir a forma-Estado. (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.109).

É correto inferir que no caso do Glória o aparelho de Estado se apropriou da máquina de guerra para reestabelecer uma primeira ordem que objetivava a conservação do espaço urbano da mesma forma que já estava antes do acontecimento. Essa é uma tendência característica do espaço estriado. O aparelho de Estado “age por captura mágica imediata, ele ‘agarrar’ e ‘liga’” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.12), codifica e descodifica, desterritorializar para logo reterritorializar sob seus fins.

O Estado cria um espaço estriado justamente para conter os fluxos numa ordem que já existe, ele tende à permanência das estruturas e se insere no que os autores denominam ser uma característica “sedentária”. Ele não age pela a lei do tudo ou nada, mas pelo que está interior ou exterior a ele, sendo que o exterior não se reduz a uma política externa, mas apresenta duas direções, uma das grandes máquinas mundiais – como foi apresentado no Capítulo 01 sobre a condição da divisão mundial Norte e Sul – e outra de mecanismos minoritários, das margens, numa escala local, que “continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.24), que se enquadra na situação dos movimentos sociais dos sem-teto, como o MTSB, a AMBEP, os responsáveis pela *Ocupação Glória*.

A máquina de guerra é contra o aparelho do Estado e é exterior a ele, seja pelos fluxos globais ou locais. Ela “não se reduz a dois, tampouco forma um terceiro. Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência

da metamorfose” (idem, p.13). Ela está em diferenciação, ela faz parte de um agir nômade. Há na máquina de guerra forças que potencializam as linhas, que permitem escapar das linhas duras do Estado. É maquinada por potências criativas que ocupam os espaços lisos, estes, por sua vez, intensificam os fluxos, fazem-nos deslizar, aumentam as colisões e os encontros de afectos e perceptos. Os espaços lisos estão em relação oposta aos espaços estriados, estes bloqueiam os fluxos e tendem à permanência de um mesmo, a todo custo. A máquina de guerra é desterritorialização por excelência (idem, p.56), ela reterritorializa na própria desterritorialização. Ela é processo. Ela é um devir.

No capítulo anterior, falou-se de uma máquina de guerra no âmbito global. É importante ressaltar que ela não está sob o comando de alguma forma-Estado, e sim da forma do capital. É a máquina abstrata do capitalismo que opera. Ela age via adição ou subtração de axiomáticas (conceito desenvolvido nos capítulos anteriores). A máquina de guerra global age em função de uma violência que não é destinada a um fora ou a uma forma de Estado, mas sim pela lógica de “um inimigo qualquer” (idem, p.182). Isso é, qualquer outra coisa que se desvie da máquina abstrata da rostidade, do homem branco qualquer, é considerada uma ameaça, pois o Estado, ao apropriar-se da máquina de guerra, passa a exercer uma violência estrutural, a qual se opõe a todas as outras violências diretas. Ela “consiste em capturar ao mesmo tempo em que constitui um direito de captura” (idem, p.155). São linhas duras de forças que barram os avanços das causas sociais e que transformam em conquistas o que deveria já ser direito e que na conjuntura atual é dominado pelo poder do capital. Essa última característica se torna clara no caso da Ocupação Glória com as barreiras impostas pelo Estado em legitimar as terras mesmo quando estão burocraticamente arranjadas para possível regularização.

Toda a discussão sobre como age o aparelho de Estado e a máquina abstrata capitalística é importante para reconhecer as linhas de fugas para que a máquina de guerra nômade ganhe novamente consistência³², que, por sua vez, está fadada a ser capturada por outras forças. Este é o fado do nomadismo e não é jamais um fim ou um objetivo. Pois, quando o agenciamento que acontece num espaço liso tem como fim a sedentarização, já não se fala de um nômade, fala-se de um “migrante”.

O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado.

³² Fala-se sobre a linha de fuga, forças que escapam em relação a estruturas, mas que ainda não as rasgam ou as transformam em outra. Deste modo, ainda não se fala de linhas de rupturas, de fissuras, e/ou de fraturas, como trata Deleuze (1990) sobre o dispositivo.

Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum. (idem, p.53-54).

É importante recordar o *boom* populacional realizado pelas migrações nas cidades médias na década de 1970 que foi responsável pela extensão de outras tipologias de assentamentos urbanos nessas cidades, inclusive em Uberlândia, o que demarca um papel ativo dos migrantes para a concretização da cidade pela informalidade. Assim, o que Deleuze e Guattari (2017, v.5) trazem para esta discussão sobre os migrantes é inferir que o motor da máquina de guerra não é necessariamente gerado pela chegada da população nem pela formação da informalidade nas margens da cidade, já que o migrante não necessariamente é um “migrante” (nos termos deleuzo-guattarianos). Eles devem devir nômades.

Petuba (1997) aponta que os discursos dos migrantes – como uberlandenses de fato – advêm do desejo desse povo em permanecer onde se instalaram, em não partir. Eles possuem uma paciência infinita e é assim que eles se tornam nômades (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.55). O nômade, para os autores, não é aquele que sempre está em movimento, que vai de um ponto a outro, muito pelo contrário, ele “se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, e mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial” (idem, p.55). Pela insistência do migrante, ele se tornou nômade, que, por sua vez, ocupa o espaço liso, que é a forma de expressão da máquina de guerra.

É a partir dessa formação de máquina de guerra urbana que se sustenta a maquinação que atravessa a *Ocupação Glória* como resistência. Mas ainda, pelo processo de regularização do bairro Élisson Prieto, um outro espaço além do liso e do estriado começa a se constituir: o espaço esburacado. Quem o habita não é mais o nômade ou o sedentário, e sim o itinerante. Nele se unem os outros dois espaços, de um subsolo liso e uma terra estriada, ele é híbrido, é uma liga e de essência vaga. O espaço esburacado já não é a constituição de uma máquina, ele devém de um *phylum* maquinício, já que é um espaço híbrido.

O espaço esburacado formado na *Ocupação Glória* pode ser compreendido pela contribuição de Swatowski e Barbosa (2019), pois desde o início da ocupação, iniciada pelo MTSB, houve a chegada de novos moradores que não eram pertencentes ao movimento social. O próprio movimento tentou regularizar a entrada desses novos moradores via cadastro. É quando o MTSB recebe críticas internas da Ocupação, pois

alguns moradores o acusaram de agir como extensão do Estado, como mais um regulador burocrático.

Em contrapartida, o MSTB estava ciente de que uma forma de validar a Ocupação seria por meio da boa imagem. Eles precisavam enfrentar constantes discursos depreciativos das mídias de massa. Os integrantes do movimento foram considerados pelo Jornal Correio de Uberlândia inúmeras vezes “‘ignorantes’, ‘pobres’, ‘folgados’, ‘proveitadores’, ‘bandidos’, ‘oportunistas’ e assim por diante” (SORDI, p.12, 2017).

O jornal abordava a questão, via de regra, sempre do ponto de vista de desqualificar as pessoas e a luta pela moradia. Havia a criminalização do movimento e não era mencionada a questão primária do ato: o direito constitucional da moradia e os altos valores dos aluguéis. Sordi (2017, p.149) relata a recorrência das mídias em abordar temas sobre a “especulação imobiliária”, a “venda ilegal de terrenos”, e a “exploração da burguesia”. Os discursos passavam a imagem da Ocupação como um grande impedimento do progresso da cidade, que, acima de todas as outras causas, gerava o bloqueio da construção de um importante *campus* para a Universidade. Criou-se, no imaginário, o sentimento de perda para a cidade.

A mídia de massas perante o caso da Ocupação Glória não escutou nem deu voz à causa minoritária de uma forma a abrir diálogos entre a população e o movimento. Deve-se lembrar que ela age como normalizadora dos discursos do Estado e das classes detentoras do poder. Para isso,

Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço sobre o qual reina, ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado. Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações e, mais geralmente, fazer valer uma zona de direitos sobre todo um “exterior”, sobre o conjunto dos fluxos que atravessam o ecúmeno. Como efeito, sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fulos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais etc. Mas não são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que regem as circulações, que relativizem o movimento, que mensurem nos seus detalhes os movimentos relativos dos sujeitos e dos objetos. (DELEUZE; GUATTARI, 2017, p.63).

A mídia de massa retrata os grupos minoritários das ocupações informais como os “outros”, e tenta retirar a antropomorfização de um grupo que é legítimo e humano, numa tentativa de aniquilação. Isso faz parte do maquinário que nubla os assuntos que são capazes de expor a cruel natureza heterotópica do capitalismo tardio.

A forma do MTSB atuar é constituindo uma boa imagem do bairro e do movimento social, apresentado-o e mantendo-o organizado e limpo. Por isso, desde o início da Ocupação, o Plano Diretor da cidade foi respeitado, definindo que a ocupação da área fosse estabelecida de forma ordenada (SWATOWISKI; BARBOSA, 2019).

Observa-se que o MTSB age criando um plano estriado no espaço. Ele estria tanto o espaço material, quando define onde será rua, praças, áreas institucionais etc., tanto quanto de forma imaterial no plano do sensível, pois está definindo ordens de convivência e de como o morador deve ocupar aquela área.

Mas não se deve inferir, a partir da colocação anterior, que o movimento social seja de caráter negativo, pois, como Deleuze e Guattari (2017, v.5. p.208) apontam: “talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo devir” (idem, p.208). É pelo espaço estriado que a Ocupação cria a consistência e vai se inserindo numa linguagem que favoreça àqueles grupos minoritários a lutarem pelo direito de morar.

Esta situação que Swatowiski e Barbosa (2019) aponta sobre o MTSB e a *Ocupação do Glória* pode ser constatada como uma característica do espaço esburacado em ir “[...] atravessando a um só tempo a terra estriada do espaço sedentário e o solo nômade do espaço liso, sem se deter em nenhum, o signo vagabundo da itinerância, o duplo roubo ou a dupla traição [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.105), é o paradoxo do caráter híbrido deste tipo de espaço.

O espaço esburacado está sempre correndo o perigo de ser sedentarizado, os autores apontam:

[...] os aparelhos de Estado operam uma captura do *phylum*, tomam os traçados de expressão numa forma ou num código, fazem ressoar os buracos conjuntamente, colmatam as linhas de fuga, subordinam a operação tecnológica ao modelo do trabalho, impõem às conexões todo um regime de conjunções arborescentes. (idem, p.107).

Neste sentido, quem age de forma incisiva no bairro Élisson Prieto é a COHAB/MG, pois é essa instituição que estria o espaço em nome do Estado, mas que também pode continuar o estriando em nome dos moradores. Por isso, a participação ativa dos moradores e das organizações sociais durante o processo de regularização também é importante. Ela é uma forma de se resistir a qualquer ação que seja de outra natureza que a à deles, pois é o canal institucionalizado da luta.

Por outro lado, para Élisson Prieto, continuar a devir máquina de guerra não é apenas ater-se ao canal institucionalizado, em outras palavras, é ater-se à luta numa macropolítica. É preciso manter o espaço esburacado, numa forma em que se evite estriar demais (pelo Estado) e sem deslizar por planos lisos demais, pois, como Deleuze e Guattari finalizam *Mil Platôs*: “mas é neles [espaços lisos] que a luta muda, se desloca e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários. Jamais se deve acreditar que um espaço liso basta para nos salvar (idem, p.228, modificado por nós).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início da dissertação discute temas nervais para a construção crítica proposta, é lá que foram traçadas as linhas gerais que atravessam cada segmento dos capítulos seguintes e é possível perceber a sua relevância para o texto por meio das primeiras linhas traçadas, na tela branca de uma pintura, é um rastro da genealogia da cartografia que foi e está sendo traçada.

O modo em que a sociedade brasileira foi constituída traça linhas duras que desenvolvem uma subordinação econômica do país ao capital internacional, condicionando-o a uma dependência quanto às forças do capital, decorrendo um grande paradoxo entre os anseios do povo e os econômicos. Não obstante, as sociedades do capitalismo tardio também apresentam características que intensificam as diferenças socioespaciais urbanas.

As marcas do início do século XXI no Brasil ficaram registradas pelo modelo neodesenvolvimentista, conforme aborda Boito J. (2012). Esse interferiu intensamente no modo produção de habitação nos últimos anos e auxiliou na constituição de cidades nos moldes da urbanização dispersa. Essa conjuntura mencionada foi discutida na dissertação por meio da terceira história sobre o “hedonismo democrático” e suas implicações nas novas formas de produção urbana.

Antes também foram discutidas a primeira e a segunda história. Na primeira, sobre a dissolução das cidades, discutiu-se o *boom* populacional nas cidades médias, causado, em primeiro grau, pela descentralização populacional das metrópoles. Essa história prosseguiu no segundo capítulo na história das margens em Uberlândia e se torna nítido como ela influenciou o modelo de urbanização de Uberlândia e como implicou uma intensificação das migrações e, com elas, o aumento das problemáticas de naturezas sociais, econômicas, subjetivas, etc. Entre essas problemáticas, é importante ressaltar o surgimento do termo *uberlandino* pelos veículos midiáticos uberlandenses, havendo a imposição de uma segregação não apenas socioespacial, mas quanto à própria linguagem e inevitavelmente quanto às subjetividades sociais.

Na segunda história, fim da cidade moderna, há a tentativa de concretizar as utopias urbanas, também é quando os projetos urbanos se tornaram protagonistas das formações das cidades. Maricato (2017) argumenta que a cultura do planejamento urbano

no Brasil foi cultivada, principalmente, durante o período militar. Esta micro-história relata o triunfo do Planejamento Estratégico Urbano. Vainer (2000) o considera como marco da entrada do modelo empresarial no planejamento das cidades (cidade-empresas), em que o *marketing* se torna mais relevante nas estratégias das políticas públicas do que o próprio bem-estar e a própria qualidade de vida do povo. Em Uberlândia, a promoção da cidade via *marketing* faz parte da história do progresso, como apresenta Soares (1995), e nota-se que ele sempre foi importante para o crescimento dela.

É importante constatar que a compreensão de que as cidades são, antes de tudo, reflexos destas ordens invisíveis (econômica, social, mental, subjetiva, política e territoriais) é necessária para compreender o onde se vive, pois são nessas ordens que se alojam os porquês. Apenas assim, pode-se cartografar o físico, o que é construído e tocado fisicamente.

Desta forma, a dissertação se embasa neste direcionamento da macro escala para a microescala a fim de indicar que a forma pela qual as cidades são produzidas é trespassada por diversas forças e linhas, algumas já são constituídas por modelos muito bem estabelecidos e convenientes ao capital internacional, organizando as linhas duras da produção do real, que se tornam engrenagens que intensificam a ação direta da máquina abstrata do capitalismo nos territórios urbanos. Estes agentes se miscigenam com a paisagem e/ou rostos, indicando que a máquina opera não apenas no plano econômico, institucional, empresarial etc., mas também age no social e no individual, agindo no íntimo, no corpo, nas subjetividades da paisagem e também dos rostos.

Por isso, no final do segundo capítulo, o conceito de máquina abstrata de rostidade foi usado para abordar como a produção deste tipo de realidade se insere tanto em rostos como em paisagens, e não em sujeitos. A escolha em misturar informações sobre o conceito de cidade-empresários de Vainer (2000) com os conceitos de Deleuze e Guattari foi para criar pontes que têm como ênfase no modelo empresarial a forma de operação do capitalismo.

Também, pelo conceito de máquina abstrata de rostidade, evidencia-se como existe um modelo de produção de cidade que engendra uma paisagem típica dos rostos majoritários. Desta forma, um modelo de morar e construir é subjetivizado na própria produção urbana, e tudo o que não está de acordo em menos ou maiores graus (desviança) é imediatamente marginalizado e desvalorizado.

A Imagem 10 é um esquema que mapeia as linhas duras que foram analisadas nos capítulos 1 e 2 e que estão presentes na realidade e na atualidade de ambos bairros. Ele é orientado pelas três histórias de Secchi (2009) e retira de cada uma delas as palavras-chaves para o contexto uberlandense. Há centralizadas e conectadas as três histórias em relação à urbanização das cidades médias. A linha tracejada em vermelha divide visualmente o esquema em dois polos para distinguir a genealogia dos dois processos que culminam na forma como se estabeleceu a cidade formal e “informal”, mostrando a formação de dois diagramas que atuam na cidade de Uberlândia.

No polo da cidade “informal” estão os problemas advindos da urbanização

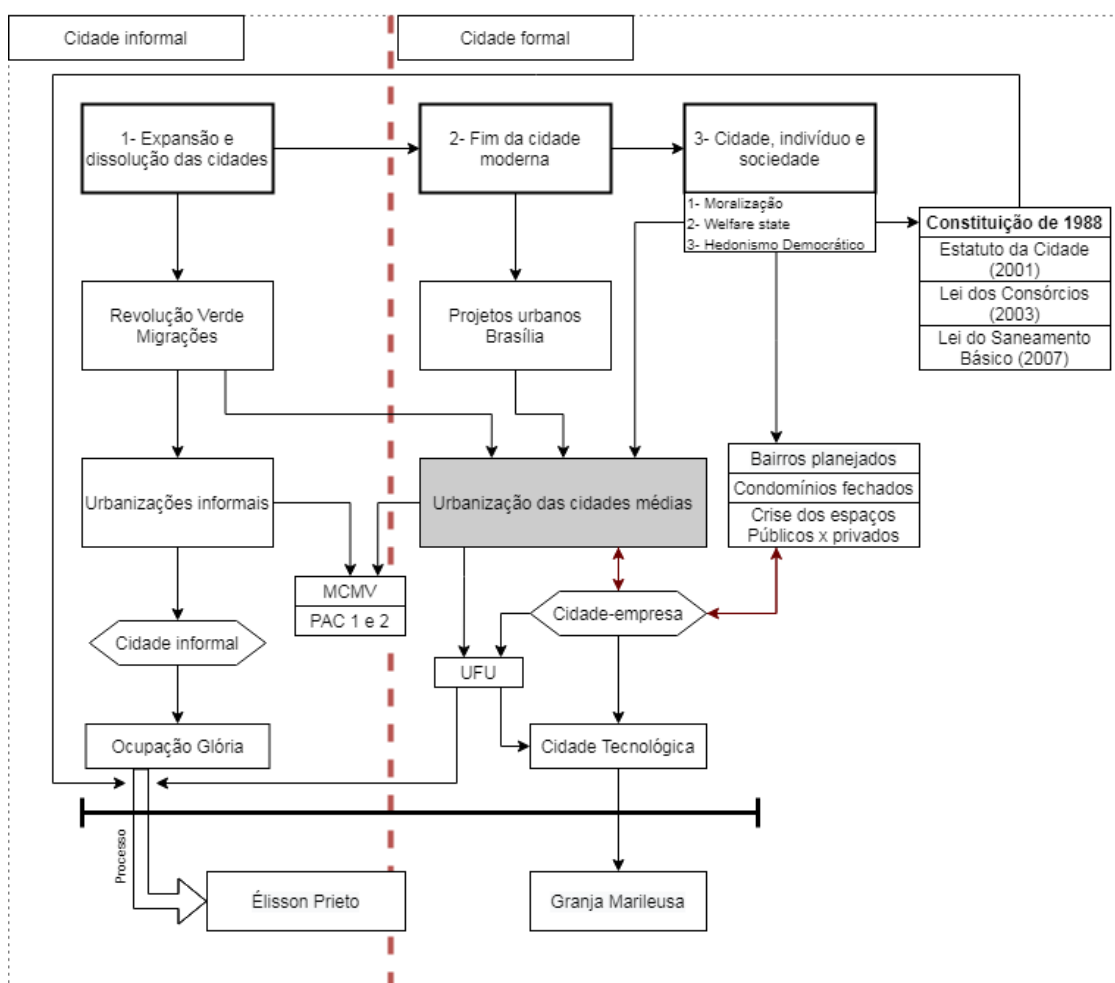


Imagem 10. Um “mapa”. Fonte: da autora.

acelerada decorrida da Revolução Verde nas cidades brasileiras e que teve como consequência as altas taxas de migração para cidades médias e grandes. O mapeamento que faz surgir o aparato da cidade “informal” mostra que ela é ocupada por aqueles que se desviam do rosto majoritário, esses são negligenciados e deixados à margem das organizações que *maquinam* a construção da cidade (capturada pela cidade-empresa),

criando paisagens que também se desviam do padrão estético formal que vai se miscigenado com o da cidade-empresa.

A cidade formal é território dos agenciamentos da máquina abstrata da rostidade –favorecendo a hierarquia formada pelos ricos – que deriva da dinâmica de estratégias e *marketings* para atrair investimentos e reforçar a produção necessária, capturando os desejos e os direcionando (e são direcionados) para esta produtividade específica. Nesta conjuntura, as outras tipologias de assentamentos urbanos, consideradas como informais e povoada pelos pobres, se desviam da rostidade da cidade.

Em última análise, a *Ocupação Glória* está mais afastada da linha que divide ambos os territórios do diagrama enquanto o bairro Élisson Prieto (após passar pelo processo com o auxílio institucional da UFU) encontra-se numa posição de fronteira entre os territórios existenciais, o mesmo acontece com os programas MCMV e PAC 1 e 2. Eles estão posicionados na fronteira para indicar que participam de tentativas de aproximação do aparelho do Estado.

O ato de ocupar terras ociosas vem de uma tradição que ficou muito forte a partir do final dos anos 80 pelo MST e que posteriormente derivou de diversos outros movimentos, inclusive os movimentos de ocupação em terras no perímetro urbano, como o MTST, tal como foi constatado no primeiro capítulo, enquadrada na terceira história de Secchi (2009) sobre cidade, indivíduo e sociedade. Nota-se que, por mais que tenha ocorrido o reconhecimento da ocupação pelo Estado, ele foi conquistado por meio de uma resistência da população, de um ativismo urbano pelo MTSB, pela Associação de Moradores do Bairros Élisson Prieto (AMBEP), pela Frente de Apoio ao Bairro Élisson Prieto (FABEP), pelas mídias livres que registravam a luta por moradia do grupo, entre todas as outras instituições e grupos que divulgaram e que conheceram a causa e que apoiaram os moradores.

O bloco que culminou no processo de luta e resistência da *Ocupação Glória* constituiu uma máquina de guerra. Observa-se que Élisson Prieto, ainda vista como ocupação informal pelo Estado, sofreu as ofensivas da violência por ele do início ao fim do processo de legitimação. A ocupação age como máquina de guerra por enfrentar o aparelho do Estado quanto a questões das quais ele desvia, não as solucionando, que, no caso em questão, é a moradia própria e a saída do aluguel. Ao ser legalizado como bairro Élisson Prieto, institui-se um estriamento do espaço, é quando o aparelho do Estado muda a estratégia de aniquilação para a de englobamento do movimento social. Nessa situação,

é pelo enfrentamento que a população finalmente conseguiu alcançar um dos objetivos do movimento e a garantia de algo que é direito constitucional de todos: a moradia.

Por outro lado, para continuar operando como máquina de guerra, deve, além de exigir o cumprimento do combinado (custeio do projeto de regularização fundiária e a implementação da infraestrutura básica, equipamentos comunitários e melhorias habitacionais) pela Conhab/MG no prazo estabelecido, manter o espaço esburacado. Deve-se tornar o processo de regularização parte ativa da vivência do bairro, mas também não simplificar a luta quanto a essa aquisição. A luta continua!

No caso da Ocupação do Glória, a mídia de massa retrata os grupos minoritários das ocupações informais como os “outros”, retirando a antropomorfização de um grupo que é legítimo e humano em prol do capital. Isso faz parte do maquinário, que nubla os assuntos que são capazes de expor a cruel natureza heterotópica do capitalismo tardio. Age em conjunto com a fragmentação do escopo da crise da habitação e dificulta a compreensão profunda da real causa da crise: o capital (FISHER, 2009, p.67).

A construção e a realização do projeto de Granja Marileusa foram muito mais fluidas do que as do Élisson Prieto, que, por sua vez, teve que passar por um processo de legitimação e regularização e de luta e resistência contra a violência do Estado.

Por isso, Deleuze e Guattari oferecem conceitos capazes de articular e manejar um agir ético-estético diante da sociedade do capitalismo avançado atendendo à complexidade da realidade. Para isso, Suely Rolnik (2019, p.39) possui uma bela percepção acerca da escala do indivíduo, na escala micro dos acontecimentos, e que não se restringe aos moradores específicos de bairros, mas a qualquer outro, é o devir-nômade:

É preciso resistir no próprio o campo da política de produção da subjetividade e do desejo dominante no regime em sua versão contemporânea – isto é, dominante em nós mesmos -, o que não cai do céu, nem se encontra pronto em alguma terra prometida”. (ROLNIK, 2019, p.36).

Suely Rolnik fala de não esperar uma terra prometida, Bernardo Secchi fala que a cidade durante a primeira história foi deixando de ser tratada como um “lugar mágico”, e Beatriz Soares defende que Uberlândia não é uma “ilha das fantasias” por mais que seja repleta de promessas via *marketing*: cidade próspera, de trabalhadores, do progresso, das indústrias e, mais atualmente, das tecnologias. Percebe-se que nestas críticas a questão de um lugar fantástico é retomada. A magia está presente em todas as escalas existenciais, macro e micro, e, para articular essa percepção, Deleuze e Guattari constatam que o

capital age por captura mágica imediata. Essa se camufla e não é localizável no sistema por mais que atue nele e por ele imediatamente, é tão difícil de se localizar quanto a violência do aparelho do Estado, pois ela “se apresenta sempre como já feita” (DELEUZE; GUATTARI, 2017, v.5, p.153), está impregnada no próprio modo de produção.

É sobre a captura que Uberlândia se anuncia como próspera e não diferentemente o bairro Granja Marileusa, já que ele é consequência da mesma maquinação, divulga-se e se camufla por meio do mesmo sistema de *marketing* já usado diversas vezes antes. A única diferença entre a forma mais atual de divulgação é a rostidade da cidade-empresa, por meio da máscara da cidade digital, cidade tecnológica, cidade inovadora, cidade empreendedora e por aí vai.

Apesar de toda essa apresentação sobre a rostidade, os autores alertam acerca do perigo de se destruir os rostos, pois isso pode implicar catatonia, loucura, pois a aniquilação do rosto é também um ato demasiado violento, isto é, uma esquizofrenia clínica. Por isso, eles afirmam que o rosto é um “instrumento para o qual é preciso inventar um novo uso” (DELEUZE; GUATTARI, 2015, v.3, p.59) por meio de um agir ético-estético. Uma saída é agarrar-se às formas de agir, abrir-se às multiplicidades dos acontecimentos, que possuem a potência de gerar novos rostos e paisagens, mas que, desta vez, constituam um espaço esburacado, um híbrido entre o estriado e o liso.

Quando se fala dos novos usos dos rostos, deve-se incluir também a própria Arquitetura e Urbanismo, pois quem são as paisagens que o rosto do arquiteto está produzindo? Quais são os rumos que as cidades estão tomando em relação aos parâmetros ético-estéticos? Como as resistências à máquina abstrata capitalística se manifestam e quando se tornam máquinas de guerras? Como devir espaços esburacados nas cidades? E onde? Questiona-se por meio desta dissertação como o arquiteto e urbanista consegue agir diante das questões expostas, diante desta sobreposição de mapas e destes conflitos territoriais. Pois, a cidade está sendo, cada vez mais, produzida para o rosto dos empresários e para os fluxos do capital, mas como fazer para que os espaços não sejam meras engrenagens desses fluxos? E não só os espaços, mas a própria vida? Deve-se, pois, dar um novo uso aos rostos e às paisagens, e, como aponta Suely Rolnik (2019), isso não cai do céu, é preciso ser produzido, desejado, sonhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Larissa Drigo. Diagrama ou dispositivo? Foucault entre Deleuze e Agamben. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, nº.30, p.6-19.

ARAGÃO, Wagner de Alcântara. O contra discurso do MST à mídia hegemônica: a invasão da Florestan Fernandes. *Extraprensa*, São Paulo, v.12, n. esp., set. 2019, p.323-346. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.152971>.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. In: *A Cidade do pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BATISTA, Ivone Tavares. Transformações socioespaciais recentes no setor leste da cidade de Uberlândia-MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

BENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. *E-metrópolis*, Rio de Janeiro, a. 5, n. 19, 2014, p.6-26.

BERMAN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDI, Jorge. A organização municipal e a política urbana. Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

BESSA, Kelly Cristina F. O.; SOARES, Beatriz Ribeiro. Novas espacialidade urbano-regionais perante a expansão do meio técnico-científico-informacional: o exemplo de Uberlândia. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, a. 02, n. 04, 2003.

BOITO J., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 9, 2012, São Paulo. Paper... Fundação Getúlio Vargas Repositório Digital. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>. Acesso em 01 de maio de 2020.

BOLSONARO, Jair (@jairbolsonaro). “A propriedade privada, rural ou urbana, é sagrada. As ações do MST devem ser tipificadas como terrorismo”. 21 de janeiro de 2018. Tweet.

BORSODORF, Axel. Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latino-americana. EURE, Santiago, v.29, n.86, maio de 2003. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008600002>. Acesso em 01 de maio de 2020. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612003008600002>.

BORGES, Diélen. UFU propõe permuta entre áreas do Glória e Capim Branco. Comunica.ufu.br: o portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia. 2015a. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2015/06/ufu-propoe-permuta-entre-areas-do-gloria-e-capim-branco>>. Acesso em 20 mar. 2020.

BORGES, Diélen. Conselho Universitário aprova alienação e permuta de área ocupada no Glória. Comunica.ufu.br: portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia. 2015b. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2015/06/conselho-universitario-aprova-alienacao-e-permuta-de-area-ocupada-no-gloria>>. Acesso em 20 mar. 2020.

BORGES, Diélen. Conselho Universitário aprova doação da área ocupada no Glória. Comunica.ufu.br: portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia. 2017. Disponível em: <<http://comunica.ufu.br/noticia/2017/03/conselho-universitario-aprova-doacao-de-area-ocupada-no-gloria>>. Acesso em 20 mar. 2020.

BOUSKELA, Maurício; CASSEB, Márcia; BASSI, Silvia; LUCA, Cristina De; FACCHINA, Marcelo. Caminho para as Smart Cities: da gestão tradicional para a cidade digital. Banco Internacional de Desenvolvimento – BID, 2016. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>>. Acesso em 01 de set. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro 2016 [convertida na Lei nº 13.465 de 2017]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2016. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=759&ano=2016&ato=dddcXWE1EeZpWTae9>>. Acesso em 01 de set. 2020.

BRASIL Lei nº 11.786, de 9 de maio 2014. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, de 09 de maio 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-

2014/2014/lei/112971.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.971%2C%20DE%209%20DE%20MAIO%20DE%202014.&text=Altera%20os%20arts.,administrativas%20e%20crimes%20de%20tr%C3%A2nsito.>. Acesso em 01 de ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho 2017. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 set. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,da%20Uni%C3%A3o%3B%20e%20d%C3%A1%20outras>. Acesso em 01 de ago. 2020.

CARMINATI, Valeika. O comportamento de viagens em bairros planejados de uso misto: evidências a partir de um estudo de caso em Uberlândia. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

COHAB, Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais. História. 2020. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/cohab/historia/>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

COHAB. Desafios e perspectivas da aplicação da Lei 13.465/17. Seminário de Regularização Fundiária, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.cohab.mg.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Alessandro-marques.pdf>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

COCOZA, Glauco de Paula; GUERRA, Maria Eliza Alves; FERREIRA, Willian Rodrigues; COLESANTE, Marlene Nuno; FOUQUET, Fanny; RIOS, Ana Luísa Menezes. Formas urbanas e espaços livres nas cidades médias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Paisagem e Ambientes, Ensaios, São Paulo, nº 33, p. 127-136, 2014. <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i33p127-136>.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: O Mistério de Ariana. São Paulo: Editora Vega, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, v.5, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, v.3, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. Cinema 2: A imagem-tempo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 2008.

DEZOPA, Guilherme; ALVES, João Pedro; ANGERAMI, Thaís. Glória em Foco: luta e informação. Entrevista na Regularização do Bairro Impedem Instalação de Serviços Básicos. 2016. Disponível em: <<http://projetogloriaemfoco.blogspot.com/2016/10/entraves-na-regularizacao-do-bairro.html>>. Acesso em 20 mar. 2020.

FABEP, Frente de Apoio ao Bairro Élisson Prieto. Manifesto de Criação da Frente de Apoio ao Bairro Élisson Prieto/Glória. 2016a. Disponível em: <<https://frenteelissonprieto.wordpress.com/manifesto/>>. Acesso em 20 mar. 2020.

FABEP, Frente de Apoio ao Bairro Élisson Prieto. Glória Pede Socorro, por Mídia Ninja. 2016b. Disponível em: <<https://frenteelissonprieto.wordpress.com/2016/07/26/gloria-pede-socorro-por-midia-ninja/>>. Acesso em 20 mar. 2020.

FERNANDES, Bárbara; DEZOPA, Guilherme; RABELO, João Pedro; ANGERAMI, Thaís. Reitor isenta a Universidade da responsabilidade quanto à desocupação do Glória. Glória em Foco: luta e informação. 2017. Disponível em: <http://projetogloriaemfoco.blogspot.com/2017/02/reitor-isenta-universidade-da_20.html>. Acesso em 20 mar. 2020.

FERNANDES, Camila Moreira; LEME, Alessandro André; LENK, Wolfgang. A formação econômica e urbana de Uberlândia e o Programa Minha Casa Minha Vida: interesses político-econômicos e desafios sociais. In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica & 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Espírito Santos: UFES Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2015, p.01-30. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_camila_fernandes_alessandro_leme_wolfgang_lenk_-a-formacao-economica-e-urbana-de-uberlandia-e-o-programa-minha-casa-

minha-vida-interesses-politico_economicos-e-desafios-sociais.pdf>. Acesso em 20 junho 2020.

FISHER, Mark. Capitalism realism: is there no alternative?. Reino Unido: Zero Books, 2009.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1, 2013.

GUATTARI, Félix. Caosmose. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUATTARI, Félix. Machine and structure. In: Molecular revolution: psychiatry and politics, traduzido por Rosemary Sheed. New York: Penguin, 1984, p.111-119.

GRANJA MARILEUSA. Apresentação institucional. 2019. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/wp-content/uploads/2019/03/institucional.pdf>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

GRANJA MARILEUSA. Granja Marileusa. 2020a. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/>>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

GRANJA MARILEUSA. Granja Marileusa andamento das obras. 2014. (3m57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-1qv1vPBZxQ&t=2s>>. Acesso em 01 de set. 2020.

GRANJA MARILEUSA. Granja Marileusa conceito. 2013. (2m16s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XIh-0p_m9UA&t=1s>. Acesso em 01 de set. 2020.

GRANJA MARILEUSA. Granja Marileusa no Connected Smart Cities. 2015b. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/blog/eventos/granja-marileusa-no-connected-smart-cities/>> Acesso em 01 de ago. 2020.

GRANJA MARILEUSA. O bairro. 2020b. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/o-bairro/>>. Acesso em 01 de out. 2020.

GRANJA MARILEUSA. Primeiro micropolo de tecnologia em Uberlândia. 2015c. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/blog/%categorias%/primeiro-micropolo-de-tecnologia-de-uberlandia/>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

GRANJA MARILEUSA. Setorização. 2020. Disponível em: <<https://www.granjamarileusa.com.br/o-bairro/setorizacao/>>. Acesso em 02 de ago. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Moradores do Assentamento Glória recebem certificado de posse da propriedade em Uberlândia. 28 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/11/28/moradores-do-assentamento-gloria-recebem-certificado-de-posse-da-propriedade-em-uberlandia.ghtml>>. Acesso em 01 de set. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Justiça Federal pede reintegração de posse de terreno da UFU. 22 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/10/justica-federal-pede-reintegracao-de-posse-de-terreno-da-ufu.html>>. Acesso em 01 de set. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Justiça Federal obriga cumprimento da reintegração no Campus Glória. 31 de março de 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/03/justica-federal-obriga-cumprimento-da-reintegracao-no-campus-gloria.html>>. Acesso em 01 de set. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Ocupantes do Glória em Uberlândia vão à reitoria da UFU protestar. 14 de abril de 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2016/04/ocupantes-do-gloria-em-uberlandia-va-reitoria-da-ufu-protestar.html>>. Acesso em 01 de set. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Membros do MSTB fazem protesto em frente à CEMIG em Uberlândia. 11 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2012/10/membros-do-mstb-fazem-protesto-em-frente-cemig-em-uberlandia-mg.html>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Novo cemitério de Uberlândia é inaugurado depois de dois anos. 11 de março de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2014/03/novo-cemiterio-de-uberlandia-e-inaugurado-depois-de-dois-anos.html>>. Acesso em 20 mar. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. MPF recomenda que UFU não troque área do campus Glória com prefeitura. 03 de julho de 2015a. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/07/mpf-recomenda-que-ufu-nao-troque-area-do-campus-gloria-com-prefeitura.html>>. Acesso em 20 mar. 2020.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. Governo de MG recebe oficialmente terreno do “Assentamento Glória” para regularização em Uberlândia. 05 de julho de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/governo-de-mg-recebe-oficialmente-terreno-do-assentamento-gloria-para-regularizacao-em-uberlandia.ghtml>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

JANOSCHKA, Geogr. Michael; BORSDORF, Axel. Condomínios fechados and bairros privados: the rise of private residential neighbourhoods in Latin America. In: Glasze, G.; C. Webster & K. Frantz (Ed.): Private Neighbourhoods, Global and local perspectives. London: Routledge, 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265337264_La_ciudad_latinoamericana_La_construccion_de_un_modelo_Vigencia_y_perspectivas>. Acesso em 01 de maio de 2020.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. Rio de Janeiro: *Geographia*, v.1, nº.1, 1999, p. 71-91. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.11.a13364>.

MACEDO, Adilson Costa. A carta do Novo Urbanismo norte-americano. *Arquitextos*, São Paulo, a.7, 082.03, 2007. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/262>>. Acesso em 01 de out. 2020.

MARIANO, Flávia Gabriella Franco. Nas margens da cidade, as margens da política: movimentos sem-teto e luta popular na periferia do capitalismo. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Geras, 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. O nó da terra. São Paulo: *Revista Brasileira de Direito Ambiental: doutrina e jurisprudência*, ano 4, n.15, jul./set. 2008, p.191-196. Disponível

em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4407997/mod_resource/content/1/MARICATO-Erminia_O%20no%20da%20terra.pdf>. Acesso 20 mar. 2020.

MARICATO, Erminia. Para entender a crise urbana. CaderNAU - Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, Rio Grande, v.8, n. 1, 2015, p. 11-22. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cnau/article/viewFile/5518/3425>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

MARINGONI, GILBERTO. Ermínia Maricato: "Nossas cidades estão ficando inviáveis". IPEA: Desafio do Desenvolvimento, São Paulo, a.8, n.66, p.15-21, jul. 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2508:catid=28&Itemid=23>. Acesso 20 jun. 2020.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: Trajetória, Dificuldades e Lições Aprendidas. São Paulo: UNFPA, 2010. <https://doi.org/10.17666/329509/2017>.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. Em busca de um objeto esquecido: a política e as políticas do urbano no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.32, n. 95, 2017.

MARQUES, Mauro. Região Leste cresce e atrai grandes investimentos. Revista Cult, 23 de março de 2020. Disponível em: <<https://revistacultnet.com.br/2020/03/23/regiao-leste-cresce-e-atrai-grandes-investimentos/>>. Acesso em: 01 de set. 2020.

MESQUITA, Adailson Pinheiro. Dos fragmentos à totalidade? Mobilidade e legibilidade urbana de Uberlândia-MG. 2008. 360f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

MINAS GERAIS. Lei nº 3.403, de 02 de julho 1965. Autoriza o Governo do Estado a constituir e subscrever ações da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB-MG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=1965&numero=3403&tipo=LEI&aba=js_textoAtualizado>. Acesso em 01 de ago. 2020.

MSW CAPITAL. Corporate venture. 2020. Disponível em: <<https://www.mswcapital.com.br/corporate-venture>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

OLIVEIRA, Fernando Fernandes de. Espaço, rede e corporação: e evolução multifuncional do Grupo Algar. 2019. 292f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Prefeitura publica edital de licitação de lotes do Polo Tecnológico Sul. 2019. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/01/21/prefeitura-publica-edital-de-licitacao-de-lotes-do-polo-tecnologico-sul/>>. Acesso em 01 de out. 2020.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. Migrantes: trabalhadores nos descaminhos da história. 1997. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1997.

REDE CIDADE DIGITAL. Rede cidade digital. 2020. Disponível em: <<https://redecidadedigital.com.br/conteudo/rede-cidade-digital/1656>>. Acesso em 01 de set. 2020.

RIBEIRO, Gustavo. Glória é refúgio para pessoas das mais variadas origens. Glória em Foco. Disponível em: <<http://projeto gloriaemfoco.blogspot.com/2016/10/gloria-e-refugio-para-pessoas-das-mais.html>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças [e-book]. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely. Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1, 2019.

SANTOS, Bernardo de Carvalho Tavares dos Santos. O capitalismo axiomático de Deleuze e Guattari: sobre o sentido da ideia de “axiomática geral dos fluxos descodificados” elaborada em O Anti-Édipo e Mil Platôs. UFSCar, VI Seminário de Pós-graduação em Filosofia da UFSCAR, p.277-285, set. 2010.

SANTOS, Milton. Entrevista Explosiva com Milton Santos. Caros Amigos, São Paulo, ed.17, ago. 1998. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/entrevista-explosiva-com-milton-santos/>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. Contexto, São Paulo, nov. 1977, p.31-43.

SECCHI, Bernardo. A Cidade do Século XX. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SEPLAN, SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. Banco de Dados Integrals: Ano 2017. 2016. Disponível em: <http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/17811.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado: Imagens e Representações do Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SORDI, Denise Nunes de. Moradia, Trabalho e Luta: experiências, práticas e perspectivas sobre a ocupação de terras urbanas (Uberlândia 2000-2012). Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SORDI, Denise Nunes de. Não podemos esquecer que o Bairro Élisson Prieto é a Ocupação do Glória. Brasil de Fato. 26 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/26/artigo-or-nao-podemos-esquecer-que-o-bairro-elisson-prieto-e-a-ocupacao-do-gloria>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

SOUZA, Vinícius. Assentamento Glória Recebe Ameaça de Despejo. Jornalistas Livres, 17 de maio de 2016. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/assentamento-gloria-enfrenta-ameaca-de-despejo/>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

SOUZA, Vinícius. Glória à um passo da solução ou não. Jornalistas Livres, 18 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/gloria-um-passo-da-solucao-ou-nao/>>. Acesso em 01 de jun. 2020.

SWATOWISKI, Claudia Wolff; BARBOSA, Luciano Senna Peres. Pentecostais em movimento por moradia: o caso da "Ocupação do Glória" em Uberlândia (MG). Relig. soc., Rio de Janeiro, v.39, n.2, p.152-174, ago. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872019000200152&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2cap06>.

UBERLÂNDIA (MG). Acréscimo Lei Complementar nº 708, de 22 de setembro de 2020. Altera a Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, que

"dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e revoga a Lei Complementar nº 245, de 30 de novembro de 2000 e suas alterações posteriores". Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2020/70/708/lei-complementar-n-708-2020-altera-a-lei-complementar-n-525-de-14-de-abril-de-2011-e-suas-alteracoes-que-dispoe-sobre-o-zoneamento-do-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-a-lei-complementar-n-245-de-30-de-novembro-de-2000-e-suas-alteracoes-posteriores>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

UBERLÂNDIA (MG). Decreto nº 18.306, de 11 de outubro de 2019. Regulamenta a Lei Complementar nº 629, de 7 de dezembro de 2017 e suas alterações, que "institui no âmbito do município o programa inova Uberlândia, cria o Polo Tecnológico Sul, revoga a Lei Complementar nº 588, de 25 de junho de 2014 e suas alterações, e as Leis nº s 8.874, de 7 de dezembro de 2004, e 11.081, de 14 de março de 2012, e dá outras providências", revoga o Decreto nº 15.398, de 30 de dezembro de 2014 e suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/decreto/2019/1831/18306/decreto-n-18306-2019-regulamenta-a-lei-complementar-n-629-de-7-de-dezembro-de-2017-e-suas-alteracoes-que-institui-no-ambito-do-municipio-o-programa-inova-uberlandia-cria-o-polo-tecnologico-sul-revoga-a-lei-complementar-n-588-de-25-de-junho-de-2014-e-suas-alteracoes-e-as-leis-n-s-8874-de-7-de-dezembro-de-2004-e-11081-de-14-de-marco-de-2012-e-da-outras-providencias-revoga-o-decreto-n-15398-de-30-de-dezembro-de-2014-e-suas-alteracoes-e-da-outras-providencias?r=p>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

UBERLÂNDIA (MG). Lei Complementar nº 629 de 7 de dezembro de 2017. Institui no âmbito do município o programa inova Uberlândia, cria o Polo Tecnológico Sul, revoga a Lei Complementar nº 588, de 25 de junho de 2014 e suas alterações, e as leis n.º 8.874, de 7 de dezembro de 2004, e 11.081, de 14 de março de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2017/62/629/lei-complementar-n-629-2017-institui-no-ambito-do-municipio-o-programa-inova-uberlandia-cria-o-polo-tecnologico-sul-revoga-a-lei-complementar-n-588-de-25-de-junho-de-2014-e-suas-alteracoes-e-as-leis-n-s-8874-de-7-de-dezembro-de-2004-e-11-081-de-14-de-marco-de-2012-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 01 de ago. 2020.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: A Cidade do Pensamento Único. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.